

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Fhoutine Marie Reis Souto

Depois da queda das torres: A cobertura jornalística do 11 de Setembro  
nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: POLÍTICA

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Fhoutine Marie Reis Souto

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais – Política, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Vera Lúcia Michalany Chaia.

SÃO PAULO

2009

## ERRATA

Na página dos Agradecimentos onde se lê "Aos amigos... com quem *dividiram* alegrias e anseios...", deve-se ler "com quem **dividi** alegrias e anseios...".

Na terceira página do Sumário, a numeração da página correta é **109** e não 106.

### **CAPÍTULO I**

Na página 14, na penúltima linha do terceiro parágrafo, onde se lê "Os *propósitos* teóricos..." deve-se ler "Os **pressupostos** teóricos...".

Na página 17, na segunda linha do primeiro parágrafo, onde se lê "traçada *pelo* os teóricos...", deve-se ler "traçada **pelos** teóricos...".

Na página 18, na quarta linha do primeiro parágrafo, onde se lê "*suja* derivação tática não é uniforme...", deve-se ler "**cuja** derivação tática não é uniforme...". Na terceira linha do segundo parágrafo, onde se lê "onde há poder há resistências e esta nunca se encontra em exterioridade em relação ao poder", deve-se ler "onde há poder há resistências e **estas** nunca se **encontram** em exterioridade em relação ao poder".

Na página 20, na terceira linha do último parágrafo, onde se lê "inscreve-se na ordem o *significante*", deve-se ler "inscreve-se na ordem **do** *significante*".

Na página 27, na terceira linha do primeiro parágrafo onde se lê "intencionalidade por *traz* do discurso", deve-se ler "intencionalidade por **trás** do discurso". Na segunda linha do terceiro item de conclusões, onde se lê "não *cessam* de variar", deve-se ler "não **cessa** de variar".

### **CAPÍTULO II**

Na página 29, na primeira linha do terceiro parágrafo, onde se lê "mais pessoas os leitores...", deve-se ler "mais pessoas **do que os** leitores...".

Na página 30, na sexta linha do segundo parágrafo, onde se lê "firmar, por exemplo, um acordo, *por exemplo*, um acordo...", deve-se as palavras repetidas na frase. Na quarta linha do terceiro parágrafo, onde se lê "mais analíticos *radicionais*", deve-se ler "mais analíticos e **tradicionais**". Na linha seguinte, onde se lê "entre os *efeito* imediatamente...", deve-se ler "entre os **efeitos** imediatamente...".

Na página 32, na segunda linha do primeiro parágrafo, onde se lê "instrumentos de produção de *difusão em grande escala de informação*", deve-se ler "instrumentos de produção **e difusão de informação em grande escala**".

Na página 36, na terceira linha do segundo parágrafo, onde se lê "... mídia Arbex ressalta...", deve-se ler "... mídia. Arbex ressalta...".

Na página 40, na terceira linha do último parágrafo, onde se lê "...na então Liga das Nações. Considerava-se então o terrorismo...", deve-se ler "...na então Liga das Nações, considerava-se então o terrorismo...".

### CAPÍTULO III

Na página 45 há uma citação não creditada nas referências bibliográficas desta dissertação (Almeida, 2003). A referência completa é:

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. "Apontamentos sobre o imperialismo, soberania e antiimperialismo" in IANNI, Otávio e DOWBOR, Ladislau (orgs). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Na página 50, na primeira página do segundo parágrafo, onde se lê "Na reeleição de George W. Bush a *Direita*, em 2004, *Cristã* representava...", deve-se ler "Na reeleição de George W. Bush, em 2004, **a Direita Cristã representava...**".

Na página 55, na quinta linha terceiro parágrafo, onde se lê "jovens liberais se tornasse...", deve-se ler "jovens liberais se **tornassem**".

### CAPÍTULO IV

Na página 72, o texto citado na nota de rodapé da página não foi incluída no Anexo desta dissertação.

Na página 76, na segunda linha do segundo parágrafo, onde se lê "a maioria dos *textos* foi assinada era de autoria própria", deve-se ler "a maioria dos **textos era de** autoria própria".

Na página 83, na quinta linha do terceiro parágrafo, onde se lê "ruíram quase imediatamente *áquelas* informações", deve-se ler "ruíram quase imediatamente **aquelas** informações".

Na página 84, na terceira linha do terceiro parágrafo, onde se lê "... *atentados segundo* o texto...", deve-se ler "...atentados. **Segundo** o texto...".

Na página 86, na quarta linha do primeiro parágrafo, onde se lê "58 ocorrências entre *matérias*...", deve-se ler "58 ocorrências entre **reportagens**...".

Na página 94, na terceira linha do último parágrafo, onde se lê "Luzes que perguntam: e Bin Laden", deve-se ler "Luzes que perguntam: e Bin Laden?".

Na página 96, na primeira linha do segundo parágrafo, onde se lê "sobre a política externa *daquele país*", deve-se ler "sobre a política externa **dos Estados Unidos**"; na primeira linha do último parágrafo da mesma página,

onde se lê "Em outra matéria o ex-assessor", deve-se ler "Em outra matéria, **um** ex-assessor".

Nas páginas 101, 102 e 103 não há referências dos gráficos. A fonte desses é elaboração própria.

Na página 103, na terceira linha do segundo parágrafo, onde se lê "indicado por *Wainberger*", deve-se ler "indicado por **Wainberg**".

Na página 107, na penúltima linha do segundo parágrafo, onde se lê "sujeito *concentro*", deve-se ler "sujeito **concreto**".

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na página 109, na sexta linha do primeiro parágrafo, onde se lê "...são feitas *por que* pessoas", deve-se ler "são feitas **por** pessoas **que**". Na sexta linha do segundo parágrafo, onde se lê "o início do século XX", deve-se ler "início do século **XXI**". Na última linha do segundo parágrafo, onde se lê "mostrar como *o recorte que foi* feito", deve-se ler "mostrar como o **recorte foi** feito".

Na página 110, na terceira linha do terceiro parágrafo, onde se lê "informações *que contradigam*", deve-se ler "informações que **contradissem**". Na penúltima linha desse mesmo parágrafo, onde se lê "como se não houvesse outros...", deve-se ler "como se não **houvessem** outros...".

Na página 111, na terceira linha do primeiro parágrafo, onde se lê "*em prol* em favor de", deve-se ler "**em favor** de". Na segunda linha do segundo parágrafo, onde se lê "*autoreferencialidade*", deve-se ler "**autoreferencialidade**".

Banca Examinadora

---

---

---

*Para minha família.*

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa que tornou possível a realização deste trabalho;

À minha orientadora, Vera Chaia, que me acolheu de braços abertos e me ajudou a encontrar meu caminho.

À minha família. Meu marido, Guilherme, meus pais, Paulo e Benise, meus irmãos Álvaro e Pauline, meu amigo felino, Zaratustra. Pelo afeto, conselhos e apoio nessa jornada e na vida. Amo vocês.

Aos professores do programa de Ciências Sociais, Ana Amélia, Carla Cristina, Carmen Junqueira, Edson Passetti, Miguel Chaia, Silvana Tótor, em especial ao professor Lúcio Flávio, que me orientou durante quase dois anos e teve a grandeza de me dar liberdade para seguir em frente quando nossos caminhos não mais coincidiram.

Aos amigos Lincoln Noronha, Violeta Caldeira, Izabel Costa, Augusto Mazine, João Carlos Botelho, Tatiana Moura, Danilo Valença, Silvana Martinho, Synthia Alves, Leandro Siqueira e tantos outros com quem dividiram alegrias e anseios nas mesas do bar do Seu Paulo. À Mariana Faraco pela fundamental. Aos queridos Carlos Chernij, Ygor Salles, Rafael Machado e a todos o ex-focas que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho, como jornalistas e como amigos.

Ao Octávio, com quem aprendi a acreditar.

Muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a cobertura do 11 de Setembro realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. São analisados textos publicados pelos dois periódicos no dia seguinte aos atentados e em seus aniversários até o ano de 2008. Pretende-se verificar como os jornais fazem o recorte da realidade a partir desta data, verificando a quantidade de textos produzidos pelos jornais ao longo dos anos, a influência das agências de notícias e meios de comunicação estrangeiros e os temas predominantes na cobertura. A análise tem como base as reflexões de Michel Foucault sobre discurso, produção de verdades e a relação saber-poder e o conceito de palavra de ordem, de Gilles Deleuze e Felix Guattari.

**Palavras-chave:** 11 de Setembro, jornalismo, produção de verdades, terrorismo.

## **ABSTRACT**

The present research has as study object the press covering of the 9/11 by the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*. Texts published on both periodicals in the following day to the attempted against and in its anniversaries until the year of 2008 are analyzed. It is intended to verify as the periodicals make the clipping of the reality from this date, verifying the amount of texts produced for periodicals throughout the years, the predominant influence of the agencies of notice and foreign medias and subjects in the covering. The analysis has as base the reflections of Michel Foucault on speech, production of truths and the relation know-power and the concept of word of order of Gilles Deleuze and Felix Guattari.

**Key-words:** *9/11, journalism, production of truths, terrorism.*

*Verdade*

*A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

Carlos Drummond de Andrade

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I - A ordem do discurso e a palavra de ordem.....</b>	<b>13</b>
1- Assumir uma outra teoria do poder.....	14
A ordem do discurso.....	18
2- Discorrer, disciplinar, controlar.....	22
3- Construção de universais e palavra de ordem.....	23
<b>Capítulo II - Entre teoria e prática: o campo jornalístico.....</b>	<b>28</b>
1- Os meios e os fatos.....	29
a) A influência da televisão e a autoreferencialidade jornalística.....	29
b) Jornalistas como objeto.....	32
2- Jornalismo à distância.....	33
a) Limites da cobertura internacional.....	33
b) Jornalismo internacional na “era do terror”.....	34
c) Terrorismo: uma palavra, vários significados.....	38
<b>Capítulo III - Da queda do muro à queda das torres.....</b>	<b>43</b>
1- Depois do muro, antes das torres.....	44
2- As novas faces da direita estadunidense.....	49
a) O “núcleo duro” do governo Bush.....	49
b) Duas constantes na história norte-americana.....	51
3- Neoconservadorismo e neoconservadores.....	53
a) Origens.....	55
b) Promoção da democracia e ênfase no poder militar.....	56
c) O caso do Iraque.....	58
d) Neoconservadores e a grande imprensa estadunidense.....	61
4 – Cruzadas do século XXI.....	63
<b>Capítulo IV – O 11 de Setembro nas páginas dos jornais brasileiros.....</b>	<b>66</b>
1- <i>Folha de S. Paulo</i> .....	68
a) A cobertura do dia seguinte.....	68

b) 11/09/2002.....	74
c) 11/09/2003.....	76
d) 11/09/2004.....	79
e) 11/09/2005.....	81
f) 11/09/2006.....	82
g) 11/09/2007.....	85
h) 11/09/2008.....	85
<i>2- O Estado de S. Paulo.....</i>	<i>86</i>
a) 12/09/2001.....	86
b) 11/09/2002.....	90
c) 11/09/2003.....	92
d) 11/09/2004.....	93
e) 11/09/2005.....	97
f) 11/09/2006.....	98
g) 11/09/2007.....	99
h) 11/09/2008.....	99
<b>3- Balanço da cobertura nos dois jornais.....</b>	<b>101</b>
a) Números do 11 de Setembro.....	101
b) Hipóteses de outros autores.....	103
c) A cobertura nas categorias pré-definidas.....	104
<b>Considerações finais.....</b>	<b>109</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>112</b>
<b>Anexo I – Tabelas</b>	
<b>Anexo II – Textos selecionados</b>	

## INTRODUÇÃO

O que você estava fazendo em 11 de setembro de 2001? Qualquer pessoa que viveu aquele dia é capaz de dizer exatamente o que estava fazendo quando tomou conhecimento dos atentados. Você mesmo, ao ler o início deste parágrafo deve ter se lembrado imediatamente do que fazia e de como reagiu à notícia. Em 11 de setembro de 2001 eu era estudante de graduação em Comunicação Social – Jornalismo e fazia estágio na assessoria de comunicação da Federação das Indústrias do Pará. A sala onde trabalhava com mais uma estagiária e três jornalistas estava localizada no mesmo andar da presidência da instituição. Era uma terça-feira comum, até que o presidente da instituição entrou correndo na sala de assessoria de imprensa dizendo para ligar a televisão. Algo terrível havia acontecido em Nova York, mas ninguém sabia exatamente o quê.

Após algumas horas fui incumbida de selecionar material sobre os atentados para a diretoria. No primeiro dia minhas fontes foram os sites de notícias. Do dia seguinte em diante, os jornais de circulação nacional. Lembro que fiquei impressionada com o volume de material publicado sobre o assunto, com a repetição incessante das imagens do avião atingindo a segunda torre e a posterior queda do edifício.

Uma das regras não escritas do jornalismo diz que sempre em um caso como esse (tragédias em geral), a primeira coisa a se investigar é se há alguma vítima brasileira ou pelo menos testemunhas do ato. As duas coisas vieram, assim como as interpretações dos especialistas e os anúncios de que “começara o século 21”.

Anos depois, já num curso de especialização em Jornalismo Internacional, estudei a cobertura da eleição presidencial dos Estados Unidos de 2004, a primeira disputa eleitoral após o escândalo da apuração na Flórida, em 2000. Nesse trabalho pesquisei como a política de inspiração neoconservadora do governo dos Estados Unidos foi abordada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no contexto da campanha e da reeleição de George W. Bush. A conclusão foi que o jornal reproduzia o que era ditado pela imprensa estadunidense e não apenas não se referia ao projeto neoconservador diretamente, como atribuía a vitória de Bush a uma suposta retomada dos “valores morais” dos Estados Unidos. A guerra do Iraque e a “cruzada” empreendida contra o terror foram analisadas como conseqüências dos atentados de 11 de setembro.

Esta dissertação de mestrado é uma continuação deste primeiro trabalho, embora com um rumo diferente. Neste trabalho se estuda a cobertura jornalística brasileira dos atentados de 11 de setembro nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Nele são analisados textos noticiosos e opinativos (reportagens, artigos e editoriais) publicadas nos referidos jornais no dia seguinte aos atentados ao World Trade Center e Pentágono e as edições de “aniversário” do evento até o ano de 2008.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro encontra-se o referencial teórico-metodológico que irá nortear a análise: as proposições de Michel Foucault sobre poder e análise do discurso e o conceito de palavra de ordem de Gilles Deleuze e Félix Guatarri. A segunda parte aborda o campo jornalístico. Começa com algumas reflexões de Pierre Bourdieu sobre os meios de comunicação em massa e a autoreferencialidade da mídia. Em seguida aborda-se o cotidiano das redações na produção das notícias internacionais e apresentam-se algumas reflexões sobre a cobertura na “era do terror”.

O terceiro capítulo discorre sobre o 11 de Setembro. Este capítulo divide-se em duas partes. A primeira, de contextualização histórica dos atentados, comenta formas de interpretação do mundo que ganharam força após o fim da Guerra Fria, como as teses do Fim da História e do Choque de Civilizações, passando pelo questionamento da hegemonia dos Estados Unidos e a ascensão dos neoconservadores. Na segunda parte analisa-se o 11 de Setembro como uma linha de fuga, um acontecimento-catalizador, desestabiliza e redefine conteúdos e expressões. Por último, o quarto capítulo traz a pesquisa em si, a caracterização da cobertura de cada um dos jornais escolhidos e em que aspectos elas se assemelham e se diferem.

O recorte deste estudo compreende quase oito anos de cobertura desde aquela manhã de Setembro, o que torna tentador arriscar respostas para a pergunta “o mundo mudou após o 11 de Setembro?”. Ou ainda “os atentados são uma prova do declínio dos Estados Unidos?”. Não arriscarei respostas. Tentar respondê-las fugiria aos objetivos deste trabalho e implicaria construção de verdades. É sobre este tema que minha reflexão se debruça: investigar a produção de verdades sobre o 11 de Setembro nas páginas de dois grandes jornais brasileiros.

## **CAPÍTULO I**

### **A ORDEM DO DISCURSO E A PALAVRA DE ORDEM**

Neste capítulo encontram-se as abordagens teórico-metodológicas que servirão de base para a análise da cobertura de 11 de Setembro de 2001. Os autores aqui discutidos têm uma concepção do discurso que não procura causas ou intencionalidades que estariam ocultos nos discursos, concentram-se em *como* os discursos são produzidos. Da mesma forma, esta opção teórica afirma outro conceito de poder, na qual não se tenta localizá-lo num lugar específico (o aparelho de Estado ou uma classe dominante), mas se concentra nas condições de sua produção. Trata-se de outra forma de interpretação, outro modo de pensar as relações de poder e sua interface com a produção de saberes em uma determinada sociedade.

### **1- Assumir uma outra teoria do poder**

A concepção de poder empregada neste trabalho está amplamente descrita na obra de Michel Foucault, sobretudo na produção do filósofo na década de 1970. Neste período se dá a passagem das análises arqueológicas elaboradas na década anterior<sup>1</sup> - voltadas principalmente para questões relativas às constituições dos saberes - para o período conhecido como “genealogia”, que enfoca os mecanismos de poder. Dentre os escritos desta fase<sup>2</sup>, destacam-se *Vigiar e Punir* e o volume I da *História da Sexualidade*, intitulado *A Vontade de Saber*. A proposta era investigar o *como* do poder, as articulações entre saber e poder mediadas pelos “modos de produção de verdade” (Muchail, 2004).

*“Quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”* (Foucault, 2001:131).

É sobre os discursos científicos e particularmente sobre as ciências humanas que vai incidir esta investigação. Nesse momento de sua obra, Foucault amplia o âmbito das análises e passa a priorizar o cruzamento dos discursos com a trama das instituições e práticas sociais. Assim, “arqueologia e genealogia se distinguem ao mesmo tempo em que guardam, de certo modo, a mesma natureza e o mesmo teor”. Os propósitos da fase

---

<sup>1</sup> Entre os principais livros publicados no período estão *História da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *Arqueologia do Saber* (1969).

<sup>2</sup> Muchail explica que tanto os estudiosos de Foucault quanto ele próprio reconhecem três momentos em sua trajetória, que se dividiria em “arqueologia”, “genealogia” e nas questões relativas à constituição do sujeito ético.

genealógica já estavam presentes nos primeiros escritos, mas o próprio Foucault adverte que há neste momento uma mudança na condução das análises. Poder-se-ia dizer que a arqueologia é englobada e ampliada na genealogia. Enquanto a primeira efetua “uma análise descritiva veiculando uma denúncia”, a segunda “constrói uma política de resistência e de luta” (Muchail, 2004:15).

A genealogia vai combater os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico. Trata-se de uma insurreição dos saberes, não tanto contra os métodos ou conceitos de uma ciência, mas contra os efeitos centralizadores de poder que estão vinculados à instituição e ao funcionamento dos discursos científicos organizados no interior de nossa sociedade. Nesse sentido, as genealogias são anti-ciências. Porém, não é pelo empirismo que perpassa o projeto genealógico e sim por fazer emergir saberes locais, descontínuos, não-legitimados, desqualificados, enfim, toda uma gama de “saberes sujeitados”, contra uma instância teórica que pretenderia hierarquizá-los em nome de um conhecimento verdadeiro (Foucault, 1999).

Quando se refere ao poder, o autor não se refere a um “Poder” como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Tampouco a um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. Não se deve tomar o poder como um fenômeno de dominação maciça e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de um grupo sobre outros, de uma classe sobre outras. Poder não é uma instituição nem uma estrutura; não é uma potência de que alguns sejam dotados.

Dentro desta linha é possível destacar algumas proposições:

- O poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou se deixe escapar; o poder se exerce a partir de certos pontos e em meio a relações desiguais e móveis.
- As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes.

- O poder não vem de baixo; isto é, não há, no princípio geral das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominadores e dominados.

O poder, segundo esta perspectiva deve ser compreendido como “a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (1988: 102). Poder é uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada, algo que circula e que se exerce em rede e que perpassa todos os que estão nesta trama. O poder está em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. Trata-se, em suma, de uma concepção do poder que “substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel das correlações de força” (1988:112).

*“O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos (...) são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.* (Foucault, 2001: 183)

Esta forma de se conceber o poder está em contraposição a algumas noções clássicas do pensamento político como a teoria jurídica clássica do poder, na qual o poder é considerado um direito do qual se seria possuidor e que seria da ordem da cessão e do contrato. A constituição do poder político nessa série se faz num conjunto teórico cuja base seria o modelo da troca contratual (características expressas em Hobbes e demais contratualistas). Nega-se também a concepção marxista de “funcionalidade econômica do poder”, na qual o papel essencial do poder seria manter as relações de produção e ao mesmo tempo reconduzir a uma dominação de classe. Para Foucault, o poder não se dá nem se troca. Ele se exerce, só existe em ato. Assim, poder não é primariamente recondução das relações econômicas, mas primariamente uma relação de força.

As grandes instituições que se desenvolveram na Idade Média – a monarquia, o Estado com seus aparelhos – tomaram impulso sobre um fundo de multiplicidades de poderes preexistentes. Elas conseguiram se implantar e se fazer aceitar porque se apresentaram como instâncias de regulação (Foucault, 1988). O papel essencial da

teoria do direito desde a Idade Média é o de fixar a legitimidade do poder, problema central da soberania. É necessário, então, que nos libertemos da imagem do poder traçada pelo os teóricos do direito e do Estado e construir uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código.

*“Trata-se, portanto de, ao mesmo tempo, assumir uma outra teoria do poder, formar outra chave de interpretação histórica; e, e examinando de perto todo um material histórico, avançar pouco a pouco em direção a outra concepção do poder. Pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e poder sem o rei”.* (Idem, 1988: 101)

Foucault adverte que não há poder que não se exerça sem uma série de objetivos, mas isso não quer dizer que esses objetivos resultem da escolha individual de um sujeito ou um grupo que preside sua racionalidade. A racionalidade do poder é a das táticas que se encadeiam entre si e que esboçam dispositivos em conjunto. A diferença da análise proposta é que ela seja feita inversamente; ao invés de deduzir qualquer coisa da dominação de classe burguesa, por exemplo, dever-se-ia primeiramente verificar como alguns mecanismos se articularam de modo a começarem a ser economicamente lucrativos e politicamente úteis. Os mecanismos de controle relativos à exclusão da loucura, repressão da sexualidade, aparelhagem de vigilância, mudanças no tratamento dado à delinqüência, toda essa micromecânica do poder representou em certo momento um interesse para a burguesia e por esta razão foram acabaram por finalmente ser adotados pelo sistema de Estado.

Do mesmo modo devem ser vistas as transformações no nível das técnicas de poder nos séculos XVII e XVIII, quando surgiram técnicas essencialmente centradas nos corpos individuais, que lhes aumentavam a força útil através do exercício, do treinamento e que se exerciam por meio de um sistema de vigilâncias, hierarquias e relatórios, a tecnologia disciplinar do trabalho. Ou o processo que se delineou a partir do século XVIII e que levava em conta não mais os corpos individuais, mas o conjunto de fenômenos de uma população. Tanto no caso do poder disciplinar<sup>3</sup> quanto na biopolítica<sup>4</sup>, há diversas estratégias de poder que atuam em conjunto, se apoiando umas

---

<sup>3</sup> Foucault descreve detalhadamente a sociedade de disciplina e os procedimentos de adestramento do corpo em *Vigiar e Punir* (1975).

<sup>4</sup> A passagem da sociedade disciplinar para outro momento e a uma nova tecnologia de poder, a qual o Foucault chamou de biopolítica estão descritos no curso do Collège de France, *Em defesa da*

nas outras e que são, sim, utilizadas pelos aparelhos de Estado, embora estes movimentos não ocorram apenas por decisão do Estado. Há para o seu funcionamento, algo fundamental, que é a produção de saberes.

*“Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania, para o âmbito dos aparelhos de Estado, para o âmbito das ideologias que o acompanham, creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber” (1999: 38).*

No primeiro volume de *História da Sexualidade*, Foucault fala regra da polivalência tática dos discursos, que institui o discurso como lugar onde vão se articular poder e saber. Deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, o que Foucault diz é que “não se deve imaginar um mundo do discurso dividido admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes” (1988: 111). Nesta proposição o discurso é simultaneamente instrumento e efeito de poder. Não existe um discurso de poder de um lado e em face dele outro que se contrapõe. Dentro de uma mesma estratégia podem circular discursos diferentes e contraditórios.

Neste jogo complexo e instável o discurso pode ser também lugar de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. Se o discurso veicula, produz, reforça o poder, ele também o mina, expõe, debilita. Onde há poder há resistências e esta nunca se encontra em exterioridade em relação ao poder. Os pontos de resistência estão presentes em toda rede do poder, distribuídos de modo irregular e diferentes entre si. Resistências no plural que algumas vezes podem operar grandes rupturas, mas que na maioria das vezes introduzem na sociedade clivagens que se deslocam e atravessam os indivíduos.

### **A ordem do discurso**

Em todas as sociedades a produção de discursos é controlada, selecionada, organizada e distribuída por procedimentos que têm a função de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2005: 8). Para isso há três formas de exclusão/interdição do discurso: a palavra não-dita (o que não se diz ou se diz apenas em alguns momentos); a separação entre razão e loucura (a rejeição do que diz o louco) e a vontade de verdade (separação entre falso e verdadeiro). Os dois primeiros procedimentos se articulam na direção do terceiro. Esse procedimento, como os outros sistemas de interdição, é sustentado por um sistema de instituições que não se exercem sem pressões ou violência. A separação entre verdadeiro e falso está em perpétuo deslocamento e é reconduzida pelo modo como o poder é atribuído, valorizado, repartido e aplicado numa sociedade.

Esta concepção é importante para esta pesquisa para pensar o modo de produção dos discursos jornalísticos. O jornalismo é uma prática indissociável da vontade de verdade. A credibilidade de um órgão de imprensa é uma operação de separação entre o mundo falso e o mundo verdadeiro, o mundo dos fatos que merecem ser narrados. A empresa jornalística funciona, assim, como uma instituição que, se não cria verdades, atua como uma instituição que confere a legitimidade a algumas verdades que circulam em um determinado meio social. O que é publicado no jornal é automaticamente tido como verdadeiro. Foucault afirma que pouco (ou nada) se fala sobre a vontade de verdade, como se houvesse um mundo verdadeiro totalmente separado à espera de contemplação. Do mesmo modo, quase não há no jornalismo uma autocrítica que questione as verdades criadas ou legitimadas pela imprensa.

Os outros procedimentos de separação/exclusão também podem ser observados na grande imprensa. A separação entre razão e loucura também está presente quando a mídia busca legitimar a informação sempre se amparando em fontes oficiais, primando pelos saberes técnico-científicos em detrimento de outros, que são desqualificados sob a alegação de serem conhecimentos místicos ou populares. Há sempre um especialista a interpretar a fala do líder religioso do Oriente ou os fatores que culminaram na existência do homem-bomba. Há sempre um psicólogo para identificar a patologia do criminoso. A racionalidade técnico-científica, oficial, está até nos domínios que aparentemente não podem ser explicados pela razão.

Neste meio o que não se diz também é importante. Uma vez que o jornalismo opera por uma seleção de pauta que define o que é ou não notícia, atua estabelecendo o que é importante ou não de ser dito ou o que é dito em apenas algumas ocasiões. O que não é dito não existe para o “mundo” da mídia. Ou não importa.

Existem outros modos de controle e delimitação do discurso que diferente dos já citados, se exercem em seu interior. Os procedimentos internos remetem o discurso à dimensão do acontecimento e do acaso. O *comentário* é um nível do discurso onde se constrói o novo ao mesmo tempo em que se fixa o tradicional. São textos do nosso sistema de cultura, os textos religiosos, jurídicos e, em certa medida, os textos científicos. A multiplicidade aberta pelo princípio do comentário é transferida pela circunstância, pela forma de repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta.

Outro princípio de rarefação do discurso é o do *autor*, não necessariamente o indivíduo que pronunciou ou escreveu um texto, mas um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações. Não se pode negar a existência do indivíduo que escreve e inventa, já que o indivíduo que se põe a escrever retoma por sua conta a função de autor: o que escreve, o que não escreve, todo esse jogo de diferenças é reflexo de sua época, como ela a recebe e/ou a modifica. O terceiro procedimento de controle dos discursos, a *rarefação dos sujeitos que falam*, determina as condições de seu funcionamento, impõe aos indivíduos que pronunciam os discursos certo número de regras e assim não permite que todo mundo tenha acesso a ele.

Esses princípios permitem duas constatações. A primeira é a necessidade de se verificar como atuam os comentários do texto jornalístico, na medida em que estes constroem o novo sem abalar antigas crenças, ao contrário, muitas vezes acabam por reforçá-las. O outro ponto diz respeito ao *autor*, já que o selo institucional é o que muitas vezes confere legitimidade ao jornalista como formador de opinião. Salvo poucos profissionais, a maioria dos jornalistas só existe sob a chancela do sobrenome institucional, que o autoriza a falar com especialista (e os que não estão num grande veículo de comunicação tiveram de passar por eles até que seus nomes se descolassem das instituições).

Foucault afirma que o pensamento ocidental fez com que o discurso aparecesse apenas como “um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras” (2005: 46). O discurso anula-se em sua realidade e inscreve-se na ordem no significante. Ou seja, a racionalidade dá a impressão que o discurso não existe. É preciso, pois, questionar a nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender a soberania da ordem significante. Tais tarefas implicam exigências de método, no qual quatro princípios servirão como reguladores da análise:

- *Princípio de inversão*: é preciso reconhecer o jogo negativo de um recorte e a rarefação do discurso impressos nas figuras do autor, da disciplina, da vontade de verdade.
- *Descontinuidade*: “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, mas também se ignoram ou se excluem”. Em outras palavras, não há por baixo dos discursos um grande discurso ilimitado, que teríamos a missão de descobrir.
- *Princípio da especificidade*: não transformar o discurso num jogo de significações prévias.
- *Princípio da exterioridade*: não passar do discurso para o âmago do que se manifestaria nele, mas a partir do próprio discurso passar às suas condições externas, “àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa em suas fronteiras”.

As análises propostas por Foucault se dividem em dois grupos: de um lado, o *conjunto crítico*, do outro, o *genealógico*. O conjunto crítico irá versar sobre o que foi designado como “funções de exclusão”, em especial sobre a terceira forma, a vontade de verdade. O aspecto genealógico concerne à formação efetiva do discurso. Enquanto a crítica analisa os processos de rarefação (e também de reagrupamento e unificação dos discursos), a genealogia estuda sua formatação, que é ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular.

Essas duas tarefas nunca são inteiramente separáveis. “Entre o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de domínio, mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e delimitação”. As descrições

críticas e genealógicas devem se alternar, se apoiar umas nas outras, se complementar. A parte crítica busca detectar os procedimentos de exclusão; a parte genealógica se detém nas séries de formação efetiva dos discursos. Em todo caso, uma coisa deve ser sublinhada: a análise do discurso não desvenda a universalidade de um sentido. Não há um “discurso puro” a espera de ser revelado ou uma intencionalidade, uma manipulação que deve ser exposta. A análise do discurso proposta por Foucault mostra o jogo de rarefação imposto em sua construção.

## **2- Discorrer, disciplinar, controlar**

Mayra Rodrigues Gomes explica que na origem do jornalismo há uma raiz panfletária que conclama à ação política, congrega em torno de ideais e mobiliza em direção a lutas. Essa posição implica a presença de uma verdade central, de preferência para além de época e circunstância. É por uma vontade de verdade que o jornalismo se faz crítico, e é também por isso que ele se faz “um discurso fundado na referencialidade, sempre testemunhando sua palavra, sempre apresentando provas, ou ao menos simulando apresentá-las” (Gomes, 2003:15).

A autora afirma que assistimos na imprensa a uma perpétua “procissão de verdades, sempre em dissonância”. Contudo, por muitas que sejam as verdades o que importa é ver que cada uma delas funciona em seu tempo e lugar para a construção do verdadeiro, dando a impressão de que existe uma verdade em sua plenitude. Os discursos se constroem como fundamento e justificativa para as regras, enquanto as expressam também as legitimam.

*“O que a mídia faz ao reunir o seu coro de verdades que no fim vão soar em uníssono – a verdade da norma jurídica, da religião, do saber técnico-científico – como uma apresentação do mundo nos moldes em que este deve ser vivido, o que passa necessariamente por uma educação dos sentidos, valores e da razão” (2003: 44).*

As mídias são os espaços onde os discursos se acumulam e onde possuem máximo poder de difusão. Gomes afirma que a visibilidade nas mídias conecta-se com a exploração realizada por Foucault sobre as táticas de majoração de poder em *Vigiar e Punir* (1976). É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, mantenedores de escala de valores como vigilantes.

Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira do mostrar e controlam pelo próprio ato de mostrar.

Gomes chama a atenção para o alcance das palavras em Foucault como um efeito de organização sobre “um dado a ver, recorte pelo qual um segmento se abre a construções imaginárias, a relações sociais, mecanismos de produção” (Gomes, 2003: 66). A autora afirma que toda disciplina encerra um projeto de controle fazendo com que distinções como gordo e anoréxico, branco, preto, amarelo e pardo, lésbicas e gays, homossexual ativo e passivo, etc., pareçam ter fundamento na natureza. Assim, estas subcategorias reclamam atenção, passam pelo entendimento como consideração pelas diversidades e pelos direitos, mas implica mobilização pela atuação conveniente ou politicamente correta, sempre supondo controles (Gomes, 2003: 62).

A concepção de dispositivo disciplinar segue a mesma lógica de um discurso que delinea saberes e verdades de uma época, o que não pode ser feito sem que uma propriedade de ordem e comando esteja inserida no discurso. É neste ponto que a noção de *dispositivo disciplinar*, de Foucault encontra a *palavra de ordem* descrita por Deleuze. Tendo como ponto de partida a idéia de que nomear é isolar campos e não um instrumento de “representar o mundo como ele é”, o conjunto de nomeações tem então como efeito o desenho de um mundo a ser visto. Nesta configuração de mundo chama atenção a constância com que algumas palavras aparecem nos noticiários. A reincidência não ocorre como efeito simples de uma realidade vivida, mas como repetição incessante do que é necessário reter, fixar.

Um exemplo bastante elucidativo foi o amplo uso do termo “globalização” na década de 1990. Gomes afirma que nas matérias jornalísticas há vários esclarecimentos do que seria a globalização, suas origens e as diversas posições políticas por ela suscitada. Contudo, “a própria postura a favor ou contra dá respaldo a uma realidade a ser vista”, induz a admitir uma situação consumada de uma nova ordem mundial. Faz parte disso a aproximação de termos como mundialização (empregado pelos franceses) e globalização (empregada pelos norte-americanos). A difusão, explicação e repetição do tema educa e chama para tomar posição a respeito de uma visão de mundo que se sobrepõe a diversas outras possíveis. Esta educação consiste em fazer com que verdades sejam incorporadas pelo meio da repetição. Os atentados de 11 de Setembro de 2001

são “exemplos mor” dessa circunstância. Tudo o que temos desses fatos é a visada ocidental reforçando posições de poder.

### **3 – Construção de universais e palavras de ordem**

Segundo Deleuze e Guattari (1997) a filosofia da comunicação se esgota na procura de uma opinião universal liberal como consenso. A comunicação (incluindo o jornalismo) não cria conceitos; ela é feita de opinião. Toda opinião é política no sentido que exprime funções gerais em estados particulares. A opinião é em sua essência vontade de maioria e, portanto, só pode falar em nome de uma maioria: será verdadeira a opinião que coincida com a do grupo ao qual se pertencerá ao enunciá-la (1997: 190).

Por este motivo, “a contemplação, a reflexão a comunicação não são disciplinas, mas máquinas de constituir Universais em todas as disciplinas”. A idéia do consenso em torno Estado democrático universal ou as discussões acerca dos direitos do homem são exemplos desta função da comunicação, pois, para os autores, a única coisa universal no capitalismo é o mercado.

*“Os direitos do homem são axiomas: eles podem coexistir no mercado com muitos outros axiomas, especialmente na segurança da propriedade(...). Quem pode manter e gerar a miséria, e a desterritorialização-reterritorialização das favelas, salvos polícias e exércitos poderosos que coexistem com as democracias? Que social-democracia não dá a ordem de atirar quando a miséria sai de seu território ou gueto? Os direitos não salvam nem os homens nem a filosofia que se reterritorializa sobre o Estado democrático. E é preciso muita inocência, ou safadeza, a uma filosofia da comunicação que pretende restaurar a sociedade de amigos ou mesmo de sábios, formando uma opinião universal como “consenso”, capaz de moralizar as nações, os Estados e o mercado”. (Deleuze & Guattari, 1997:139)*

Para eles, não falta comunicação em nossa sociedade, nem falta uma outra comunicação. A comunicação está sempre em excesso. O que nos é falta é *resistência ao presente* para não nos agarramos a idéias prontas. E é precisamente por meio das idéias prontas que operam os meios de comunicação. Os jornais procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar. A linguagem não é informativa ou comunicativa, mas a transmissão de palavras de ordem.

A linguagem não é feita para transmitir informações ou mesmo para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer.

*“Isso pode ser percebido nos informes da polícia ou do governo, que pouco se preocupam com a verossimilhança ou com a veracidade, mas definem muito bem o que deve ser observado e guardado. (...) A linguagem não exige mais do que isso. (...) A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos” (Deleuze & Guattari, 2007: 12).*

Palavra de ordem não é uma categoria particular de enunciados explícitos (comandos, no imperativo). As palavras de ordem não remetem somente aos comandos, mas todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”. A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. A enunciação não é individual e não existe mesmo um sujeito de enunciação; ela remete aos agenciamentos coletivos, atos que se definem pelo conjunto das transformações incorpóreas<sup>5</sup> em curso numa sociedade e que se atribuem às pessoas dessa sociedade.

Esses aspectos não se situam na lingüística. Eles remetem diretamente à política, à necessidade de verificar como a política trabalha a língua por dentro, fazendo variar não apenas o léxico, mas a estrutura e todos os elementos de frases. Deve-se reconhecer na linguagem características estranhas que apontam para a instantaneidade na emissão, na percepção e a transmissão de palavras de ordem e, além disso, uma grande variabilidade e uma potência de esquecimento. Isso pode ser visto na cobertura dos grandes escândalos políticos ou crimes de grande repercussão. Primeiro há uma repetição constante do que deve ser fixado, do julgamento moral, de como não se pode ou não agir. Casos como o do “mensalão” ou da morte violenta das crianças João Hélio e Isabella figuram nos noticiários por semanas a fio. São reencenados, interpretados e cada novidade sobre o caso é transmitida pela televisão e outros meios instantâneos imediatamente. Tudo isso até saírem de cena ou serem substituídos por outra notícia igualmente espetacular.

---

<sup>5</sup> Sobre as transformações incorpóreas, Deleuze fala que os corpos possuem uma idade, uma maturação, um envelhecimento. Porém, maioridade, a aposentadoria, enfim, as categorias de idade, são transformações incorpóreas que se atribuem imediatamente aos corpos em cada sociedade.

Os autores afirmam que existem no campo social duas formalizações, uma de *conteúdo* (a representação das coisas) e outra de *expressão* (regime de signos), duas formas são independentes marcadas por uma pressuposição recíproca e pela passagem incessante de uma a outra. As expressões se inserem nos conteúdos e os recortam de outro modo, fazendo com que este seja atravessado o tempo todo por forças que o desestabilizam (desterritorialização). Conteúdo e expressão são segmentos que compõem os agenciamentos, que também comportam o agenciamento maquínico dos corpos (misturas de corpos uns sobre os outros) e o agenciamento coletivo de enunciação. A articulação desses dois aspectos se dá por meio de movimentos de territorialização e desterritorialização. Por isso um campo social se define menos por seus conflitos e contradições do que pelas linhas de fuga que o atravessam. Um agenciamento não comporta infra-estrutura e superestrutura, mas nivela todas suas dimensões num mesmo plano de consistência.

Seria um erro acreditar que o conteúdo determina a expressão, ter uma concepção ideológica do enunciado que o faria depender de um conteúdo econômico primeiro. O agenciamento não se remete a uma produção de bens, mas a um estado de mistura de corpos em uma sociedade. Ele não remete a uma produtividade da linguagem, mas a regimes de signos, uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua. Esses elementos, assim como as ferramentas, não valem por eles mesmos. Os agenciamentos não cessam de variar, de serem eles mesmos submetidos a transformações. Há graus de desterritorialização segundo os quais os conteúdos e as expressões se alternam operando uma reterritorialização. As transformações ao longo do tempo com o termo terrorismo é um exemplo de como um termo pode passar por várias desterritorializações e reterritorializar em algo novo, de acordo com o contexto político dominante de uma época<sup>6</sup>.

É importante frisar que **esta proposição metodológica nada tem a ver com ideologia**, pois para estes autores não existe nem nunca existiu ideologia. A literatura, considerada um agenciamento, está em conexão apenas com outros agenciamentos e

---

<sup>6</sup> Degenszajn (2006) analisa várias transformações no entendimento do que vem a ser terrorismo, desde o terror da Revolução Francesa até os grupos radicais islâmicos, passando pelo anarquistas do século XIX e XX.

escrever nada tem ver com significar, e é antes disso, cartografar regiões. O que a imprensa faz são recortes do mundo a ser visto, sem, contudo, que esses recortes caracterizem a dominação de uma classe sobre a outra ou um projeto de manipulação que precisa ser “descoberto” nas entrelinhas do texto jornalístico.

A palavra de ordem traz em si “uma morte direta àquele que recebe a ordem, uma morte eventual se ele não obedeceu, ou, antes, uma morte que ele mesmo deve infligir”, ela também traz outra coisa, inseparavelmente ligada a essa: um grito de alarme ou uma mensagem de fuga (2007: 54). A questão não é mais como escapar à palavra de ordem, mas “como escapar à sentença de morte que ela envolve, como desenvolver a potência de fuga, como impedir a fuga de se voltar para o imaginário, ou de cair em um buraco negro, como manter ou destacar a potencialidade revolucionária da palavra de ordem”. Na palavra de ordem a vida deve responder à resposta da morte, não fugindo, mas fazendo com que a fuga aja e crie.

As proposições de Deleuze e Foucault apresentadas neste capítulo têm em comum o modo de tratar o poder, a recusa à idéia de ideologia, de ver uma intencionalidade por traz do discurso e na potência de resistências. Diante de tudo o que foi dito até aqui sobre jornalismo e discurso, obteve-se algumas conclusões que serão importantes para a análise dos dados desta pesquisa:

- O jornalismo não é a expressão de uma ideologia ou um campo de um poder que se exerceria de um grupo sobre os demais, ou de uma classe sobre outras, e sim um campo de saber que é atravessado por diversos fluxos;
- O discurso jornalístico é marcado pela descontinuidade. Porém, como campo de produção de saber e de fixação de verdades é marcado pela presença de palavras de ordem, daquilo que é preciso pensar e reter, o que é reforçado pelo forte componente “oficialista” presente nos noticiários.
- O significado político dos termos empregados pela linguagem jornalística não cessam de variar de acordo com os agenciamentos e transformações incorpóreas em curso em uma sociedade, por isso é fundamental pensar essas desterritorializações no campo da política e não

da lingüística.

- Se toda palavra de ordem encerra “uma sentença de morte”, o discurso também é o espaço das possibilidades de linhas de fuga e resistências.

## **CAPÍTULO II**

### **ENTRE TEORIA E PRÁTICA: O CAMPO JORNALÍSTICO**

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o campo jornalístico com enfoque na cobertura internacional realizada por veículos de comunicação brasileiros. A compreensão do cotidiano das redações, bem como das dificuldades internas e externas que impõem limites à apuração é essencial para a o entendimento de como se dá a produção de notícias. Este capítulo traz também as impressões de algumas pesquisas sobre a cobertura de guerra recente e sobre o 11 de Setembro de 2001 e sobre os usos da palavra terrorismo nos meios de comunicação.

## **1- Os meios e os fatos**

### **a) A influência da televisão e a autoreferencialidade jornalística**

Em 1995, Pierre Bourdieu proferiu uma aula que deu origem ao livro *Sobre a Televisão*, no qual analisa este meio de comunicação e sua influência sobre os demais produtos jornalísticos. Para o autor, a televisão trabalha com “fatos ônibus” (*omnibus*: para todo mundo), fatos que não devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam consensos, que interessam a todo mundo, mas de modo tal que não tocam em nada importante (Bourdieu, 1995: 23). Ao mesmo tempo a televisão procede de uma forma paradoxal que consiste em “ocultar mostrando”, cobrindo o que é preciso de forma com que aquilo se torne insignificante ou que não corresponda à realidade.

A televisão, diz Bourdieu, é capaz de reunir diante do jornal das 20h mais pessoas os leitores de todos os jornais impressos reunidos, por isso detém uma espécie de monopólio sobre a formação de uma parcela muito importante da população, que não lê jornais e tem este meio como sua única fonte de informações. Porém, se a informação oferecida se trata de uma “informação-ônibus” podem resultar dela efeitos políticos e culturais como a banalização e homogeneização das notícias. Bourdieu diz também que este meio prioriza as variedades e isso leva à falta de informações pertinentes que o cidadão deveria possuir para exercer seus direitos democráticos.

A concorrência entre os diversos veículos de comunicação incitaria a uma eterna vigilância das atividades do concorrente resultando em *uniformidade na informação*. Isto não acontece apenas na tevê, mas atinge todos os demais meios de comunicação. A diferença entre o que é publicado em um ou outro veículo e suas abordagens, segundo

Bourdieu, é imperceptível para o espectador médio. Isto só poderia ser notado se o público assistisse simultaneamente a várias emissoras. Diante deste quadro, as escolhas que se produzem na televisão são de certa forma escolhas sem sujeito, pautadas pelos índices de audiência (que definem o que é de interesse) e pela informação circular (a dependência de fontes oficiais como informes de governos e das assessorias de imprensa, o material produzido pelas agências de notícias, a repercussão do que é publicado em outros veículos e todo um esquema de retroalimentação da mídia).

Bourdieu afirma que ninguém lê tanto jornais como os jornalistas. A leitura dos jornais, do *clipping* e o acompanhamento das notícias nos canais de televisão abertos e a cabo, em sites e rádios de notícias são atividades que fazem parte do cotidiano do profissional e esse é um mecanismo acaba levando à homogeneização. “Essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (Bourdieu, 1997: 33) Com isso a mídia, não apenas televisiva, tem como característica marcante a *autoreferencialidade*. Os jornalistas da imprensa escrita então se encontram diante de uma escolha: caminhar no sentido do modelo dominante – isto é, fazer com que os jornais sejam quase televisão – ou acentuar a diferença entre os jornais e este meio sob o risco de perder o público.

A proposta do autor seria que artistas, escritores, cientistas, etc., tentassem coletivamente instaurar negociações com os jornalistas, buscar uma reflexão destinada a buscar meios de superar em comum as dificuldades apontadas e lutar para o que poderia ter se tornado um instrumento de democracia direta – a televisão - não se converta em um instrumento de opressão simbólica. Da mesma forma, ele propõe que sejam feitas “alianças trans-jornais” para neutralizar efeitos que nascem das concorrências. Firmar, por exemplo, um acordo, por exemplo, de não dar voz a fascismos.

A influência da televisão no jornalismo (cobertura sensacionalista, espetacularizada, com características de programas de entretenimento) não se restringe aos telejornais. Segundo José Arbex Junior (2001), o advento e a expansão da televisão comercial produziram efeitos profundos e de grande importância sobre o conjunto da mídia que atingem até os jornais mais analíticos e radicacionais, como o britânico *The Guardian* e o francês *Le Monde*. Entre os efeitos imediatamente visíveis dessa influência estão a adoção de cores, diagramação mais “leve” e a ampla utilização de mapas e boxes didáticos, o aumento no tamanho dos caracteres, o uso de parágrafos mais curtos, o

aumento no tamanho e no número de fotografias, enfim, uma gama de recursos que faz com que o jornal se pareça uma “televisão impressa”.

Arbex afirma que à medida que a imagem se torna suporte preponderante na transmissão da informação tende a ganhar força a concepção de que o jornalismo é uma espécie de espelho fiel dos fatos e que o trabalho do jornalista é mostrá-los ao público “tal como realmente aconteceram”. Contudo, a pretensão de que os fatos possam ser capturados “objetivamente” e transmitidos ao “fielmente” ao público é insustentável. O narrador – que pode ser o historiador, o jornalista, o cientista político – escolhe e singulariza o fato motivado por aquilo que deseja demonstrar, faz o recorte da realidade que pretende mostrar. Isso não significa, porém, que tenha o poder de alterá-los livremente.

Para Eugênio Bucci (2003), a idéia de que as notícias dos jornais “retratam a realidade” não faz sentido. Seria melhor dizer que os jornais “consolidam a realidade”. Não que os jornais mintam, distorçam ou manipulem. É possível admitir que os grandes veículos da imprensa se esforcem na direção da objetividade e da verdade factual. O que está em jogo neste caso, não é como procedem os jornalistas, uma conduta ética da imprensa, mas a natureza do que é considerado como fato jornalístico.

Para o autor o fato já nasce como relato. Isso quer dizer que não há fato jornalístico sem o relato jornalístico. O que chamamos de “realidade” é um discurso que articula signos lingüísticos e visuais. A realidade seria antes uma realidade discursiva. Nessa concepção o relato jornalístico é o fator que ordena e constitui a realidade que ele mesmo apresenta. Os protestos antiglobalização, as intervenções do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, ações do Green Peace e outras ações voltadas para chamar atenção da opinião pública seriam exemplos de fatos que já nascem para ser relatos. Isso não significa que aqueles sujeitos que detêm o poder sobre as instituições midiáticas (mais precisamente sobre as instituições jornalísticas) adquiram o poder de controlar a função simbólica exercida pelo fluxo das notícias. Existem conivências e interesses palpáveis de acionistas ou de empresas jornalísticas que interferem sobre o conteúdo editorial. Mas existem também determinantes do discurso que fogem aos desígnios de patrão ou sindicato.

Embora essa proposição a respeito de fatos que já nascem para ser relatos faça algum sentido (sobretudo nos casos citados de ações que nascem com o objetivo de atrair atenção da mídia), ela não se aplica a tudo o que é publicado na mídia. A concepção de jornalismo aplicada nesta pesquisa é que este não é um “retrato fiel da realidade” e sim um recorte que deixa de lado vários outros possíveis. O que motiva este recorte e por que ele é feito (se é que existe uma causa) foge aos objetivos deste trabalho. Por outro lado, como afirma Arbex, aceitar puramente que os fatos não existem coloca situações embaraçosas, especialmente quando se trata de eventos que provocam impacto coletivo, como é o caso do 11 de Setembro. Isso significa dizer que podem existir fatos simplesmente e também fatos que nascem para serem relatos. O modo em que eles serão tratados na mídia será um recorte de realidade que atravessado por múltiplas forças, mas que não depende inteiramente da vontade ou intenção de um indivíduo, seja o narrador, o agente da notícia ou dono da empresa jornalística.

O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua suposição um mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos. “O que se passa nesse mundo não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos, o que seria uma forma de materialismo curto, associado à tradição marxista, que não explica nada, que denuncia sem esclarecer nada”, diz Bourdieu. O campo jornalístico é atravessado por fluxos que transformam o campo e a prática. Com isso, nada mais impróprio do que afirmar que o jornalista é o sujeito que “manipula os fatos”, pois o próprio jornalista é atravessado pelas mudanças em curso na sociedade, ainda que não sejam conscientes disso.

## **b) Jornalistas como objeto**

Bourdieu afirma que os jornalistas e o campo jornalístico devem sua importância ao fato de que eles detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção de difusão em grande escala de informação e isso acaba proporcionando aos jornalistas (pelo menos aos mais poderosos) uma consideração muitas vezes desproporcional a seus méritos intelectuais. Isso nos remete ao que Foucault diz a respeito da rarefação do sujeito que fala, da autoridade, que está ligada a legitimidade conferida pelo “sobrenome institucional”. Esta é a situação dos “âncoras” dos telejornais, colunistas dos grandes jornais, ou ainda aqueles que depois de vasta experiência na reportagem migraram para os blogs; todos encontram-se confortavelmente instalados na posição de

intelectuais-jornalistas, mas o que credencia como sujeitos falantes é justamente o fato de trabalharem ou terem trabalhado em grandes empresas jornalísticas. Vide o caso dos blogs de Josias de Souza, Luís Nassif, Sérgio Dávila, entre outros, ou a mítica em torno do falecido Paulo Francis.

As mudanças econômicas e as inovações tecnológicas das últimas décadas promoveram transformações significativas no cotidiano das redações e perfil do profissional jornalista. A alta rotatividade de profissionais nas redações e o advento da Internet, somados ao endividamento progressivo dos jornais desde a década de 1970 deram origem a outro tipo de profissional e outro tipo de cobertura. Ao mesmo tempo em que houve a diminuição de salários e a saída dos profissionais mais velhos e melhor remunerados, aumentou a exigência pela qualificação dos jornalistas que ingressam nas redações. Bourdieu afirma que o campo jornalístico é um lugar onde há pessoas cada vez mais cultas e onde cada vez mais cedo os profissionais entram em crise. “O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas” (1995: 53). Contudo, ainda se está longe de uma situação em que essas amarguras ou repúdios poderiam tomar a forma de uma verdadeira resistência, individual ou coletiva. Individualmente os profissionais que atuam nas redações vão se adaptando.

## **2- Jornalismo à distância**

### **a) Limites da cobertura internacional**

Um problema que atinge a imprensa latino-americana em geral é que os jornalistas da área internacional na maioria das vezes não têm acesso direto aos fatos que relatam. O número de correspondentes é bastante reduzido e as “fontes” acabam sendo as agências internacionais de notícias. O trabalho nas editorias que cobrem assuntos internacionais consiste basicamente na reciclagem da informação para convertê-la aos padrões de cada veículo. Como explica Margarethe Steinberger,

*“no cotidiano de nossas redações, a ‘checagem’ das informações nas fontes primárias é praticamente nula, e sua reciclagem por outro lado, é intensa; em geral, a Internet, as rádios e a televisão tomam a dianteira,*

*ficando os jornais com mais tempo para ‘cozinhar’ os fatos, isto é, contextualizá-los e interpretá-los”.* (Steinberger, 2005:30).

Além do processo de contextualizar e reinterpretar os fatos, as grandes empresas jornalísticas costumam dar preferência a articulistas e comentaristas estrangeiros que assinam textos em grandes jornais e revistas como *The New York Times*, *Newsweek*, etc. A participação de correspondentes e enviados especiais existem, mas é restrita aos grandes veículos e a algumas ocasiões (Olimpíadas, Copa do Mundo, eleições). Há três décadas *O Estado de S. Paulo* mantinha uma equipe de dez correspondentes internacionais permanentes; a *Folha*, sete. Os problemas financeiros das empresas jornalísticas surgidos nos anos 80 (que se arrastam até os dias atuais) tiveram como consequência imediata a redução desses efetivos. Uma parcela maior das tarefas necessárias à produção e ao fechamento das editorias de política internacional passou a ser feita por jornalistas que atuam dentro das redações.

Segundo Natali (2003), esse processo fez com que as empresas passassem a exigir mais dos redatores das editorias internacionais, levando a uma demanda crescente por uma melhor qualificação dos profissionais que atuam nesta editoria. A Internet teve papel fundamental neste novo jornalismo internacional, fazendo com que “o redator abandonasse seu papel passivo diante dos telegramas das agências”, dando a ele “um poder de intervenção inimaginável na elaboração mais pessoal de um texto noticioso” (Idem, 2003: 57). Se as agências internacionais pensam em um cliente abstrato ao redigirem seus despachos, a competência jornalística consistiria em “colocar uma linda cereja no bolo” antes de servi-lo ao leitor.

*“Até o início dos anos 90, a receita pra incrementar esse bolo tinha limitações de ingredientes. Eram anuários ou almanaques com dados políticos, econômicos e históricos de cada país, era a leitura de grandes reportagens ou artigos de fundo em publicações estrangeiras que tinham um custo elevado de assinatura e chegavam com grande atraso às redações daqui, eram arquivos de recortes ou bibliotecas. A Internet traz tudo isso. E traz bem mais”*(Natali, 2003: 57).

Natali afirma que o uso da Internet não substitui a existência de uma boa rede de correspondentes, o problema pode ser compensado por profissionais familiarizados com os múltiplos recursos disponíveis na rede mundial de computadores. Ele acrescenta que essa “reviravolta qualitativa” beneficiou também outras editorias do jornal, embora as

editorias de Política internacional tenham diante de si um potencial infinitamente maior. Nesta mesma linha, Buarque (2008) afirma que diante da falta de acesso direto aos acontecimentos cotidianos, o bom jornalismo internacional brasileiro deve focar no diferencial, na análise fundamentada, apresentando aos leitores a opinião dos temas em discussão. Sem sair da redação, a forma de se ter acesso a essas pessoas é por Internet ou telefone.

*“No mundo ideal, nos manuais de jornalismo usados nas faculdades de comunicação e redações, o repórter deve ter tempo para apurar uma reportagem, pesquisar o assunto, sair à rua e entrevistar as pessoas envolvidas no tema (...). No mundo real, (...) são poucos os repórteres que saem de suas mesas de trabalho. Há, é verdade, repórteres especiais de jornais e revistas dedicados a uma apuração mais profunda (...) Mas a maioria dos jornalistas de redação quase nunca sai à rua e acaba apurando tudo do escritório, com acesso a telefone e computador”* (Buarque, 2008:13)

Para o autor, o grande mérito do telefone é tornar o jornalismo possível. Se isto é algo que atrapalha a reportagem que precisa de observação, não é algo que impossibilita o jornalismo de análise, no qual o foco está apenas nos entrevistados e no que eles têm a dizer. Ele acrescenta que a prática do jornalismo lida com uma série de desafios e dificuldades que normalmente são ignorados pela teoria dessa forma de comunicação social e pela crítica acadêmica. No dia-a-dia, sob pressão de prazos, acúmulo de tarefas, cobranças variadas, impossibilidade de locomoção e mesmo falta de recursos muitas vezes é impossível fazer o ideal. Os profissionais da comunicação realizam seus trabalhos da forma possível. Este trabalho à distância, feito pela Internet ou telefone, “pode não ser o ideal, mas é o real”.

### **b) Jornalismo internacional na “era do terror”**

Há algumas décadas o controle da cobertura de conflitos internacionais passou a fazer parte das estratégias dos países envolvidos nas disputas. Fontenelle (2004) explica que a guerra do Vietnã foi uma linha divisória na história da participação da mídia em guerras, moldando em diversos países os investimentos em relações públicas e propaganda. A divulgação de número de mortos e descrições acerca do sucesso das operações pelos correspondentes de guerra gerou grande impacto na opinião pública. O governo norte-americano viria a responsabilizar a imprensa e desde então o controle da

mídia em situações semelhantes passaria a ter destaque nos Estados Unidos e em outros países. A expressão “Síndrome de Vietnã” se tornou uma referência ao “medo que um governante tem de não convencer a população devido a uma cobertura contrária da mídia” (Fontenelle, 2004: 26).

Uma nova fase do controle da cobertura jornalística em conflitos foi inaugurada com a Guerra do Golfo, em 1991. Neste período o controle dos jornalistas foi tão intenso que a operação de mídia ficou conhecida como “Operação Mordaça no Deserto” (uma referência ao plano militar “Tempestade no Deserto”). A campanha de mídia empreendida pelo governo estadunidense visou minimizar as iniciativas de cobertura independentes e toda a informação repassada aos correspondentes vinha dos militares.

*“A estimativa é que cerca de dois mil correspondentes foram enviados ao Golfo, dos quais mil e duzentos eram americanos. A maioria foi retirada do Iraque antes do início da guerra. O Pentágono estabeleceu que dois grupos de dezoito repórteres fariam a cobertura, mas as organizações de mídia pressionaram o governo, que acabou acrescentando onze grupos de sete jornalistas para acompanhar os acontecimentos. De início, apenas as duas maiores equipes tinha acesso aos campos de batalha”* (Fontenelle, 2004: 28).

Durante a guerra contra o Iraque os governos americano e britânico conduziram uma campanha de comunicação que envolvia repórteres enlistados<sup>7</sup> – que acompanhavam as tropas nos campos de batalha, correspondentes no Centro de Mídia do Comando Central, em Doha, Qatar; e bases nacionais para coordenação da campanha. Em algumas situações os militares forneciam informações inexatas aos repórteres deliberadamente para “levantar a moral dos soldados; abalar a confiança do governo iraquiano; ou simplesmente criar uma situação que fortaleceria sua campanha de guerra” (Fontenelle, 2004: 54). Havia também normas estabelecidas pelo Departamento de Defesa Americano e Ministério de Defesa Britânico sobre o tipo de informação que não poderia ser revelada na cobertura, como número de tropas, navios e aviões; nome e localização de instalações militares ou imagens que as identificassem; informações sobre táticas e operações futuras; imagens de prisioneiros de guerra que possibilitassem identificação.

---

<sup>7</sup> Em inglês, a palavra usada para designar esse tipo de repórter é *embedded*, que numa tradução próxima significaria “acamado”. A idéia era de correspondentes que dormissem e acordassem com os soldados. Havia 700 jornalistas enlistados nas tropas dos exércitos britânico e norte-americano.

Para Arbex Júnior (2001) a característica marcante da cobertura do conflito foi a “espetacularização” da notícia ou o “showrnalismo”, quando os jornalistas utilizaram as mesmas táticas dos shows midiáticos na formatação das notícias. A possibilidade de crítica ou apontamento de possíveis falhas no combate dos soldados estadunidenses foi totalmente eliminada pelo governo daquele país pela criação de *pool* de controle da mídia e dos repórteres presentes no Iraque. O *pool* consistia na censura de imagens e reportagens com soldados ou em locais considerados zona de guerra. Os jornalistas podiam entrevistar apenas oficiais instruídos e visitar instalações previamente escolhidas pelo Pentágono.

A cobertura do 11 de Setembro também passou pela estratégia de informação do governo dos Estados Unidos, demonstrando a relação entre o governo norte-americano e as empresas de mídia Arbex ressalta que a mídia daquele país, que costuma se apresentar como defensora dos valores democráticos da civilização ocidental pouco comentou a destruição militar das instalações da rede árabe de televisão *Al-Jazeera* em Cabul tão logo as tropas americanas entraram no Afeganistão.

*“Logo após o atentado, a grande mídia inteira, da CNN às redes brasileiras, começou a fazer uma campanha pela guerra. A primeira vinheta da CNN dizia “America Under Attack” (América sob ataque), dando a impressão de que se tratava de uma guerra convencional (...) No dia 12 de setembro os jornais exibiam fotografia de página inteira de soldados americanos empunhando a bandeira dos Estados Unidos (como fizeram no Brasil praticamente todos os veículos da “grande imprensa”)”* (Arbex, 2001: 8).

Arbex afirma que a atuação da mídia foi fundamental para a criação de um “clima patriótico” que posteriormente foi aproveitado pela extrema-direita daquele país na aprovação da concessão de “poderes ilimitados” ao presidente a fim de combater o terrorismo. Esta visão é partilhada por Dorneles (2002), que considera a cobertura do pós-11 de Setembro o episódio “mais censurado, autocensurado e distorcido” de que se tem notícia na história da imprensa em fronteiras de guerra.

*“Logo depois da divulgação do primeiro vídeo com pronunciamentos de Bin Laden, a assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, conversou com diretores das redes de tevê e dos principais jornais e*

*revistas. Todos se comprometeram a não divulgar na íntegra os vídeos seguintes. Conforme matéria publicada pelo jornal francês Libération, a CNN ‘prometeu até aconselhar-se com as autoridades no futuro’” (Dorneles, 2002: 20).*

Com base em um estudo das matérias publicadas em quatro grandes jornais (*O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil*) e três revistas nacionais (*Veja, Época e IstoÉ*) durante o período de um ano após os atentados de 11 de Setembro, o jornalista afirma que pouca coisa foi publicada na imprensa brasileira sobre o controle de informações veiculadas pela mídia que estava sendo feito pelo Pentágono. O fato foi condenado pela organização Repórteres Sem Fronteiras, que classificou os Estados Unidos como um dos países que prejudicam a liberdade de imprensa, declarando que desde o 11 de setembro se constatava esta ameaça, devido à “censura oficial de imagens e opiniões e à autocensura motivada pelo patriotismo” (Dorneles, 2003: 26).

A estratégia do governo norte-americano para conquistar o apoio mundial incluía três escritórios batizados de Centros de Influência Estratégica que funcionavam em Washington, Londres e Islamabad. Eles tinham a incumbência de disseminar dados de interesse dos Estados Unidos e de reagir imediatamente às declarações de Bin Laden. Dorneles relata ainda que o cinco meses após os atentados o presidente Bush anunciou a criação do Escritório de Comunicações Globais, que de acordo com o então porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, buscava “explicar o que é a América e os motivos pelos quais ela faz o que faz”. Um dos resultados disso é que os jornais e revistas estudados publicaram matérias muito parecidas, baseadas em agências e notícias e utilizando informações do Pentágono e de fontes oficiais.

O autor aponta outras características importantes da cobertura realizada pelos veículos de imprensa nacionais, como a assimilação da tese do Choque de Civilizações, visão estereotipada e negativa dos países árabes e islâmicos, uso parcial do termo “terrorismo” e a retórica pró-Israel. Essas tendências também são identificadas em jornais estrangeiros e agências de notícias. Estas características foram apontadas no estudo de Helena Santeiro do Val (2007), que analisou as matérias publicadas nas revistas *Carta Capital* e *Veja* nas duas edições das referidas publicações após os

atentados<sup>8</sup>. A revista *Veja* revelou preconceito contra árabes e muçulmanos e a cobertura de *Carta Capital* apresentou uma grande quantidade de matérias que retratavam os Estados Unidos e seu presidente de forma negativa. A cobertura de *Veja* foi mais contraditória, ora fazendo duras críticas ao governo Bush e à invasão do Iraque, ora apresentando visões estereotipadas dos povos orientais, retratando-os de forma generalizada e preconceituosa.

Entretanto, Jacques Wainberg (2005) tem outra interpretação da cobertura brasileira do 11 de Setembro. O autor afirma que os discursos jornalísticos foram construídos com farta utilização de metáforas e neologismos e que “prevaleceu a sensação de que há um pólo dominador (Estados Unidos), que, ao fazer uso de seu poderoso aparato tecnológico, militar, econômico e comunicacional, ameaça os países em desenvolvimento” (Idem, 2005:141). O terror da Al-Qaeda teria aparecido como “a expressão de um mal-estar de uma civilização constrangida pela predominância e avanço dessas forças globais”.

Wainberg diz que ao contrário da revista *Veja*, que descreveu os atacantes como “fundamentalistas antimodernos que se opõem aos valores das liberdades civis”, a opção editorial das televisões nacionais nesse “grave momento de tensão intercultural” no mundo foi evitar tal rotulação. Na sua avaliação este discurso traz nas entrelinhas certa tolerância em relação aos atos terroristas, que teriam sido interpretados como inevitáveis. Para ele “o ódio antiamericano falou mais alto” na cobertura e não teria havido espaço “a vitimização dos norte-americanos” (2003: 142). As deficiências da cobertura brasileira apontadas pelo autor também incluem a reprodução dos conteúdos de agências internacionais e o despreparo para lidar com este tipo de evento seja para noticiar e explicar o ataque no contexto das relações internacionais.

Dentre as “fraturas expostas” da imprensa brasileira, destacam-se os fatos de que apenas dois jornalistas (da *Folha de S. Paulo*) cobriram a invasão em solo iraquiano; a participação do apresentador da tevê *Record* José Luís Datena (que entrou no ar pela manhã, logo após o atentado, e a noite assumiu o papel de debatedor no programa de Adriane Galisteu para comentar os atentados) e o tom de sensacionalismo empregado (na *Rede TV!* a apresentadora Luciana Gimenez pôs-se a revelar seu conhecimento

---

<sup>8</sup> As revistas analisadas foram publicadas em 19/09/2001 e 26/09/2001.

pessoal da vida norte-americana e cartomantes foram consultadas sobre previsões dos atentados).

### **c) Terrorismo: uma palavra, vários significados**

Wainberg chama atenção para a excessiva e pouco precisa utilização do vocábulo terrorismo, que acarretaria conseqüências semânticas graves. A alegação de que existem vários “terrorismos” – terrorismo cultural, terrorismo econômico, terrorismo ecológico, entre outros – levaria ao esvaziando do termo, fazendo com que a violência política perca o significado que tentava dar ao seu ato. Segundo ele, a tentativa de evitar um imbróglio político fez com que alguns veículos de comunicação passassem a utilizar o termo “terrorismo” com cautela.

*“(...) a BBC inglesa proibiu seus correspondentes de utilizarem o termo ‘terrorista’, embora ‘terror’ tenha sido empregado para descrever as cenas de desastres ocasionadas por esses episódios (...) Da mesma forma, o jornal americano Minneapolis Star Tribune modificaria em pelo menos cinco oportunidades despachos do The New York Times trocando o vocábulo terrorista por ‘atacantes’. Já a imprensa árabe tem se mostrado ambígua e atordoada ‘num cardápio de rótulos’, utilizando além deste termo, ‘suicidas’ e ‘mártires’, preferencialmente este” (Wainberg, 2005: 96).*

A agência de notícias inglesa *Reuters*, que cobre eventos em 160 países, também teria decidido cancelar este termo de seu vocabulário, recomendando que se utilizasse em seu lugar adjetivos como torturadores, extremistas, assassinos, seqüestradores, sabotadores.

*“a própria CNN teria de desmentir comentários de que o termo ‘terrorismo’ e/ou ‘terrorista’ tinham sido proibidos em sua cobertura do ataque da Al-Qaeda”. Também o Wall Street Journal teria deixado claro aos leitores que a palavra era empregada para descrever “organizações não-governamentais e pessoas que planejavam e executavam atos de violência contra populações civis ou alvos não-combatentes” (Wainberg, 2005: 102).*

Na imprensa brasileira também houve debate sobre o uso do termo após os atentados. Wainberg cita a coluna de 08 de agosto de 2004 do *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, na qual este explicou que o jornal costuma usar o termo terrorista “para

identificar grupos armados como a Brigada de Mártires de Al Aqsa ou Hamas, que resistem à ocupação de Israel”. Ele acrescenta que na visão do jornal (expressa em Nota da Redação), “a Folha considera terrorista grupos que atacam civis de forma deliberada”. O uso do termo informado pelo colunista polemiza com o recomendado pelo Manual de Redação<sup>9</sup> do veículo, que orienta seus jornalistas a usar este termo “apenas em sentido técnico evitando a carga ideológica positiva ou negativa”. Nesta mesma coluna o *ombudsman* afirma que *O Estado de S. Paulo* usa termos como “militantes”, “extremistas” ou “radicais” para caracterizar os grupos palestinos, para evitar “cair no rótulo aplicado por um dos lados”. Já em *O Globo*, o termo seria utilizado para designar “atos ou ações específicas levadas a cabo por esses grupos contra a população civil em Israel” (Wainberg, 2005: 100-101).

A conclusão do autor é que se observa no comportamento da imprensa uma peculiaridade: é mais fácil denominar terror o ato que vitima a própria população e utilizar paliativos lingüísticos toda vez que esta violência envolver a população de outras nações. No Brasil a imprensa enquadrrou facilmente como terrorista o ataque realizado contra a sede das Nações Unidas em Bagdá, em 19 de agosto de 2003, no qual morreu o diplomata Sérgio Vieira de Melo. Da mesma forma, o termo “terror” e/ou “terrorista” é mais facilmente utilizado se o número de vítimas for tal que “caracterize matança e horror”. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Beslan, próxima à Chechênia, onde foram assassinadas, em setembro de 2004, 335 pessoas, entre as quais, mais de uma centena de crianças.

O redimensionamento do termo terrorismo a partir do 11 de Setembro na imprensa é objeto do estudo de Nicoletti (2007) sobre a produção e os usos do conceito no jornalismo. Sua análise incluiu os sites dos jornais *Folha de S. Paulo* e *The New York Times*, da agência de notícias *Reuters*, da rede de televisão árabe *Al Jazeera* e os

---

<sup>9</sup> O texto do Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* define no verbete terrorista/guerrilheiro que “o termo terrorista se refere a indivíduos, organizações e governos quando praticam ações violentas contra alvos civis, ainda que não de maneira exclusiva (podem eventualmente atingir alvos militares). Seus objetivos são essencialmente de propaganda, mesmo que mantenham retórica militar. Se não for possível aplicar esses critérios adequadamente empregue o termo *extremista*, que tem a desvantagem de ser menos preciso. Exemplos: as ações do Unabomber, o ataque com gás sarin ao metrô de Tóquio, o bombardeio de uma fábrica de remédios no Sudão pelos EUA. *Guerrilheiro* é o combatente de forças paramilitares engajadas em luta armada para a conquista do poder. Em alguns casos, praticam ações terroristas. Em caso de dúvida, discuta a aplicação desses termos com os editores”. No *Manual de Redação e Estilo* de *O Estado de S. Paulo* não há orientações sobre o uso das palavras terrorismo/terrorista.

informes divulgados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Seu estudo também identifica a dependência de fontes institucionais nos meios analisados e um desequilíbrio para o modo de como o termo é empregado. Nos *press-releases* do governo norte-americano, a palavra aparece associada aos combatentes de países do “Eixo do Mal” (inicialmente Irã, Coréia do Norte e Iraque, depois ampliado para incluir Líbia, Cuba e Síria). Esses países eram acusados de desenvolver armas em destruição em massa e financiar organizações terroristas.

*“O uso do termo terrorismo nas comunicações oficiais para designar os combatentes que enfrentam as forças norte-americanas no Iraque se dá apesar de os comandos militares terem definições claras sobre cada um dos termos. No guia militar para terrorismo produzido pelo Exército dos EUA, os três termos são discutidos claramente. Insurgência é definida como “um movimento organizado com o intuito de derrubar um governo estabelecido pelo uso da subversão e do conflito armado”. Já guerrilha são as operações militares e paramilitares, conduzidas em território dominado pelo inimigo ou hostil, por forças irregulares e predominantemente nativas. Terroristas são ‘indivíduos que usam violência, terror e intimidação para alcançar um resultado’” (Nicoletti, 2007: 76).*

Nicoletti afirma que, por ser um termo associado ao mal, a palavra terrorismo é acionada pela imprensa e por governos sempre que é necessário demonstrar indignação ou clamar pelo endurecimento de penas. Um caso recente de uso indiscriminado do termo terrorismo durante os ataques da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) no Estado de São Paulo, em maio de 2006. Na ocasião, “o termo parece não ter sido empregado de forma consciente pela imprensa para obter alguma vantagem ou justificar alguma ação, mas sim para caracterizar algo que foi extremamente danoso para a sociedade” (2007: 79). Os atos foram qualificados como terroristas para que fossem julgados como algo extremamente reprovável, como sinônimo de mal. Esta posição foi expressa no blog da jornalista Tereza Cruvinel, no dia 16 de maio de 2006, no qual ela afirmou taxativamente que o que ocorria naquele momento em São Paulo e em outros Estados era terrorismo, “um terrorismo sem causa, disposto a enfrentar o Estado, a lei e a autoridade”.

O autor afirma que em mais de trinta anos de discussões sobre o assunto a Organização das Nações Unidas nunca chegou a uma noção única sobre o que é

terrorismo. Na primeira vez que o assunto foi discutido, em 1937, na então Liga das Nações. Considerava-se então terrorismo todo ato direcionado a um Estado com a intenção de “criar um estado de terror nas mentes de pessoas específicas, em um grupo ou no público em geral”. Na década de 60, entraram em vigor nessa definição convenções sobre o uso de aviões e a colocação de bombas em seu interior. O assunto não receberia tratamento mais amplo da ONU até 1972, quando foi morta parte da delegação israelense durante os Jogos Olímpicos de Munique. O episódio teve cobertura intensa da mídia e trouxe o debate sobre o terrorismo, especialmente o palestino, para o centro das discussões. Nas duas décadas seguintes, o grande número de explosões de bombas se tornaria a forma mais comum de atentado. Como reação, no final da década de 90 foi criada pela ONU a Convenção Internacional para Supressão de Atentados Terroristas a Bomba. O texto trouxe uma novidade porque considerava legítimas as lutas de libertação nacional.

Este panorama iria mudar nas resoluções do Conselho de Segurança pós-11 de Setembro, quando a ressalva presente desde 1972 lembrando do direito à autodeterminação dos povos e à luta anticolonial não iria mais aparecer. Em vez disso, aparece uma condenação a todos os atos de terrorismo, independentemente de suas motivações, de quando ou de quem os tenha cometido. “O termo terrorismo, antes até certo ponto relativizado de acordo com os motivos, adquiriu sua carga negativa mais plena. Agora, a discussão passa a ser do que enquadrar como terrorismo e não se há possibilidade de um terrorismo bom” (Nicoletti, 2007: 87).

Para o autor há um caminho de mão dupla: os meios de comunicação sofrem a influência da sociedade por meio dessas categorias e influenciam na sociedade com a formação, transformação e consolidação dessas categorias. Desde o fim da Guerra Fria, com seu apogeu logo depois do 11 de Setembro, a palavra terrorismo foi sendo ligada lentamente a novos significantes. A imprensa teve papel decisivo nisso, já que boa parte das interações comunicativas que os indivíduos estabelecem em seu dia-a-dia é catalisada pelos meios de comunicação de massa.

\*\*\*

Quando se aborda o jornalismo internacional brasileiro, os autores discutidos neste capítulo apontam várias deficiências, como a cobertura jornalística como marcada

pela dependência das agências internacionais de notícias e de informações fornecidas por fontes oficiais, além do fato de ser um tipo de jornalismo feito à distância no qual nem sempre a pessoa que escreve tem acesso direto aos fatos. Porém, há divergências sobre os prejuízos que essas características poderiam causar à reportagem. Enquanto alguns vêem esses fatores como falhas que levariam à falta de uma visão brasileira das notícias e à homogeneização da informação, outros defendem as possibilidades desse tipo de cobertura, que não prejudicaria o jornalismo de análise e ofereceria mais informação aos profissionais.

Com relação aos estudos da cobertura dos atentados de 11 de Setembro, percebe-se também diferenças entre os autores citados quanto aos usos da palavra terrorismo a partir desta data e a respeito da cobertura jornalística. De um lado há acusações de que a imprensa nacional segue o que é ditado pela mídia estadunidense; de outro, denúncia de ódio antiamericano. Em face disso, a análise feita nesta pesquisa levará em conta todos esses aspectos: a presença de material produzido por agências e meios de comunicação estrangeiros; as semelhanças e diferenças entre as coberturas dos dois jornais analisados, os usos do termo terrorismo e a *retroalimentação* ou *autoreferencialidade* midiática. Mas antes, relembra-se o pano de fundo político que antecedeu os atentados no capítulo a seguir.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA QUEDA DO MURO À QUEDA DAS TORRES**

Este capítulo tem por objetivo situar historicamente o acontecimento de 11 de Setembro de 2001. Para isso relembram-se algumas discussões a respeito do poder norte-americano após a queda do Muro de Berlim. Aborda-se o surgimento do neoconservadorismo, ainda na década de 1970. Esta doutrina política viria ter destaque no governo de George W. Bush na elaboração de sua política externa ou na criação de dispositivos de exceção dentro e fora do país como parte da política de segurança após os atentados.

### **1- Depois do muro, antes das torres**

Após a queda do muro de Berlim, em 1989 e da dissolução da União Soviética, em 1991, anunciava-se o início de uma nova ordem mundial, alicerçada em dois pilares: a democracia liberal e a globalização. O crescimento dos regimes democráticos no mundo desde a década de 1970<sup>10</sup> somado ao fim da bipolaridade entre o comunismo soviético e o “mundo livre” deu origem a interpretações entusiasmadas, sendo a mais famosa a tese sobre o “fim da História”, de Francis Fukuyama.

Segundo o cientista político, mais do que o epílogo da bipolaridade, o que se testemunhava era “o fim da história como tal, ou seja, o ponto de evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma de governo humano” (Fukuyama, 1992: 114). A tese celebrava a chegada a um modelo societário que seria o estágio final da humanidade, seu “destino teleológico” cujo ápice seria o triunfo da democracia liberal face à experiência socialista. A queda das ditaduras na Europa na década de 1970 e a crise do autoritarismo na América Latina na década seguinte seriam expressões de que os regimes autoritários haviam sido alijados pela idéia de democracia. A História teria se completado com a disseminação do “mercado livre” e a universalização da democracia.

A tese do fim da História se desenvolveu e ganhou fama sobre o pano de fundo da globalização, tema presente na mídia e nos debates acadêmicos durante a década de

---

<sup>10</sup> Em 1972 havia 52 democracias no mundo; em 1996 este número havia crescido para 118, 62% do total de 191 Estados. O processo de aumento dos regimes democráticos no mundo está detalhadamente descrito por Huntington em *A Terceira Onda* (1991).

1990. Este conceito também emergiu após a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética para designar uma nova cartografia de mundo tecida por fluxos globais de mercadorias, capitais e informações, na qual emergiam novas potências econômicas e se organizavam novas relações de poder (Magnoli, 1997). Tão logo surgiu o conceito já abrangia toda a História do Ocidente: a globalização havia sido iniciada nas Grandes Navegações do século XVI e o pioneirismo europeu era frequentemente explicado como consequência da centralização do poder político pelo Estado monárquico, uma experiência bem sucedida decorrente da associação do Estado e dos empreendedores privados.

A Revolução Industrial do século XIX, as décadas do pós-guerra, a reconstrução de Europa e Japão capitaneados pelos Estados Unidos, a crise do petróleo na década de 1970, as políticas de liberalização da economia promovidas por Reagan e Thatcher nos anos 80, a financeirização da economia, a revolução da informação pelo advento da Internet e da comunicação instantânea, a organização dos países em blocos regionais como a União Européia, NAFTA, as discussões sobre a ALCA: tudo foi tratado nessa interpretação como um processo linear e certo. À exceção de alguns questionamentos – para alguns autores marxistas como Almeida (2003), a globalização tratava-se de uma continuação do imperialismo descrito por Lênin -, a globalização foi dada como um fenômeno certo, cuja existência foi tratada como inquestionável e não como uma forma de interpretação, cabendo aos indivíduos se posicionarem contra ou a favor<sup>11</sup>. Nesse sentido, podemos citar a teoria do “sistema global”, ou sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, o “Império” descrito por Michael Hardt e Antonio Negri, a globalização contra-hegemônica de Boaventura de Sousa Santos, as manifestações antiglobalização de Seattle e as discussões em torno do enfraquecimento ou não do Estado-nação diante deste fenômeno<sup>12</sup>.

Com os atentados de 11 de Setembro a tese do “fim da história” foi suplantada pela do “choque de civilizações”<sup>13</sup>, de Samuel Huntington. A tese postula que o fim da

---

<sup>11</sup> A esse respeito é interessante observar o exemplo dos usos do termo globalização pelo jornal Folha de S. Paulo feito por Gomes (2006), já citado no primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>12</sup> Para um panorama mais amplo sobre as visões de mundo que surgiram após a guerra fria consultar Vesentini (2002).

<sup>13</sup> Assim como a proposição de Fukuyama esta tese foi esboçada primeiro em um artigo acadêmico que posteriormente deu origem a um livro (o do primeiro publicado pela revista *The National Interest*, em 1989; o do segundo pela *Foreign Affairs*, em 1993).

era bipolar inaugura uma fase em que os conflitos globais serão de ordem cultural entre nações e grupos de diferentes civilizações. Huntington afirma que existem seis civilizações nos dias atuais - ocidental, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, japonesa e sínica ou confuciana - e duas “subcivilizações”, a latino-americana (uma mistura de civilização ocidental com a população indígena local) e a africana (mistura de culturas locais com os países islâmicos do norte do continente).

O ressurgimento global das religiões no final do século XX seria a causa da ascensão de movimentos fundamentalistas e tenderia a reforçar as diferenças entre civilizações. Huntington recupera e enfatiza as formulações acerca da forte religiosidade que muitos (Weber, 2004; Tocqueville, 2000, entre outros) – e ele próprio - consideram constitutiva da sociedade estadunidense como um elemento que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento capitalista daquele país. Huntington afirma que

*“a religião tem sido e ainda é um elemento central, talvez o elemento central da identidade americana. Em um mundo no qual cultura e particularmente, religião, definem as lealdades, as alianças e os antagonismos de povos em cada continente, os americanos podem reencontrar sua identidade nacional e seus objetivos nacionais em sua cultura e em sua religião”* (1997: 20).

Uma noção fundamental dessa interpretação é a “linha de cisão entre civilizações”, áreas em que os choques ocorreriam com maior intensidade, como áreas de fronteira e locais onde há presença de civilizações diferentes. A região dos Bálcãs e as guerras ocorridas no local na década de 1990 são exemplos dessas linhas de cisão. Na Bósnia ocorreria a disputa entre povos ocidentais (croatas), islâmicos (bósnios) e eslavos ortodoxos (sérvios); no Kosovo a disputa seria entre islâmicos (kosovares) e eslavos ortodoxos (sérvios).

Conforme demonstrado no segundo capítulo dessa dissertação, a tese de Huntington teve destaque na imprensa brasileira após os atentados de 11 de Setembro, interpretado como um ataque da civilização islâmica e ocidental. Para os críticos do liberalismo político e econômico, como Wallerstein, os atentados constituíram uma prova do declínio do país como potência hegemônica. Para alguns mais moderados, como Joseph Nye e Joseph Barber, o 11 de Setembro foi um alerta para a necessidade na mudança da política isolacionista que vinha sendo adota pelo país desde a década de

1990. Para os grupos de direita que formavam o “núcleo duro” do governo George W. Bush, o evento foi uma oportunidade de colocar em prática políticas que vinham sendo gestadas há algum tempo e que caminhavam timidamente à espera de um catalizador.

Wallerstein (2003) afirma que os Estados Unidos demonstram sinais de decadência política, econômica e militar desde década de 1970<sup>14</sup>. O sucesso do país como potência hegemônica teria criado condições para sua própria extinção, que se expressaria em quatro símbolos: o Vietnã, 1968, 1989 e 11 de Setembro. A derrota no Vietnã “um acontecimento do qual a auto-estima e o prestígio mundial dos Estados Unidos nunca se recuperaram”, além da derrota militar foi um conflito muito dispendioso, que praticamente esgotou as reservas de ouro do país, abundantes desde 1945. Isto se deu justamente num momento em que Europa Ocidental e Japão passavam por fortes retomadas econômicas.

As conseqüências “geoculturais” do ano de 1968 também teriam influenciado o processo de declínio do país por causa dos protestos internos e externos contra a Guerra do Vietnã, simpatia dos manifestantes de 68 com os vietnamitas e a condenação por parte da opinião pública da hegemonia/imperialismo estadunidens. Wallerstein acrescenta que na década seguinte o prejuízo econômico foi acompanhado do declínio do poder militar, expresso nas intervenções que não foram bem sucedidas (Líbano e Somália). Em conseqüência disso o país teria adotado uma política externa isolacionista até o 11 de Setembro.

No ano de 1989, com a derrubada do muro de Berlim, o país viria a sofrer mais um golpe. Isso porque “o final do comunismo foi também o final do liberalismo, pois tirou da cena mundial a única justificativa ideológica sólida que os Estados Unidos tinham para legitimar sua hegemonia”. Durante a década de 1990, o declínio político-militar estaria expresso na Guerra do Golfo e nos conflitos no Oriente Médio e dos Balcãs, as principais arenas de conflito mundial antes dos atentados de 11 de Setembro. No primeiro caso, a permanência de Saddam Hussein no poder após o fim da guerra demonstrou a possibilidade de uma simples potência regional entrar em guerra com os

---

<sup>14</sup> Diversos autores descrevem outros exemplos de decadência estadunidense no plano interno e no plano externo não militar, como a falência de Bretton-Woods, a crise do petróleo, o caso Watergate, os protestos da sociedade civil ocasionados pela guerra do Vietnã, etc. (Hobsbawn, 1995; Arbex, 1993 entre outros).

Estados Unidos e sobreviver (e teria irritados os “falcões” e explicaria seu fervor em invadir o Iraque após o 11 de Setembro). No caso dos Bálcãs, a intervenção internacional capitaneada pelo país trouxe uma trégua que acabou com a violência mais aberta, mas não foi capaz de mitigar os conflitos étnicos. A hipótese de Wallerstein nos dois casos os Estados Unidos não conseguiram exercer eficazmente a sua proteção hegemônica, não por falta de vontade ou esforço, mas por falta de verdadeiro poder (Wallerstein, 2004:30).

Os atentados de 11 de Setembro de 2001 teriam sido mais um golpe na imagem do país como superpotência, atingida em seu próprio solo, uma mostra de vulnerabilidade militar sem precedentes. O 11 de Setembro foi o maior desafio ao poder dos Estados Unidos porque as forças hostis capazes de destruir o World Trade Center e atingir o Pentágono não representavam uma potência militar importante e mesmo assim tiveram êxito em um audacioso ataque ao coração do país. Com os ataques os falcões finalmente dominariam a ação política, podendo colocar em prática o projeto de fazer os Estados Unidos agirem como potência imperial mesmo sem ter o direito teórico de fazê-lo sob a legislação internacional. “Os falcões acreditam que os Estados Unidos devem agir como potência imperial por duas razões: primeiro porque podem fazê-lo; segundo porque se não o fizerem serão cada vez mais marginalizados” (Wallerstein, 2004: 31). Para o autor essa postura seria o principal fator de aceleração do declínio dos Estados Unidos.

Enquanto Wallerstein considera o 11 de Setembro um sinal inquestionável de decadência, Joseph Nye (2002) avalia os atentados como um alerta para os Estados Unidos. As mudanças pelas quais o mundo passou desde o final da Guerra Fria (o advento da comunicação instantânea e a intensificação dos processos de globalização) não estavam sendo adequadamente acompanhadas pela política estadunidense, que havia se isolado. A alternativa proposta por Nye ao isolacionismo ou ao unilateralismo que se apresentava após o fim da Guerra Fria seria aproveitar o que o autor chama de “poder brando”<sup>15</sup>. Para isso sugere a combinação de dois elementos: uma política

---

<sup>15</sup> Joseph Nye postula que o poder dos Estados Unidos está dividido em “poder bruto” (*hard power*) e “poder brando” (*soft power*). O primeiro seria constituído pela força militar, êxito na economia e influência na política, enquanto o segundo seria composto por valores característicos dos Estados Unidos, como a democracia, a liberdade e a defesa dos direitos humanos, o que inspiraria outras nações a desejar imitar suas ações. O autor defende uma combinação entre ambos, pois acredita que

antiterrorista mais eficaz e o abandono da política externa arrogante e prepotente, adotando o multilateralismo. Nye defende a postura militar ativa, que considera fundamental para a manutenção da estabilidade global. O importante seria aproveitar o poder que os Estados Unidos possuem hoje e a influência que poderiam exercer com seus valores enquanto é tempo, pois ele próprio reconhece que a condição de potência do país não há de ser eterna.

Há sentido em todas as formas de interpretação aqui apresentadas - globalização, fim da história, choque de civilizações, o suposto declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica. Nenhuma delas é absurda ou está completamente descolada da realidade. Segundo Vesentini (2003), essas novas geopolíticas não são apenas tentativas de pensar a realidade, também são apostas, tentativas de influenciar o rumo dos acontecimentos. Afirmar que a lógica da História leva à universalização da democracia liberal ou ler o mundo como a coexistência problemática de diferentes civilizações não são apenas modos de interpretação, são produções de verdades que dão origem a novas propostas para as relações internacionais. Por isso a importância das proposições de Foucault sobre a relação saber-poder.

*“Verdade é poder, assinalou Foucault. E como não existe “o” poder, no singular, e sim poderes que são exercidos em lugares, instituições, discursos, relações sociais enfim, também existem verdades, que correspondem a diferentes representações dos personagens em luta. Exercer um determinado poder é também produzir certa verdade, e não existem verdades sem que suas representações de mundo tenham alguma credibilidade” (Vesentini, 2003: 111).*

O tópico a seguir apresenta algumas verdades produzidas nos Estados Unidos e que foram fundamentais para a formulação da política externa do país após os atentados de 11 de setembro de 2001: a retomada da direita cristã e a doutrina neoconservadora.

## **2 – As novas faces da direita estadunidense**

---

seria um erro considerar que na era da informação global apenas o poder militar garantirá a força do país.

### a) O “núcleo duro” do governo Bush

Tentar definir conceitualmente as escolas de pensamento estadunidenses não é uma tarefa fácil. Conforme alerta Tatiana Teixeira (2007), existe uma grande variedade de correntes com características muito próximas e seus integrantes transitam entre as diversas linhas. Por esta razão optou-se por abordar apenas os grupos que fizeram parte do “núcleo duro” do governo Bush (e que muitas vezes parecem se confundir). São eles: os falcões do Pentágono, a direita cristã e os neoconservadores.

Os **falcões** são funcionários dos altos escalões do Pentágono e Departamento de Defesa que defendem o uso ativo da política militarista agressiva para neutralizar potenciais ameaças antes que elas tenham a chance de se concretizar. Os **neoconservadores** dão ênfase à tradição e à lei, à estabilidade institucional, à disseminação da democracia e ao uso da força militar. A **nova direita** ou **direita cristã** destaca o tradicionalismo moral, preocupa-se com o “libertarianismo” econômico, identifica-se moralmente com o conservadorismo tradicional e se preocupa com questões sociais como aborto, ação afirmativa e pornografia. Os dois últimos grupos têm em comum a defesa dos valores tradicionais estadunidenses e a crítica do chamado relativismo cultural<sup>16</sup>.

Na reeleição de George W. Bush a Direita, em 2004, Cristã representava 40% do eleitorado republicano<sup>17</sup>. Esta coalizão, além de proporcionar um apoio crucial à invasão do Iraque (considerado uma “segunda Babilônia”) semeia controvérsias no domínio da ciência, como a descrença na teoria de Darwin sobre a evolução das espécies, rejeição a políticas de planejamento familiar, oposição às pesquisas com células-tronco. Irving Kristol, o “pai” do neoconservadorismo, considera a religião o principal instrumento no sentido de moldar o caráter humano. Para ele a Direita Cristã seria importante para o Partido Republicano, pois seria responsável pelo surgimento de uma “nova era” na política do país (Kristol, 1993 apud Teixeira, 2006: 46).

---

<sup>16</sup> Pelo fatos de seus integrantes transitarem por várias linhas, evitou-se nomear membros de cada uma separadamente. Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, por exemplo, que são “falcões” que assinam que também aparecem na literatura como neoconservadores. Por esse motivo optou-se destacar apenas os neoconservadores, já que estes tiveram maior influência no governo de George W. Bush e na política externa após o 11 de setembro.

<sup>17</sup> Raasch, 2004.

Acredita-se que a associação do neoconservadorismo à Direita Cristã presente nos meios de comunicação se deve ao fato de que George W. Bush personificar o protótipo do fundamentalista cristão e usar em seus discursos expressões como “eixo do mal” e “cruzada”<sup>18</sup>. Embora os presidentes estadunidenses comumente recorram à retórica religiosa, a diferença entre Bush e os demais é a frequência com que ele a emprega. O presidente fez uso da retórica religiosa desde o seu primeiro discurso oficial e desde então não deixou de incluí-la em suas falas públicas, especialmente após o 11 de Setembro, com os apelos a “chamado”, “missão” e “promessa. Após os atentados Bush afirmou que o *american way of life* e a liberdade haviam sido ameaçados, afirmando que havia uma luta do Bem (Estados Unidos) contra o Mal (terroristas), fazendo um apelo que tocava em valores éticos e morais da sociedade norte-americana (Marinho, 2006). Mas, apesar da administração Bush ter sido caracterizada pela união entre as duas correntes não há entre os neoconservadores o apelo ao conceito de guerra justa, característico da direita religiosa. Conforme alerta Barber,

*“os debates em torno da guerra justa envolvem argumentos religiosos e morais de âmbito universal que são bem distintos da doutrina de guerra preventiva, embora alguns proponentes do intervencionismo humanitário tenham acabado apoiando a invasão do Iraque sob pretextos humanitários”* (2005: 119).

É bom lembrar que não foram apenas os religiosos os responsáveis pelas vitórias eleitorais de George W. Bush e do Partido Republicano em 2004, apesar da correlação que a imprensa fez entre os resultados eleitorais e um suposto ressurgimento da religiosidade no país<sup>19</sup>. Mesmo considerando que este tenha tido uma porcentagem maior de votos dos evangélicos protestantes (de 68%, em 2000, para 78%, em 2004), o número de votantes aumentou em todos os setores (Raasch, 2004). A idéia veiculada pela grande imprensa brasileira de que a reeleição de Bush em 2004 teria sido produto de retomada político-religiosa entre os eleitores estadunidenses é uma análise superficial

---

<sup>18</sup> Ver mais sobre a dimensão religiosa nos discursos de Bush em MARINHO, Kleber Maia. *In the President We Trust: uma análise da concepção religiosa na esfera política dos EUA presente nos discursos de George W. Bush*. São Paulo: PUC/SP, 2006.

<sup>19</sup> Em um trabalho anterior analisei a cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo* da eleição presidencial estadunidense em 2004. Na ocasião, diversos artigos e reportagens destacavam a participação da Direita Cristã na vitória de George W. Bush naquele ano, atribuindo à retomada da religiosidade o principal fator responsável pela reeleição.

que subestima a importância de uma tendência da política que vem ganhando força nas últimas três décadas naquele país, o neoconservadorismo.

## **b) Duas constantes na história norte-americana**

Antes de falar mais sobre os neoconservadores cabe ressaltar que alguns valores comumente identificados com esta doutrina fazem parte de uma tradição em política externa dos Estados Unidos: o *ethos* missionário, a preocupação com os valores morais e com a democracia, características presentes desde a independência do país. Ainda no século XIX Alexis de Tocqueville identificava a religião como um importante elemento constitutivo da identidade estadunidense, responsável em boa parte por moldar sentimentos e opiniões de seus cidadãos.

*“Foi a religião que deu origem às sociedades anglo-americanas – nunca se deve esquecer esse fato. Nos Estados Unidos a religião se confunde pois, com todos os hábitos nacionais e com todos os seus sentimentos que a pátria fez nascer, o que lhe proporciona uma forma particular. (...) Na América, a religião, por assim dizer, estabeleceu ela própria os seus limites; a ordem religiosa permaneceu inteiramente distinta da ordem política, de sorte que foi possível mudar com facilidade as antigas leis sem abalar as antigas crenças” (2004: 6-7).*

Tocqueville afirma que apesar de existir nos Estados Unidos um Estado e uma constituição democrática não teriam havido no país “revoluções que revolvam antigas crenças, debilitem autoridade, revolvam idéias comuns”. Por isso a religiosidade tem tanta importância naquela sociedade: ela faz parte da nação e reforça as aspirações universalistas de sua política externa.

A fundação protestante seria responsável pela tradição missionária, cuja crença seria levar os valores estadunidenses para além de suas fronteiras acreditando que estes teriam valor universal. Os puritanos acreditavam no “excepcionalismo” dos Estados Unidos em relação aos demais países, produto de uma trajetória histórica única e dimensão geográfica e beleza natural extraordinários, um indicativo divino de que os Estados Unidos ocupam também um lugar único no mundo, “uma cidade sobre a colina”, donos de um papel missionário e redentor das demais nações.

*“Ao conquistarem a independência e estabelecerem um governo democrático baseado em princípios ‘universais’ e na liberdade religiosa, os estadunidenses acreditavam estar cumprindo a promessa outrora feita*

*pelos primeiros colonos: os Estados Unidos haviam-se tornado uma ‘cidade na colina’, um paradigma de ‘ordem celestial’, um modelo de “progresso rumo à perfeição”, um exemplo inspirador para toda a humanidade” (Fonseca, 2007:172).*

O mito da excepcionalidade estadunidense e seu papel missionário se condensam na expressão “Destino Manifesto”, criada em 1845 pelo jornalista John O’Sullivan, popularizada no século XIX pelo presidente Woodrow Wilson. De modo semelhante à preocupação com os valores e com a missão do país, a atenção dispensada à democracia tem sido uma constante na política externa dos Estados Unidos, apontada por autores como Schlesinger, Kissinger e Morgenthau. Conforme explica Huntington, os Estados Unidos possuem especial interesse no espraio da democracia pelo mundo e no desenvolvimento de um ambiente global apropriado para a democracia, pois “sua identidade como nação é inseparável de seu compromisso com os valores liberais e democráticos”. Segundo ele, “outras nações podem mudar radicalmente seus sistemas políticos e continuarem a existir como nações. Os Estados Unidos não têm essa opção” (1994: 38).

Pierre Bourdieu (2003) afirma que há nos Estados Unidos a pretensão a uma universalidade política. Do mesmo modo que a França teria em seu patrimônio a Revolução universal por excelência – modelo universal de revolução, mito fundador da república francesa e dos direitos do homem – e o monopólio da legitimidade cultural, os Estados Unidos teria em face desse imperialismo o *mito da democracia na América*, elaborado por Tocqueville, cuja força reside na Constituição, no Congresso, na unidade dentro do pluralismo. As estratégias de universalização empregadas pelas nações para justificar seu domínio não estão restritas às instituições políticas ou ao aparelho de Estado, mas se imiscuem nos domínios da ciência, na defesa dos valores e da moral e também numa certa forma de filosofia que se apóia na ciência.

Por este motivo deve-se levar em consideração que “muito do que se escreve ou se diz a respeito da França ou dos Estados Unidos, ou de suas relações, é o produto do enfrentamento de dois imperialismos, entre um imperialismo em ascensão e um imperialismo em declínio”. Os discursos sobre as diferenças ou semelhanças entre as nações (seus regimes políticos, seus sistemas de ensino, etc.) seriam estratégias de universalização destinadas a defender o capital simbólico dos dois países, estratégias de legitimação. Nesse sentido, considera-se que essas duas constantes na história norte-

americana – a democracia e o *ethos* missionário – mais do que características marcantes da política externa daquele país, podem ser lidas como características dessa pretensão de modelo político universal. Entre os neoconservadores, ao menos, esta estratégia que aparece claramente.

### 3 - Neoconservadorismo e neoconservadores

Nesta pesquisa considera-se o neoconservadorismo um fenômeno exclusivamente estadunidense. Giddens (1996) fala de um suposto neoconservadorismo alemão, porém, a literatura mais recente sobre o assunto aponta que as características mais importantes deste fenômeno dizem respeito exclusivamente aos Estados Unidos e à formulação da política externa recente daquele país. Assim, podemos dizer que o neoconservadorismo é, grosso modo, uma escola de pensamento que teve origem na década de 1970 que tem entre suas características principais a crença no valor universal do modelo democrático estadunidense, a defesa de um “ativismo” dos Estados Unidos em relação aos outros países, a rejeição da postura isolacionista em prol das ações unilaterais, a valorização do uso da força militar, a crítica ao relativismo moral e a exaltação dos valores tradicionais estadunidenses.

Há mais de três décadas o neoconservadorismo vem exercendo forte influência na política estadunidense, mais especificamente nos governos de Ronald Reagan (1981-1989), George H. W. Bush (1989-1993) e George W. Bush (2000-2008). Além das participações nos governos, esta doutrina conta com representantes na imprensa, nos meios acadêmicos e nos institutos de pesquisa chamados *think tanks*. Conforme Tatiana Teixeira (2007) são pessoas atuantes na prática, que não se contentam com o plano das idéias. Na administração pública estão concentrados majoritariamente no Conselho de Segurança Nacional e nos Departamentos de Estado e Defesa. Entre os principais nomes<sup>20</sup> dessa corrente, a autora destaca:

- Irving Kristol: nome mais popular, frequentemente citado na literatura como “pai do neoconservadorismo”. Fundador e editor das revistas *The Public Interest* e *The National Interest*, associado ao *American Enterprise Institute*. Recebeu de

---

<sup>20</sup> Para mais informações sobre neoconservadores de destaque consultar “Os Think Tanks e sua influência na política externa dos Estados Unidos: a arte de pensar o impensável”. Tatiana Teixeira, Rio de Janeiro: Revan, 2007 pág. 188-194

George W. Bush em julho de 2002 a Medalha Presidencial da Liberdade. Professor de Pensamento Social no City College, de Nova York, também trabalhou em *The Reporter Magazine* (editor), *Encounter Magazine* (co-fundador e editor) e *Commentary*.

- William Kristol: filho de Irving Kristol, editor da revista *The Weekly Standard*, fundada pelo magnata Rupert Murdoch. Presidente do *Project for a New American Century* (PNAC).
- Paul Wolfowitz: ex-presidente do Banco Mundial (Bird), foi subsecretário da Defesa (número dois do Pentágono) governo George W. Bush, e um dos principais defensores da mudança de regime no Iraque e da estratégia de ataque preventivo, que já advogava desde 1992, quando era o subsecretário da Defesa para Políticas, no governo de George H. W. Bush.
- Norman Podhoretz: também considerado um dos “Pais Fundadores” do neoconservadorismo. Faz parte do *Hudson Institute*, foi editor-chefe da revista *Commentary*. Seu filho John Podhoretz, é editor de opinião do *New York Post*, colunista da *National Review* e ex-editor da *Weekly*. Já a escritora Midge Decter, esposa de Norman, é conselheira da *Heritage Foundation*. Assim como na família Kristol, os Podhoretz todos também são neoconservadores.
- Max Boot: editor do *Wall Street Journal* e membro do *Concil on Foreign Relations*, um dos expoentes da nova geração de neoconservadores.
- Robert Kagan: colunista do jornal *The Washington Post*, foi um dos fundadores da *The Weekly Standard* e editor-assistente da *The Public Interest*. Com William Kristol foi co-fundador do PNAC. Já trabalhou no Departamento de Estado e no Congresso como assessor de John Kemp. Autor de diversos artigos e livros, escreveu “Do Paraíso e do Poder”, no qual fala sobre a posição hegemônica que os Estados Unidos devem ter no mundo. Kagan é casado com Victoria Nuland, que trabalha no Departamento de Estado.

#### **a) Origens**

Segundo Poggio Teixeira (2007), o surgimento do neoconservadorismo tem como pano de fundo o desencantamento de diversos liberais com as mudanças culturais

ocorridas nas décadas de 60 e 70. A contestação dos valores e costumes da sociedade estadunidense era considerada prejudicial e deveria ser combatida. Ao mesmo tempo, o contexto da Guerra Fria tinha feito com que esses de jovens liberais se tornasse “anticomunistas ferrenhos”. Eles também consideravam que o Partido Democrata não estava suficientemente comprometido em deter o avanço do comunismo. O momento de ruptura aconteceu quando esta dissidência democrata decidiu apoiar a reeleição de Nixon, em 1972, em contraposição à postura isolacionista do candidato democrata, George McGovern. Entre esses jovens liberais<sup>21</sup> estava Irving Kristol, considerado o pai do neoconservadorismo. O termo neoconservador, cunhado pelo escritor Michael Harrington, foi criado para designar Kristol e outros liberais que haviam mudado de lado.

*“Kristol, que já vinha flertando com o conservadorismo, aceitou a denominação (que tinha a intenção de ser ofensiva e depois deu sua definição famosa de que um neoconservador seria “um liberal que caiu na real”). A designação de neoconservador acabou por oferecer uma identidade política àqueles que como Kristol, eram denominados até então como ‘liberais anticomunistas’ e passou definitivamente a fazer parte do discurso político estadunidense” (Poggio Teixeira, 2007:26).*

Com o passar dos anos os neoconservadores ganharam espaço dentro do Partido Republicano. A eleição de Reagan, em 1980, uniu neoconservadores e Direita Cristã, que partilhavam os interesses na militância anticomunista e resgate de valores familiares tradicionais.

*“A Nova Direita e os neoconservadores não eram uma aliança natural. A Nova Direita desconfiava do governo enquanto os neoconservadores o adotavam (...). Foi o anticomunismo dos neoconservadores, e sua resistência à contracultura, que ganhou a aprovação dos conservadores e levou a um pragmático casamento. O pastor que presidiu a união foi Ronald Reagan, que precisava da capacidade intelectual dos neoconservadores e da força de trabalho da Nova Direita, especialmente a Direita Cristã, para se eleger” (Edwards, 2006 apud Teixeira 2007: 178).*

Com o fim da Guerra Fria a corrente perdeu seu principal foco de atuação até então concentrado no combate ao comunismo. Este período foi chamado por Norman Podhoretz (1996) de “morte do neoconservadorismo”, pois este “havia cumprido sua

---

<sup>21</sup> O termo liberal é empregado aqui no sentido político e não econômico, como se poderia supor.

missão histórica ao propor um enfrentamento mais contundente do comunismo”. Para Irving Kristol (1996), a adoção de uma política externa de inspiração neoconservadora após a Guerra Fria necessitaria de um inimigo claro para a sua consecução. Neste período o discurso neoconservador passou por uma reorientação. A preocupação passou a ser o papel que os Estados Unidos deveriam ter no pós Guerra Fria. Termos como unipolaridade, império, hegemonia se tornaram freqüentes no discurso neoconservador. Com o 11 de Setembro a necessidade do inimigo a ser combatida foi suprida. O terrorismo internacional se tornou a principal ameaça aos interesses dos Estados Unidos.

### **b) Promoção da democracia e ênfase no poder militar**

Neste tópico optou-se por destacar dois temas mais relevantes em política externa dentro do neoconservadorismo: a promoção da democracia e a ênfase no poder militar. Estes dois pontos estão interligados e dentro deles há vários sub-temas, que remetem a um único problema, a relação poder-segurança. Poggio Teixeira (2007) elege quatro temas principais em política externa e além dos dois temas já citados discorre sobre o *internacionalismo não-institucional* e o *unilateralismo*. Contudo, acredita-se que a discussão sobre esses dois outros temas é mais pertinente ao campo das relações internacionais. Dentro da reflexão que se pretende fazer aqui, tanto unilateralismo quanto o internacionalismo não-institucional estão incorporados aos dois temas maiores destacados. Do mesmo modo, a promoção da democracia para além das fronteiras dos Estados Unidos e a ênfase no poder militar de alguma forma englobam a preocupação com valores e a crítica ao relativismo cultural, uma vez que o modelo democrático é considerado pelos neoconservadores um modelo de validade universal.

Como foi dito anteriormente, a **democracia** é um elemento fundamental na identidade estadunidense e por isso sua defesa não é exclusividade da política neoconservadora. O que diferencia este grupo é a necessidade que estes vêem em promover este sistema de governo para além das fronteiras dos Estados Unidos. Esta seria uma forma de defender os interesses do país no mundo e assegurar uma ordem mundial pacífica, baseados na crença de que democracias não se atacam mutuamente. Enquanto o conservadorismo tradicional tende a pensar o país como um modelo democrático a ser seguido, os neoconservadores se empenham numa defesa ativa da democracia para garantir a segurança do país e reforçar sua supremacia no cenário

internacional. Outra diferença entre os neoconservadores e as demais correntes a respeito da democracia é que estes a utilizam de maneira mais enfática em sua retórica.

Por fim, se a democracia é uma característica historicamente presente na política externa estadunidense, a visão neoconservadora se destaca pelo seu caráter essencialmente militarista, o que nos leva ao segundo tema: a **ênfase no poder militar**. Desde os primórdios desta doutrina, quando a preocupação no plano internacional era o avanço do comunismo soviético, seus entusiastas já faziam apelos para maiores investimentos na Defesa e eram críticos da estratégia de dissuasão. Anos antes dos atentados de 11 de Setembro, William Kristol e John Kagan publicaram um artigo intitulado “*Toward a neo-reaganite Foreign Policy*” (1996), no qual criticavam o governo Clinton por enfraquecer a defesa americana reduzindo seu orçamento, apesar da falta de um perigo externo imediato e significativo aos Estados Unidos. Os autores alertavam que a maior ameaça que os Estados Unidos poderiam enfrentar era a sua própria fraqueza, que seria combatida com supremacia militar. O objetivo seria mandar aos inimigos uma mensagem clara: “nem pense nisso” (Poggio Teixeira 2007:180).

Esta ênfase no poder militar que objetiva moldar a ordem internacional de acordo com os interesses estadunidenses tem alguns desdobramentos importantes como a autodefesa antecipada, unilateralismo e a pouca importância dada aos organismos internacionais. Segundo Robert Kagan (2003), a afirmação de que os Estados Unidos não podem agir sozinhos é “mais uma trivialidade esperançosa do que uma descrição da realidade” (2003:31). Os Estados Unidos, diz ele, certamente preferem agir junto com outros países e suas operações têm mais probabilidade de êxito se tiverem aliados. Contudo, as ações unilaterais não devem ser descartadas.

Além da ação unilateral, outra constante no discurso militarista neoconservador é a necessidade de neutralizar potenciais ameaças antes que elas tenham a chance de se concretizar. Embora não seja uma novidade nas relações internacionais<sup>22</sup>, os argumentos a favor da guerra preventiva ganharam força após o 11 de Setembro, que teriam ensinado aos Estados Unidos a lição de que não poderiam mais cometer “o erro de

---

<sup>22</sup> Em *Império do medo – Guerra, terrorismo e democracia* (2005), Benjamin R. Barber apresenta uma discussão mais ampla sobre o emprego dos ataques preventivos na história das relações internacionais dos Estados Unidos, retomando o conceito de ataques preemptivos conforme empregado na teoria política daquele país.

esperar demais” antes de lidar efetivamente com ameaças (Perle, 2003 apud Teixeira, 2007).

### **c) O caso do Iraque**

A invasão do Iraque, em março de 2003, é o exemplo mais notório da prática neoconservadora na política externa. Nesta ação pode-se observar tanto o empenho em neutralizar potenciais adversários por meio da democratização quanto o uso da força militar para atingir seus objetivos. Após a derrubada de Saddam Hussein a coalizão liderada pelos Estados Unidos permaneceu no país a fim de estabelecer um regime democrático e na “reconstrução” do Iraque foi eleito governo e Parlamento e foi aprovada uma nova constituição. A estratégia de ocupação do Iraque pretendia criar uma vitrine da influência estadunidense naquela região, a exemplo do que aconteceu com Alemanha e o Japão após a Segunda Guerra Mundial. Isso está perfeitamente de acordo com a idéia de “mudança de regime” (*regime change*), cuja presença no discurso neoconservador é de capital importância.

Tal conceito baseia-se na proposição de que os Estados Unidos devem utilizar todos os meios disponíveis para pressionar a transformação de países não-democráticos em democracias liberais. Com isso se constrói a argumentação que serve de suporte para intervenções<sup>23</sup> em outros países com o intuito último de efetuar uma mudança de regime em nações consideradas não-democráticas. No caso do Iraque é possível ver também na prática dois preceitos importantes no pensamento neoconservador, o *internacionalismo não-institucional* e o *unilateralismo*. Os neoconservadores questionam a legitimidade dos organismos internacionais porque países não-democráticos os integram, o que impediria os Estados Unidos de protegerem seus interesses de promoção da democracia. Ao mesmo tempo a atitude “imperial” é uma mostra de que o país dispõe de poder militar suficiente para agir de forma isolada.

Concordando com Tatiana Teixeira (2007), parece coerente afirmar que até o final do governo George W. Bush os neoconservadores tiveram grande influência na administração. O prosseguimento da ocupação do Iraque apesar das inúmeras críticas é

---

<sup>23</sup> Segundo Chaves, as formas para mudança de regime podem variar de acordo com as circunstâncias, incluindo, além de intervenção armada, apoio a grupos rebeldes e apoio a dissidentes, que podem incluir financiamentos, espionagens, etc.

o principal motivo para esta afirmação, pois este é um ponto fundamental para os neoconservadores.

*“O neocon Max Boot (...) é um dos defensores da guerra. Para ele há muitos exemplos de que valeu a pena, apesar das baixas americanas. Sua lista de vitórias aponta ‘duas eleições realizadas com sucesso, em 30 de janeiro e 15 de outubro’ (de 2005), ‘referendo constitucional de outubro’ (do mesmo ano), ‘a renda per capita dobrou desde 2003 e hoje é 30% mais alta que antes da guerra’, ‘o crescimento da mídia independente é ainda mais inspirador’, ‘o número de carros nas ruas do Iraque é cinco vezes maior que na época de Saddam’, ‘há cinco vezes mais assinantes de telefone e 32 vezes mais usuários de Internet’” (Teixeira, 2007: 212).*

Teixeira acrescenta que os neocons defendem como conquistas resultantes de suas idéias a soberania formal iraquiana, restaurada em junho de 2004, a realização de eleições no Iraque, a ratificação de uma nova Constituição e a crescente participação sunita na política iraquiana, impulsos democráticos no Egito e em alguns Estados do Golfo, a retirada síria do Líbano, recuo líbio e um Afeganistão democrático (embora altamente volátil). Desta forma, os neoconservadores não apenas insistem na ocupação como também insistem na necessidade de um aumento no número de soldados e de um treinamento mais efetivo das forças iraquianas.

*“Para os neocons, o problema não foi a invasão em si – vista como necessária para mudar o regime no Iraque –, mas a suposta incompetência da Casa Branca e do então secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, na condução do conflito, ao enviar um baixo número de soldados no pós-guerra e a falta de uma estratégia de reconstrução” (Teixeira 2007: 216).*

Fontenelle (2005) diz que para entender o ambiente em os planos para a guerra do Iraque foram concebidos é preciso lembrar que os principais membros da equipe de segurança de George W. Bush não só foram parte integrante do governo de seu pai como publicamente endossam o ideário neoconservador, seja na prática política ou na participação em centros de pesquisa (*think tanks*) identificados como neoconservadores. Esses institutos têm importante papel nos planos da invasão do Iraque.

*“Em 26 de janeiro de 1998, o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, recebeu uma carta assinada pelos fundadores para o Projeto para o Novo Século Americano, uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo central é defender o domínio central estadunidense. O documento tratava diretamente do Iraque. (...) Em setembro de 2000, outro documento intitulado Reconstruindo a Defesa Americana, foi*

*preparado pela equipe do PNSA [PNAC]. Além de Rumsfeld, Wolfowitz e Cheney, constam na lista de signatários Jeb Bush, governador da Flórida e irmão de George W. Bush; e Lewis Libby, chefe de gabinete de Dick Cheney” (Fontenelle, 2005:39).*

É preciso, portanto, descolar a invasão do Iraque do 11 de Setembro, pois a decisão de invadir aquele país já era um plano de longa data apenas impulsionado pelos ataques. Mesmo a “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”, anunciada um ano após os atentados como uma aparente resposta dos Estados Unidos aos ataques não trouxe muitas novidades para história das relações internacionais estadunidenses. O que esta doutrina marca como novo é o desvio acentuado das convenções da estratégia dos Estados Unidos e na conduta da guerra. Em outras palavras, a doutrina é mais uma expressão do pensamento neoconservador que teve com o 11 de Setembro o momento ideal para ser colocada em prática.

*“No passado, os Estados Unidos sem dúvida encetaram ações bélicas sem prévia aprovação do Congresso e de um modo visto por alguns como hipócrita e por outros, como imperialista. Mas sempre procuraram alicerçar seu direito de deslocar tropas na Constituição (cite-se a Resolução do Golfo de Tomkim, que legitimou a guerra contra o Vietnã), na Carta da ONU (Coréia) ou no Direito Internacional (Panamá). Podem ter agido hipocritamente, mas sempre prestaram homenagem aos princípios da lei e da autodefesa, recusando a admitir que estavam operando fora de seu âmbito” (Barber, 2005:103).*

#### **d) Neoconservadores e a grande imprensa estadunidense**

Além das participações em governos, os neoconservadores se reúnem em centros de pesquisa conhecidos como *think tanks*. Existem hoje mais de 3.500 *think tanks* no mundo, com pelo menos metade deles nos Estados Unidos<sup>24</sup>. Mais do que a produção de idéias e análises abstratas, os *think tanks* contribuem de modo direto expansão de seus preceitos dentro e fora do governo estadunidense por meio de um processo recorrente e circular.

*“Pensar é a função-chave, mas não é a única, pois essas instituições também são think-and-do-tanks: iniciam, apóiam e monitoram a implementação ou execução de programas, avaliam projetos, produzem*

---

<sup>24</sup> Segundo Teixeira (2007), a influência política dessas instituições é uma característica tipicamente estadunidense, não encontrada em nenhum outro país. Isso quer dizer que instituições brasileiras semelhantes como Idesp, Cebrap, etc., não podem ser comparadas com as citadas nesse trabalho por conta de sua influencia na agenda dos governos, que seria muito mais forte nos Estados Unidos.

*documentários para TV, capacitam funcionários do governo, reciclam e sintetizam idéias, reinterpretam o trabalho acadêmico em um formato mais acessível, traduzem teorias densas e abstratas. (...) Os TTs têm um papel mais estratégico do que o de simples ponte, com um compromisso direto com o processo político” (Teixeira, 2007: 110).*

A autora explica que esses centros primeiro promovem um grande conceito operacional e a necessidade de adotá-lo (idéias de governança global, direitos humanos, livre comércio, luta contra a corrupção e o tráfico de drogas ou de mulheres, guerra ao terrorismo, proteção ao meio ambiente). Depois, apresentam respostas americanas para as questões que foram lançadas por essas instituições e apropriadas pelos organismos internacionais, como a ONU ou a OMC.

Nesse meio repetição é a chave. Para a autora, um dos talentos dos *think tanks* é dizer o comum, banal e repetitivo de um jeito impactante e provocador: “mais do que o fim da Guerra Fria, era o Fim da História; mais do que tensões e conflitos regionais, era o Choque de Civilizações” (Teixeira, 2007: 99). Histórias e idéias são repetidas várias vezes pelos especialistas destes institutos, em diferentes mídias e para diferentes audiências por um longo período até perderem ou diminuírem seu possível grau de estranheza e serem facilmente aceitas quando chegar a hora de introduzi-las no meio político. Uma ferramenta bastante usada é um serviço especial de informação por fax ou e-mail contendo análises feitas pelos membros do *think tanks*, enviadas gratuitamente para membros do Congresso, representantes do governo, executivos e imprensa. Outro recurso são as páginas de Internet. Escrever livros, depor no Congresso, conseguir contatos informais no Capitólio ou na Casa Branca e na imprensa, fazer conferências e aparecer na mídia – tudo isso faz com que os integrantes dos *think tanks* sejam reconhecidos como autoridades legítimas para comentar questões políticas.

Em meados do século XIX Alexis de Tocqueville já falava sobre a importância dos meios de comunicação para inserir nos indivíduos idéias e opiniões que os levassem a agir coletivamente. Para ele, somente um jornal é capaz de depositar no mesmo momento, em mil espíritos, o mesmo pensamento. Estes se tornam necessários à medida que os homens são mais iguais e o individualismo, mais ameaçador. Os neoconservadores, atentos a este ensinamento não prescindem da imprensa como meio para propagação de suas idéias. Os principais *think tanks* neoconservadores - *American Enterprise Institute*, *Project for a New American Century* e *Heritage Foundation* -

funcionam também como editoras e publicam livros, revistas e jornais. Entre suas publicações destacam-se as já citadas revistas *Commentary*, *The Weekly Standard*, *National Review*, *The New Republic*, *The National Interest*, *Foreign Affairs* e até pouco tempo, *The Public Interest*.

Além das publicações próprias os neoconservadores buscam manter forte presença na mídia impressa e na televisão para aumentar sua visibilidade e penetração na opinião pública. Aqui, podem-se enumerar alguns veículos de comunicação de tendência conservadora, dos quais esses institutos fazem amplo uso: a rede *Fox* de televisão, os jornais *The Wall Street Journal* e *The Washington Post* e as revistas *The American Spectator*, *The American Conservative*, *The New Criterion*, além das citadas anteriormente.

A tendência do crescimento de veículos de comunicação de linha editorial conservadora nos últimos anos nos Estados Unidos inclui o lançamento do jornal *The New York Sun*, uma alternativa conservadora ao “esquerdismo” do *The New York Times*; o crescimento da tiragem de jornais conservadores como o *The New York Post* e *The Wall Street Journal* enquanto jornais tradicionalmente liberais como o “*Times*” registram quedas; o aumento da audiência de canais *Fox* e *Fox News* e da circulação de revistas como *The American Spectator*, *Commentary* e *National Review*, todos conhecidos como veículos conservadores. O grupo News Corp, de Stuart Murdoch, pode ser considerado o maior representante do crescimento da ideologia neoconservadora da mídia dos Estados Unidos. O grupo inclui as já citadas redes de televisão *Fox* e *Fox News*, o jornal *The New York Post* e a revista semanal *The Weekly Standard*, entre outros.

#### **4 – Cruzadas do século 21**

A doutrina da guerra preventiva tem também conseqüências no plano interno, na medida em que descarta argumentos tradicionais de autodefesa e permite ações mais ofensivas fora das fronteiras nacionais, põe de lado os argumentos a favor das liberdades civis e permite ações mais ofensivas no plano doméstico (Barber, 2005: 115). A aprovação da Lei Patriótica (*Patriotic Act*) é uma dessas implicações. Aprovado pelo

Congresso norte-americano, sem consulta popular, este mecanismo legal atua na limitação das liberdades civis e na adoção clara de dispositivos de exceção<sup>25</sup>.

No clássico texto *Sobre o conceito de História* (1940), Walter Benjamin afirmava que o “estado de exceção” em que vivia havia se tornado regra geral. Portanto, era necessário construir um conceito de História que correspondessem a essa verdade para lutar contra o fascismo. Agamben parte desta reflexão para afirmar que o estado de exceção se tornou paradigma de governo no século XX, sobretudo após as duas guerras mundiais e inclusive nos regimes democráticos.

*“O totalitarismo moderno pode ser definido (...) como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos, que por qualquer razão parecem não integráveis ao sistema político. (...) a criação de um estado de emergência permanente (...) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”.*  
(Agamben, 2004: 13)

A Lei Patriótica e a guerra global contra o terrorismo empreendida pelos Estados Unidos são o maior exemplo nos dias atuais do estado de exceção como paradigma de governo. Houve outros momentos da história norte-americana em que existiram dispositivos de exceção, porém eles teriam atingido seu ápice no governo de George W. Bush. O significado biopolítico do estado de exceção como estrutura em que o direito inclui em si sua própria suspensão aparece claramente na “*military order*”, promulgada pelo presidente dos Estados Unidos no dia 13 de novembro de 2001. Esta autoriza a detenção por tempo indefinido (*indefinite detention*) e o processo perante as “*military commissions*” de cidadãos estadunidenses suspeitos de envolvimento com atividades terroristas. Já o *USA Patriotic Act*, promulgado pelo Senado no dia 26 de outubro de 2001, permite manter presos estrangeiros (*alien*) suspeitos de atividades que ponham em perigo “a segurança nacional dos Estados Unidos”. Para Agamben, novidade da “ordem” do presidente Bush está em anular radicalmente todo o estatuto jurídico do

---

<sup>25</sup> A Lei Patriótica (*Patriotic Act*) foi aprovada em 2001, 45 dias após o 11 de Setembro. A intenção da lei é criar ferramentas para interceptar e obstruir atos de terrorismo. Na prática a lei implica na violação de direitos fundamentais, como a autorização para escutas telefônicas sem prévia autorização judicial ou o julgamento militar de suspeitos de terrorismo. Para a organização não-governamental American Civil Liberties Union, o período que se seguiu à aprovação da lei é o considerado o maior de perdas de garantias individuais na história dos Estados Unidos. No site da ONG encontra-se o balanço sobre essas atividades. Ver em [www.aclu.org](http://www.aclu.org)

indivíduo, produzindo “um ser juridicamente inominável e inclassificável” (Agamben, 2004:14).

Para Loïc Wacquant (2003), os novos dispositivos judiciais adotados em Washington “decuplicaram as prerrogativas do Estado policial e suspenderam *de facto* a Constituição e as convenções internacionais – dos quais, no entanto, os Estados Unidos são signatários” (2003: 255). Nesse sentido, o 11 de Setembro foi um “acontecimento-catalizador” que colocou em evidência tendências em marcha há muito tempo, sem que houvesse grandes modificações nas estruturas internas e externas do país. Neste ponto que proponho a análise do 11 de Setembro como uma linha de fuga, nos moldes pensados por Deleuze e Guattari: um momento de ruptura que estabelece novos conteúdos e expressões, tais como os múltiplos usos dos termos terror/terrorista apresentados no capítulo anterior. Antes de tratar o fenômeno como causa e efeito, a proposta é ver no evento um catalisador que viabilizou tanto a política externa de fundamentação neoconservadora quanto o aumento do controle dos fluxos de pessoas e informações.

Considera-se, pois, o terrorismo uma linha de fuga mortal, um corpo canceroso secretado pela sociedade de controle que dá origem a microfascismos. A partir dos atentados a Washington e Nova York o planeta se torna alvo da segurança e em nome dela vemos ressurgir a tentativa do controle do fluxo de pessoas, fluxo de comunicação. O inimigo não está mais localizado em algum lugar, já que o terror é algo secretado pela própria sociedade. A política de segurança dos Estados Unidos após o 11 de Setembro toma para si a responsabilidade de cuidar do planeta. O estado de exceção do qual nos fala Walter Benjamin agora é exercido em escala global.

Segundo Degenszajn (2006), o terrorismo contemporâneo, entendido como o acontecimento que teve como ponto de inflexão os atentados de 11 de setembro de 2001, desenvolve-se não como um movimento que se opõe ao Estado (como o terror anarquista na segunda metade do século XIX) mas opera pela afirmação de um *outro* Estado. Até então o terrorismo estava associado principalmente à afirmação e resistências diante do Estado-nação circunscritas a um território. O 11 de Setembro marcou um movimento de desterritorialização na prática do terror. Se a ameaça terrorista poderia se manifestar em qualquer lugar, a luta contra o terror também deveria

ser travada em todos os espaços, não se restringindo mais às fronteiras ou mesmo ao território.

Essa mudança, diz ele, é fundamental para compreender esse movimento de internacionalização do terrorismo, que deixa de ter uma dimensão exclusivamente nacional e se redimensiona internacionalmente num confronto de universais. Com o vocábulo sendo associado a quaisquer movimentos de resistência, amplia-se o espaço de atuação da luta antiterror. Impõe-se a continuidade do Estado de exceção diante da ameaça permanente, afirmando a guerra em nome da paz, transformando o terrorismo não mais num inimigo do Estado, mas num problema de todos.

*“A guerra ao terror lançada como reação à emergência desse terrorismo internacional, difundiu e dispersou a ameaça terrorista a outros espaços de resistência (...) que passam desde a associação do narcotráfico a grupos paramilitares (...) até a ligação dos movimentos antiglobalização à prática do terror. Esse alargamento do campo do terrorismo tem efeitos diretos no seu vetor de combate. A luta contra o terror torna-se simultaneamente local e mundial e mobiliza práticas de controle e vigilância sob o pretexto da garantia da segurança”* (Degenszajn, 2006: 171).

#### **CAPÍTULO IV**

#### **O 11 DE SETEMBRO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS BRASILEIROS**

Neste capítulo analisa-se a cobertura jornalística brasileira do 11 de Setembro de 2001. Para isso optou-se por trabalhar com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A escolha desses dois jornais deve-se ao fato de serem ambos periódicos entre os de maior circulação nacional<sup>26</sup> e de tradição no mercado editorial. Também levou-se em consideração o fato de possuírem redações e arquivos na cidade de São Paulo, o que facilitaria a consulta a arquivos. Como recorte optou-se por analisar o material publicado no dia seguinte aos atentados e as edições de “aniversários” dos eventos até o ano de 2008. Incluem-se aí todo texto publicado sobre este assunto no primeiro caderno dos jornais (nos editoriais e nas editorias Mundo/Internacional) e cadernos especiais sobre o assunto (quando houver). Pretende-se verificar a porcentagem de material produzido pelo próprio veículo em contraste com quantidade de matérias de agências internacionais de notícias, jornais e revistas estrangeiros e que temas predominam na cobertura (economia, segurança militar, entre outros) e comparar a cobertura dos dois jornais.

As matérias foram divididas em cinco categorias:

- **Guerra:** notícias que narram detalhes dos atentados e investigações sobre os mesmos, número de vítimas, pronunciamento de autoridades sobre o ocorrido, repercussão do evento em outros países, planos de retaliação, retrospecto de atos terroristas no mundo, as guerras contra o Afeganistão e Iraque e demais assuntos de política externa relacionados aos atentados;
- **Economia:** notícias sobre quedas de bolsas, crise econômica, situação das empresas no World Trade Center, cotações de ouro e petróleo, etc.,
- **Elemento humano:** depoimentos de pessoas que testemunharam os ataques, histórias de pessoas mortas na ocasião, reação dos moradores de Nova York, homenagens às vítimas;

---

<sup>26</sup> Segundo a Associação Nacional de Jornais, havia em 2006, 3.076 jornais em circulação no Brasil. Deste total, 532 de circulação diária. Diariamente circulam cerca de oito milhões de exemplares de jornais diversos (dados de 2007). As cinco maiores tiragens em 2007 foram: *Folha de S. Paulo* (302.595 exemplares), *O Globo* (280.329 exemplares), *Extra* (273.560 exemplares), *O Estado de S. Paulo* (241.126 exemplares) e *Super Notícia* (238.611 exemplares).

- **Comentários de especialistas:** entrevistas sobre o assunto, textos predominantemente analíticos, não noticiosos, artigos assinados publicados fora da página de editoriais e artigos assinados de colaboradores (exceto editoriais e textos dos colunistas fixos dos jornais, classificados de acordo com a temática predominante);
- **Autoreferencialidade midiática:** comentários sobre a cobertura de outros meios de comunicação, referências à literatura, cinema e outros.

A classificação da autoria das ocorrências foi dividida da seguinte forma:

- **Própria:** textos assinados por jornalistas do próprio veículo (correspondentes, redatores e repórteres), de sucursais, de colunistas fixos e colaboradores (pessoas que escrevem para ser publicadas no jornal especificamente);
- **De fora:** reprodução de material de agências de notícias e jornais e revistas estrangeiros.
- **Híbrida:** ocorrências editadas pelo jornal com base em informações de agências e/ou periódicos estrangeiros ou acrescidas de informações apuradas por um jornalista da redação.

### **1-Folha de S. Paulo<sup>27</sup>**

#### **a) A cobertura do dia seguinte**

A cobertura da Folha no dia seguinte aos atentados foi feita majoritariamente por profissionais do próprio jornal, incluindo correspondentes internacionais, redação de São Paulo e algumas sucursais. Também houve a participação de *freelancers*, articulistas brasileiros e colunistas do próprio jornal que em geral publicam em outras editoriais que escreveram sobre os eventos como Contardo Calligaris (psicanalista), Lúcio Ribeiro (jornalista especializado na cobertura musical), Elio Gaspari (jornalista e escritor autor de livros sobre a ditadura militar no Brasil), Inácio Araújo (crítico de cinema). Das 90 ocorrências sobre o assunto na edição de 12 de setembro de 2001, 74

---

<sup>27</sup> As tabelas completas com todas as ocorrências publicadas pelos jornais analisados nesta pesquisa podem ser consultadas no Anexo I desta dissertação.

eram de autoria de jornalistas da Folha ou colaboradores (como o dramaturgo Gerald Thomas).

A reprodução de material da imprensa internacional foi mínima: apenas duas matérias do jornal inglês *Financial Times* e um artigo do crítico literário estadunidense Harold Bloom. Apareceram ainda quatro matérias “híbridas”, assinadas por jornalistas da *Folha* (ou “Da Redação”) agências internacionais. Por fim, há oito ocorrências cujo autor não está identificado e duas em que não consta o autor por se tratarem de reproduções na íntegra de discursos dos presidentes de Brasil e Estados Unidos sobre os atentados.

Foram mais numerosas as matérias que abordavam a temática guerra, que incluem descrições dos atentados (que aparecem na manchete do jornal sob o título de “Guerra na América”), a reação do presidente dos Estados Unidos, declarações de líderes mundiais, comparações ao ataque de Pearl Harbor e as primeiras referências a terrorismo.

*“É cedo para avaliar a exata dimensão dos devastadores atentados de ontem nos Estados Unidos ou para antecipar a magnitude de uma possível retaliação norte-americana (...), mas não há dúvidas de que se trata de um evento histórico (...). Por enquanto, tudo são especulações, hipóteses mais ou menos críveis em torno de um episódio em si mesmo inacreditável. A única certeza é a de que este terá sido o maior atentado terrorista da história. As desconfianças recaem sobre grupos extremistas islâmicos (...) Os atentados constituem uma declaração de guerra, mas não há exatamente um Estado inimigo contra o qual a Casa Branca possa desferir um contra-ataque. (...) O suposto aspecto étnico do episódio tende ainda a fomentar atos de racismo por toda parte. Tudo indica que o mundo mudou – e para pior”.*

Trechos do editorial “Guerra na América”, página A-2.

É interessante observar que num primeiro momento o jornal fala de um “inimigo invisível”, mas também considera a possibilidade de a extrema direita do país ser suspeita da autoria dos atentados. Afirma-se que o Taleban critica os atentados e defende Osama Bin Laden.

*“Quando não sabe quem é o inimigo todos passam automaticamente à lista de suspeitos, embora tenha havido maior cautela em evitar apontar o dedo para o terrorismo muçulmano, habitual suspeito nessas ocasiões”.*

Trecho do artigo “O inimigo invisível”, página A-3.

*“Os dirigentes do Taleban, que controlam a maior parte do Afeganistão, condenaram os ataques terroristas nos Estados Unidos e rejeitaram as suspeitas de que o extremista saudita Osama Bin Laden possa ter sido o autor intelectual dos ataques. (...) No Paquistão, o embaixador do Taleban Abdul Salam Zaeef também afirmou ser contrário aos ataques (...)”.*

Trechos de “Taleban critica atentados e defende extremista Bin Laden”, pág. A-17.

Algumas páginas depois, o jornal passa a ser mais incisivo e os títulos das matérias começam a apontar indiretamente Bin Laden como autor da ação. Embora os títulos das matérias classifiquem o milionário saudita sob a rubrica de “suspeito”, não é isso que os outros elementos da página informam. A matéria “Suspeito de ter organizado ação vale US\$ 5 mi para os EUA”, publicada na página A-22 traz um perfil de Bin Laden e seu retrospecto em atentados. A diagramação lembra um cartaz de bandidos procurados do Velho Oeste, com uma fotografia de Bin Laden bem no centro da página. Há também uma retranca ao lado dos subtítulos da matéria em letras maiores que diz “O terrorista”. Abaixo desta matéria há um box que enumera os principais atentados terroristas no mundo e a foto de um avião destruído em outro atentado em 1988, sem nenhuma relação com Bin Laden.

A segunda temática de maior destaque privilegia o aspecto humano da tragédia com relatos de pessoas que presenciaram os atentados, o colapso e clima de guerra que se instalou em Nova York naquele dia, depoimentos de brasileiros que vivem na cidade, informações sobre o fechamento de empresas e suspensão de vôos. Exemplos: “Atônitos, nova-iorquinos demoram a entender os fatos (página A-5); “Personalidades brasileiras relatam visões da tragédia” (página A-13); “Atentados abalam parentes de brasileiros nos EUA” (página A-15), “Na torre, ‘o chão parecia uma geléia’, diz paulista” (página A-12); “Companhias aéreas sugerem FBI e orações” (página A-15).

Aos poucos o ato terrorista começa a aparecer atrelado ao elemento étnico-religioso (árabes e islamismo) quase numa cobrança de explicações de autoridades de países árabes ou representantes de comunidades árabes/muçulmanas nos Estados Unidos e no Brasil.

*“Detroit, capital do Estado de Michigan, tem a maior comunidade árabe dos EUA. Mesmo com nenhum grupo tendo assumido a autoria dos ataques em Nova York e em Washington, temores de represálias contra cidadãos de origem árabe na cidade fizeram com que muitos deles voltassem para casa mais cedo”.*

Trecho da matéria “Árabes em Detroit temem represálias”, página A-14.

*“O xeque Jihad Hassan Hammadeh, representante na América Latina da Wamy (Assembléia Mundial da Juventude Islâmica), disse à Folha, em São Paulo, que “as pessoas não devem se precipitar em julgar a comunidade árabe e islâmica em geral por um atentado isolado, isso se realmente for confirmado que foi um grupo islâmico. Não somos coniventes de forma alguma (...)”.*

Trecho da matéria “Muçulmanos americanos criticam mortes”, página A-22.

*“Os atentados contra os Estados Unidos foram seguidos de comemorações populares e condenações oficiais no Oriente Médio, onde o país é hostilizado por seu apoio a Israel. O líder palestino Iasser Arafat condenou os ataques e os considerou ‘inacreditáveis’. Manifestações tomaram as ruas em celebração do golpe terrorista mais duro contra o tradicional aliado de Israel. (...) Os movimentos palestinos que já promoveram ataques terroristas contra Israel (...) negaram qualquer envolvimento no ataque. ‘O que ocorreu hoje nos Estados Unidos é consequência da política americana na região mais conturbada do mundo”, afirmou o Jihad Islâmico. O Hamas também se defendeu. (...) A FPLP (Frente Popular de Libertação da Palestina) e a FDLP (Frente Democrática de Libertação da Palestina) também rechaçaram as suspeitas. (...) Jordânia, Líbano, Irã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Kuwait, Omã expressaram indignação e pediram o fim do terrorismo”.*

Trechos de “Palestinos festejam nas ruas; Arafat faz dura condenação”, pág. A-17.

A temática econômica aborda as consequências econômicas dos atentados, a possibilidade de recessão, queda de bolsas e como ficaria a economia brasileira diante do quadro. Exemplos: “Ricupero vê atentado como ameaça à economia mundial” (página A-25); “Terror fecha mercado dos EUA e derruba o europeu” (página A-30), “Bolsa de SP pára após queda de 9%” (página A-31), “Dólar dispara e bate novo recorde no Real” (página A-31).

Os comentários de especialistas se referem principalmente às conseqüências políticas e econômicas dos atentados. Em uma reportagem há depoimentos de intelectuais que expressam suas reações diante dos atentados. Ao mesmo tempo os artigos, matérias e entrevistas publicadas parecem cobrar uma resposta militar dos Estados Unidos aos atentados, dando-a como certa (Exemplos: “Para especialista, EUA darão resposta”, “EUA vão à forra com mundo ou sem ele”).

Uma ocorrência chama atenção, uma entrevista com o historiador Luiz Felipe de Alencastro, professor da Universidade de Paris. O título do texto é uma frase do entrevistado pinçada de suas declarações: “Bush será cobrado pela notória incompetência” (página A-26). O que chama atenção nesse caso são as perguntas<sup>28</sup> feitas a Alencastro, que tentam direcionar as respostas para uma interpretação dos atentados relacionada ao choque de civilizações e a ameaça às democracias ocidentais, apesar de em nenhum momento as respostas do professor irem nesta direção. Exemplos:

*FOLHA – Que tipo de reação o senhor espera dos EUA, na medida em que não há um Estado para ser retaliado, mas forças difusas, supostamente terroristas ligados ao fundamentalismo islâmico?*

*FOLHA – O terrorismo se tornou a maior ameaça às democracias ocidentais?*

*FOLHA – Você espera algum tipo de retaliação às comunidades árabes e islâmicas que moram nos EUA? Em Detroit, por exemplo, onde vivem muitos árabes, havia hoje a recomendação de não saírem à rua ontem (sic).*

Por fim há reportagens e artigos que se enquadram na categoria autoreferencialidade midiática, como a repercussão dos atentados na imprensa mundial, a transmissão ininterrupta dos acontecimentos pelas redes de televisão e a bizarra comparação com um evento de grande repercussão na mídia nacional ocorrido uma semana antes, o seqüestro do apresentador Silvio Santos<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Ver a entrevista completa no Anexo II desta dissertação.

<sup>29</sup> Duas semanas antes dos atentados o apresentador Silvio Santos foi mantido refém em sua própria casa por Fernando Dutra Pinto, responsável pelo seqüestro da filha do apresentador, Patrícia Abravanel, em 21 de agosto de 2001. Dutra Pinto só se entregou quando chegou ao local o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que garantiria sua integridade física. As emissoras de televisão brasileiras transmitiram o seqüestro ao vivo até o seu desfecho. O seqüestrador morreu na

*“A visão de que o entretenimento se mesclou à realidade, apresentada à quatro décadas por gente como o americano Daniel Boorstin e o francês Guy Debord, em ‘A Imagem’ e ‘A Sociedade do Espetáculo’, ganhou ares de consciência da humanidade” (...) até os melhores críticos de TV ou de ‘sociedade do espetáculo’, como Howard Kurz, do Washington Post, que dizia também ontem: - Era um filme de guerra se desenvolvendo nas telas”.*

Trecho de “TV mundial transmite, consciente, um espetáculo” (página A-20)

*“A tragédia nos EUA aumentou a audiência na TV brasileira ontem, mas não chegou a alcançar o mesmo desempenho da transmissão do seqüestro de Sílvio Santos, na quinta-feira retrasada”.*

Trecho da matéria “Sílvio Santos teve mais ibope que EUA” (página A-20)

Nesses textos também se recorreu a elementos da cultura de massa para “explicar” os eventos, comparando-os a obras cinematográficas e literárias, chegando-se até a sugerir uma “trilha sonora” para o “show de horror”. Exemplos: “Ameaças do terror alimenta a indústria do tecnothriller”, “Os novos vilões do cinema estadunidense”.

*“O pop pode servir como uma trilha sonora bizarra e, ao mesmo tempo, perfeita para quem quiser baixar o volume da TV e ouvir em forma de melodia esse sugestivo começo do fim do mundo como o conhecemos. (...) Não dá pra não lembrar de ‘It’s the end of the world as we know it (And I feel fine)’, da banda R.E.M. (...)”*

Trecho do artigo “Pop já tem sua trilha para o show de horror”, página A-27.

*“Os atentados terroristas de ontem são, em boa medida, um roteiro de Hollywood. (...)Um bom roteiro exige originalidade. Evitaram-se os alvos evidentes, como a Casa Branca. Pensou-se em algo nunca visto: os aviões seqüestrados eram para ser explodidos”.*

Trecho do artigo “Roteiro do espetáculo acertou no alvo” (página A-28).

#### **a) 11/09/2002**

Um ano após os atentados, foram publicadas 20 ocorrências. A maior parte dos textos foi produzida pelo próprio jornal, com exceção de quatro ocorrências assinadas por autores estrangeiros (dois do *The New York Times* e um artigo do prefeito de Nova

York na ocasião dos atentados, Rudolph Giuliani) e mais três textos de autoria híbrida (da redação mais agências internacionais). O primeiro aniversário dos atentados foi destacado nas páginas A-2 e A-3, tradicionalmente dedicadas a editoriais e artigos assinados. Além do editorial do dia, outros quatro artigos foram publicados nessa seção. A temática guerra foi predominante, seguida de elemento humano (cinco ocorrências) e comentário de especialistas (quatro ocorrências). Uma das ocorrências não foi classificada em nenhuma das categorias prévias: um box contendo o cronograma das cerimônias realizadas naquele dia na cidade de Nova York sem autor identificado.

Com o “esfriamento” da notícia as análises prevalecem sobre o factual, contudo este elemento ainda está presente nas matérias que abordam as cerimônias que lembram o primeiro aniversário dos atentados e nas medidas de segurança adotadas pelos líderes do país.

*Os EUA lembram hoje com segurança máxima o primeiro aniversário dos atentados de 11 de Setembro de 2001. O governo elevou de “amarelo” (risco elevado) para “laranja” (alto risco) o nível de alerta contra atos terroristas dentro dos EUA (...). A decisão de elevar o nível de alerta dentro dos EUA foi anunciada pelo diretor do Departamento da Segurança Interna (...). Ela resultou de “ruídos” interceptados pela comunidade de inteligência dos EUA e por “informações muito novas” sobre possíveis ataques a alvos americanos no Sudeste Asiático e ataques suicidas no Oriente Médio.*

Trechos da matéria “Sob alerta”, página A-8.

*“No Pentágono, o símbolo do poderio militar dos EUA, a comemoração do aniversário de um ano dos atentados de 11 de setembro será marcado por discursos sobre a liderança das Forças Armadas americanas, um minuto de silêncio e a exibição da mesma bandeira colocada sobre o Pentágono após os atentados de 11 de setembro de 2001”.*

Trecho da matéria “Desfile em Washington terá mísseis”, página A-8.

O factual também está presente nos textos onde predomina o “elemento humano” da data, narrando histórias de pessoas que sobreviveram aos acontecimentos.

*“O filho que procurou em vão pelo pai, a inundação de presentes, o cachorro homenageado e um inusitado museu de vozes. Cada um dos 17 milhões de nova-iorquinos tem sua “história do World Trade Center”, nem que seja apenas a lembrança do que estava fazendo às 8h46 daquele*

*11 de setembro. A Folha conta cinco desses casos, tal como se lembram seus protagonistas”.*

Trecho da matéria “Notícias de uma guerra particular”, página A-10.

Segundo a avaliação expressa no editorial, passado um ano “a América se tornou mis unilateral, mais isolada e menos democrática”. O texto afirma que “os direitos civis assistiram a um processo nunca antes verificado, com o aval do Congresso e da maioria da população”. Também se critica a “cruzada” empreendida por Bush contra o terrorismo e à iminente invasão ao Iraque, que ocorreria dali a alguns meses sem o aval da ONU e da maior parte dos países aliados dos Estados Unidos. O atentado é condenado com veemência, como o “dia em que cerca de 3.000 inocentes foram covardemente assassinados, e os símbolos de poder econômico e militar dos EUA foram duramente golpeados por um grupo de fanáticos”. Há no texto uso de um excesso de adjetivos e clichês vetados pelos os manuais de redação dos jornais, tais como: “esmagadora maioria”, “trágicos acontecimentos”, “inocentes covardemente assassinados”, “duramente golpeados”.

Nos comentários dos especialistas volta a aparecer a idéia do choque entre civilizações. No artigo “Recordando” (de Donna Hrinak, embaixadora dos Estados Unidos no Brasil), a autora afirma que o Brasil foi um importante aliado no combate ao terrorismo no hemisfério sul e que os Estados Unidos anseiam “continuar trabalhando com o Brasil” para alcançar objetivos, que segundo ela, ambos compartilham: “derrotar o terrorismo e construir um hemisfério mais próspero”. Ela afirma que é preciso lembrar que todos se beneficiam daquilo que os terroristas atacam: democracia, liberdade, diversidade e que somente pela união entre os países é possível preservar este modo de vida.

Esta posição aparece com mais força no artigo de Nelson Ascher, “Mundo árabe está em guerra com EUA”, que ocupa toda a página A-12. O texto é ilustrado com uma fotografia de uma criança de uniforme com a legenda “Militante do Jihad islâmico ajeita a filha, vestida como terrorista, durante protesto em Gaza”. No alto da página destaca-se a seguinte frase sobre um fundo negro “O fracasso do mundo árabe-islâmico tem raízes numa ordem social irreformável”, expressando não só uma confusão entre a origem árabe e a religião islâmica, mas também uma suposição de que existe um bloco homogêneo chamado mundo árabe-islâmico.

### c) 11/09/2003

No segundo aniversário dos atentados o número de ocorrências sobre o assunto diminuiu. Assim como nos anos anteriores, a maior parte dos textos foi assinada era de autoria própria, isto é, repórteres, colunistas jornal e colaboradores. Dois terços das matérias ocorrências foram produzidos pelo próprio jornal. O restante dividiu-se em um texto de autoria “híbrida”, duas ocorrências de autoria não identificada (um box explicativo reconstituindo os atentados e outro com a programação do dia na cidade de Nova York) e uma reprodução do jornal francês *Le Monde*. A temática guerra foi predominante com apenas três exceções: uma ocorrência de comentário de especialistas, uma em autoreferencialidade midiática e outra de elemento humano. A quarta ocorrência não encontrou classificação nas categorias pré-definidas. Assim como em 2002, não houve ocorrências da categoria economia.

Na página A-2, espaço que tradicionalmente publica editoriais e outros textos opinativos, o segundo aniversário dos atentados foi lembrado em quatro dos seis textos que ocupavam a página. Todos continham críticas ao unilateralismo da política externa do governo dos Estados Unidos naquele momento. Um editorial afirmava que passados dois anos, o combate terrorismo continuava ocupando as atenções da comunidade mundial e que, embora a tragédia não tenha se convertido no “prelúdio da Terceira Guerra Mundial”, ela havia provocado uma série de reações da maior potência do planeta. Entre elas, a invasão de dois países islâmicos em menos de dois anos, o retrocesso em termos de direitos civis ocorrido no plano interno e a ação unilateral e arrogante dos Estados Unidos no plano externo. A avaliação do jornal sobre os atentados é bem semelhante à do ano anterior: usam-se os mesmo chavões e adjetivos (“ataque espetacularmente mortal”, “matando covardemente 3.000 inocentes”), porém há mais espaço para crítica.

O mesmo pode ser visto nos demais textos opinativos. A colunista Eliane Cantanhêde critica as medidas de segurança adotadas nos aeroportos norte-americanos porque a caçada aos “verdadeiros terroristas” estaria sendo pouco eficiente.

*“Incapazes de prevenir a tragédia de Nova York, os órgãos de inteligência dos EUA foram capazes de provocar a invasão do Iraque*

*com o pretexto de armas de destruição em massa, afinal, inexistentes. E continuam nesses dois anos a assombrar a vida do cidadão comum e a do visitante estrangeiro com cretinices”.*

Trecho do artigo “E o Bin Laden, hein?”, página A-2.

A preocupação com as relações internacionais está presente nos dois outros artigos publicados nessa seção. Em “A terceira guerra”, Carlos Heitor Cony, colunista fixo do jornal, afirma que “passados dois anos, pode-se dar razão aos que consideram o 11 de Setembro como o início da terceira guerra mundial”, que para ele é “uma guerra sem trincheiras” e sim uma “guerra de informações e contra-informações”, na qual as batalhas não se travam “num território específico, com alvos previamente definidos”, desconsiderando que os países naquele momento ocupados por tropas estadunidenses são territórios bastante específicos. Já o artigo de Alcino Leite Neto (editor de domingo do jornal) revela preocupações com o esvaziamento da ONU, segundo ele a consequência mais grave dos atentados. Para ele, a nova ordem mundial depende de “uma verdadeira democratização da ONU” para impedir que “a futura crise de hegemonia dos EUA não redunde na disseminação universal do medo, do caos e da barbárie”.

Nos textos informativos publicados no caderno Mundo, a temática guerra prevalece, a exemplo dos anos anteriores. A primeira matéria informa sobre a divulgação de uma nova fita de Osama bin Laden, veiculada pela TV Al Jazeera, do Qatar. O texto é baseado em despachos de agências internacionais, que relatam como foi esta transmissão.

*“... a rede de Tv qatariana, Al Jazira levou ao ar uma fita de vídeo com imagens supostamente recentes de Osama bin Laden... Simultaneamente, a TV veiculou fitas de áudio distintas com gravações atribuídas aos dois terroristas mais procurados pelas autoridades americanas, nas quais eles prometem novos ataques para punir os EUA. A fita de vídeo não tem som”.*

Trecho de “Bin Laden ressurge em fita na Al Jazira”, página A-17.

Este texto, embora classificado na categoria guerra, possui fortes elementos que remetem à autoreferencialidade midiática, pois trata de um fato veiculado por outro meio de comunicação e as fontes são as agências internacionais de notícias, reforçando a circularidade da informação. Contudo, o texto foi enquadrado na categoria guerra por

tratar de uma suposta novidade nas investigações dos atentados. Suposta porque como o próprio texto afirma, as gravações são “atribuídas” a membros da Al Qaeda e as imagens não mostram nada que de fato relacionado aos ataques. Na fita há imagens de Bin Laden caminhando, sentado ao lado de uma árvore e algumas vezes empunhando um rifle. Entretanto, “especialistas” (quem?) vêm nas mensagens uma tentativa de arregimentar seguidores e que “autoridades de segurança americanas” crêem na autenticidade das gravações, Não há identificação nominal dessas fontes e tampouco espaço para que esta interpretação seja questionada.

Ainda na categoria guerra, os atentados são lembrados num gráfico explicativo de autoria não identificada. Uma reportagem narra a ampliação das medidas contra o terror anunciada por Bush na ocasião, que incluía a pena de morte para crimes relacionados ao terrorismo e a ampla defesa do Ato Patriótico. Em outro texto, aborda-se o unilateralismo do governo estadunidense e as dificuldades que esta postura poderia trazer para as relações exteriores do país. Nesses dois últimos textos vê-se a repetição dos temas abordados pelos editoriais. As entrevistas, quando existem, reforçam as posições defendidas na página destinada aos textos opinativos, sobretudo do editorial.

Na única ocorrência de “comentário de especialistas” há um debate entre dois intelectuais, André Glucksmann e Tzvetan Todorov sobre a guerra do Iraque. Enquanto o primeiro considera a guerra contra o terrorismo e a guerra do Iraque justificáveis para “levar a liberdade ao mundo e, assim, garantir sua segurança”, para o segundo estas são prova de um “unilateralismo injustificável” por parte dos Estados Unidos.

#### **d) 11/09/2004**

No terceiro aniversário não houve editoriais ou artigos nas duas primeiras páginas do jornal. O assunto ficou restrito à editoria Mundo. Nos seis textos relacionados ao 11 de Setembro a temática guerra foi predominante (metade das ocorrências). Houve dois textos de comentários de especialistas e um que não se enquadrava nas categorias pré-definidas (tratava de mudanças na lei sobre porte de armas nos Estados Unidos). Três ocorrências deram de autoria própria, duas de fora (uma entrevista do espanhol *El País* e um artigo do inglês *Financial Times*) e uma híbrida.

O terrorismo continua tendo destaque no noticiário internacional em geral e nas matérias referentes ao 11 de Setembro especificamente. Na principal matéria dedicada aos atentados o foco é a disputa eleitoral que seria realizada dali a alguns meses entre o então presidente Bush, candidato à reeleição e o senador democrata John Kerry.

*“Em ano eleitoral, os EUA marcaram hoje o mais político 11 de Setembro desde que dois aviões seqüestrados por terroristas se chocaram contra o prédio do WTC... Os ataques deram ao presidente George W. Bush a possibilidade de fazer da segurança nacional sua maior bandeira, passaram a semana no centro do debate. Bush voltou a relacionar o perigo de novos ataques ao resultado da eleição. O voto de 2 de novembro, disse ele, “também mostrará como os americanos respondem ao constante perigo do terror”.*

Trecho de “EUA marcam hoje 11 de Setembro ‘politizado’”, página A-14.

Houve a notícia da divulgação de mais um vídeo da Al-Qaeda na véspera do aniversário dos atentados (cuja a autenticidade já havia sido confirmada pela CIA) e a notícia de fotos do Consulado dos Estados Unidos no Brasil que indicariam “área ideal de ataque”.

*“as fotos foram apreendidas no dia 1º de setembro, mesmo dia em que foram detidos dois cidadãos tanzanianos, David John Pama e Salim Nassir Salim. Eles foram ao banheiro logo após a descoberta das fotos pelos seguranças. Apesar da coincidência, a Polícia Federal do Rio de Janeiro informou que, até o momento, não há nenhuma prova de que o material apreendido no banheiro fosse dos dois tanzanianos”.*

Trecho de “Foto obtida no Rio cita ‘área ideal’ de ataque”, página A-15.

Embora conste no texto a informação de que não há ligação entre os tanzanianos presos e as fotos, o tempo todo há uma tentativa para que ela seja estabelecida ou pelo menos para deixá-la implícita. As informações que refutam a participação dos dois presos no acontecimento (um exame grafológico revelou que as anotações nas fotografias não são dos tanzanianos) são alternadas com outras que reforçam a suspeita (informa-se que a Polícia Federal solicitou à Interpol a verificação dos antecedentes criminais de ambos). Por fim, o texto é encerrado com a informação de que “a Tanzânia foi um dos alvos de uma série de atentados contra representações diplomáticas americanas na África, realizada pela Al Qaeda, em 1998”.

Os textos classificados como comentário de especialistas também abordam o tema terrorismo. O primeiro é uma entrevista com o cientista político Gilles Kepel, especialista em assuntos do Oriente Médio (publicada originalmente no periódico espanhol *El País*), na qual este avalia as ações terroristas espetaculares como o 11 de Setembro. Segundo ele, ações deste tipo fracassaram porque teriam falhado na mobilização de massas populares “para dotar o movimento extremista islâmico de uma base real”. O entrevistado afirma que três anos depois dos atentados, Estados Unidos e Europa estão muito mais distantes e critica a guerra ao terrorismo promovida pelos Estados Unidos, afirmando que o país se mostrou “incapaz de pensar o terrorismo fora dos esquemas de oposição entre blocos, entre Estados”.

O segundo texto intitulado “A falácia da guerra contra o terror” estende a reflexão sobre o terrorismo para o modo como o governo russo lidou com o atentado de Beslan, ocorrido oito dias antes. Para o autor, Quentin Peel (do *Financial Times*), a tragédia havia sido agravada pela “pelo caos e a incompetência dos serviços de segurança russos”, que não haviam criado “nenhum plano de resgate coerente”. Ele adverte que o perigo da situação é que as lições não fossem aprendidas, pois em seu discurso o então presidente do país, Vladimir Putin, “em lugar de assumir os erros de sua própria administração, atribuiu a culpa a inimigos internacionais anônimos”.

*“Em nenhum momento de seu discurso Putin mencionou o problema da Tchecônia, que seu governo afirma ter resolvido. Em lugar disso, acusou um grande e amorfo 'terror internacional' de tramar o fim da Mãe Rússia e declarou que o país inteiro está em guerra. É o mesmo erro de cálculo retórico feito pelo presidente George W. Bush quando insiste que está travando uma 'guerra ao terror'”.*

Trecho de “A falácia da guerra contra o terror”, página A-16.

Para Peel, todo o conceito de “guerra ao terror” serve às finalidades dos terroristas e cria uma psicose de medo e enfraquece a liberdade que deveria defender. O curioso é que na mesma página em que esta análise está publicada há um texto noticioso sobre os atentados de Beslan que utiliza termos como carnificina e atribui os atentados a “terroristas islâmicos”. Passados três anos é possível notar que a idéia de choque de civilizações é algo ainda presente na cobertura da *Folha* e que artigos ou matérias que optam por outra abordagem do problema terror são exceções.

**e) 11/09/2005**

Os textos publicados na editoria Mundo referentes aos Estados Unidos focaram nas conseqüências do furacão Katrina, que pouco tempo antes atingira o Sul daquele país. Pela primeira vez o aniversário dos atentados não ganhou uma chamada na capa do jornal. Apenas duas matérias lembraram a data, sem referência direta ao aniversário e sim comparando a situação de luto nacional gerada pelo furacão ao sentimento da população após os atentados.

Na primeira reportagem, intitulada “Bush compara 11 de Setembro ao Katrina” (página A-21), aborda-se a queda da popularidade do presidente George W. Bush e seu apelo ao país para superar os estragos causados pelo furacão com “a mesma determinação” que lidou com os ataques da Al-Qaeda. Na segunda, “Desastre reduz margem de manobra de presidente” (página A-24) também há referências à queda de popularidade do presidente. Afirma-se que o desastre havia sido fatal para sua agenda política, pois, segundo os analistas ouvidos pelo jornal, dali em diante não haveria dinheiro para levar adiante o que planejava para seu segundo mandato. Outro fato destacado é que pela primeira vez desde os ataques a maioria da população estadunidense desejava que o governo priorizasse problemas domésticos em detrimento da guerra ao terror. A primeira matéria é de autoria “híbrida”, a segunda, de uma jornalista da *Folha*.

Os impactos do Katrina e do 11 de Setembro também foram pauta do caderno de ensaios Mais!, publicado aos domingos pelo jornal. Um do professor de literatura, João Cezar Castro Rocha e outro do filósofo esloveno Slavoj Žižek, que escreve regularmente para o caderno. O primeiro discorre sobre os dois eventos desafiam a capacidade de reflexão contemporânea e que colocariam em xeque a compreensão de mundo norte-americana. O segundo fala do isolamento daquela sociedade em si mesma, “rompida pela intrusão de uma realidade terceiro-mundista de caos social, violência e fome”, uma realidade da qual se tinha consciência apenas na presença fictícia nas telas de televisão e do cinema.

Esse aniversário atípico, sem chamada de capa, sem a programação em memória das vítimas dos atentados, editoriais ou notícias sobre as novidades da guerra contra o terror, com apenas quatro ocorrências que se assemelham bastante é importante para traçar uma linha que ajuda na compreensão de alguns eventos que vieram a seguir,

como a perda de popularidade de Bush até a derrota de seu partido na disputa presidencial de 2008.

#### **f) 11/09/2006**

O aniversário dos atentados voltou a ser chamada de capa na *Folha de S Paulo* e também foi assunto da página de editoriais<sup>30</sup>. Das sete ocorrências publicadas, quatro se classificam na categoria guerra, uma em autoreferencialidade midiática e outra em comentário de especialistas. A sexta ocorrência, um quadro com um balanço dos cinco anos passados apresenta números sobre guerra, cultura, comportamento e custos, por isso não foi classificada em nenhuma das categorias pré-definidas. Na autoria das matérias nota-se maior presença das agências internacionais.

No editorial afirma-se que os ataques às torres gêmeas do World Trade Center se tornaram “um marco na história contemporânea”, que, lidos em conjunto com o fim da União Soviética e do bloco socialista, demarcariam “um ‘antes’ e um ‘depois’”. O período inaugurado pelos eventos daquela manhã seria caracterizado como aquele em que “a máquina de guerra dos Estados Unidos” se voltaria para perseguir um novo inimigo, tentado “refazer à força o mapa do Oriente Médio”. O temor da ameaça terrorista teria sido reforçada pelos atentados de Madri, em março de 2004, e de Londres, em julho de 2005. No final, critica o isolacionismo e propõe soluções.

*“À luz da catástrofe que tem se revelado a intervenção unilateral dos EUA no Iraque e da necessidade de combater sem tréguas essa perigosa forma de irracionalismo político que o terror islâmico engendra, é possível buscar inspiração nos ensinamentos da história recente. (...) é desejável que a única superpotência restante seja mais comedida e pragmática no trato com as nações e que volte a valorizar a ONU”.*

Trecho do editorial “Outro 11 de Setembro”, página A-2.

---

<sup>30</sup> Convém acrescentar que talvez o pequeno número de matérias publicadas na ocasião do quinto aniversário se deva ao fato de que a data caiu em uma segunda-feira. Na véspera, dia 10 de setembro de 2006, a edição de domingo, mais ampla, trouxe diversos textos sobre o assunto. Entre elas uma reportagem do correspondente Sérgio Dávila com depoimentos de vários especialistas sobre os atentados e a situação da política externa norte-americana naquele momento. Por razões metodológicas a análise dessas matérias não foi incluída, uma vez que a proposta aqui é trabalhar as edições dos aniversários do 11 de Setembro.

No outro texto publicado nesta página, um artigo assinado por Sérgio Costa, reforça-se a idéia de que ruptura histórica provocada pelos atentados. O colunista afirma que o dia 10 de setembro de 2001 provavelmente foi um dia banal para a maioria das pessoas e relembra os assuntos em destaque na edição da *Folha de S. Paulo* naquele dia. Para o autor, “com as Torres Gêmeas, ruíram imediatamente áqüias informações e a vaga lembrança da véspera. O século 21 acabara de começar – ou pelo menos o rumo que se daria a ele a partir dali”.

Na editoria Mundo foram publicados três textos noticiosos (além do “balanço” já citado) e um artigo assinado. Na primeira aborda-se a segurança dos Estados Unidos após os atentados. Na ocasião, o vice-presidente, Dick Cheney e a secretária de Estados, Condoleezza Rice deram entrevistas a meios de comunicação estadunidenses defendendo as ações de seu governo. Rice sustentou a existência de laços entre a Al-Qaeda e Sadam Hussein, para justificar a invasão do Iraque em 2003. O texto cita uma pesquisa da ABC News, segundo a qual 60% dos entrevistados não concordam que o governo estaria fazendo o possível para impedir outro atentado. Porém, a mesma pesquisa revela que 55% crêem que o país está mais seguro que antes do 11 de Setembro. A matéria também cita a programação em memória aos atentados no Ground Zero (onde ficavam as torres do World Trade Center) e o pronunciamento que o presidente Bush faria naquela noite no Pentágono.

Na página seguinte, a reportagem de maior destaque da página faz referências ao quadro de segurança no Afeganistão, segundo o texto “primeira frente de batalha do governo Bush”.

*“Ontem o governador da Província de Paktia foi morto num atentado, enquanto forças da OTAN (aliança militar ocidental) e afegãs mataram desde anteontem, no sul do país, 94 militantes do Taleban. Dois dias antes, outro ataque suicida, dessa vez perto da embaixada dos EUA em Cabul, já havia matado 16 pessoas. Foi a pior ação na capital afegã desde a invasão americana ao país que se seguiu ao 11 de Setembro”.*

Trecho de “Confronto no Afeganistão mata 94; governador é alvo”, página A 13.

A ocorrência de autoreferencialidade midiática relata a divulgação de um vídeo com fotos de arquivo do 11 de Setembro divulgado na véspera do quinto aniversário dos

atentados segundo o texto (autoria da *Associated Press*) o clipe apareceu em “um site islâmico que costuma divulgar mensagens da rede terrorista Al Qaeda”. A nota cita também a divulgação de mais um vídeo de Bin Laden divulgado pela rede de tevê *Al Jazeera*.

Por fim, na categoria comentário de especialistas, há o artigo de Rami G Khouri sobre os atentados da Al-Qaeda e seu contexto histórico. Segundo o autor, para entender o 11 de Setembro deve-se traçar a história de pequenos e isolados grupos terroristas, entender por que eles não têm apelo ao público árabe como grupos como Hamas, Hizbollah e a Irmandade Muçulmana, ver a relação simbiótica entre suas ações e o militarismo anglo-americano-israelense na região.

*“Os eventos dessa semana deveriam nos lembrar de manter o discernimento entre o trauma profundo de um país e as tendências de real significado global e histórico a todos os países.*

*Ao marcarmos o 11 de Setembro, deveríamos nos ater a uma questão simples mas crucial: foi o terrorismo estilo Al Qaeda que gerou o militarismo anglo-americano que alimentou política e psicologicamente a Al Qaeda e sua visão distorcida do mundo? É preciso ir além do 11 de Setembro cujo evento bárbaro e isolado, cujos responsáveis devem ser combatidos a todo custo, e analisá-lo como parte de um processo maior num contexto histórico complexo”.*

Trecho de “Os ataques da Al Qaeda no contexto histórico”, página A-12.

Este artigo é interessante porque é o primeiro assinado por um especialista “não-ocidental” (o autor é ligado à Universidade Americana de Beirute e editor do jornal libanês *Daily Star*) e também é um dos poucos a apresentar uma proposta de análise que foge ao esquema maniqueísta de bandidos ou mocinhos ou da interpretação segundo a tese do choque de civilizações.

#### **g) 11/09/2007**

No ano de 2007 não houve chamada de capa sobre os atentados. Na página de editoriais, um artigo assinado pelo colunista Marcos Nobre foi a única referência direta

aos atentados desta edição<sup>31</sup>. O texto afirma que o 11 de Setembro inaugurou uma era de incertezas para a democracia e que o neoconservadorismo do presidente Bush cultivou uma divisão maniqueísta de mundo, dividindo os atores entre o bem e o mal.

*“O desastre da guerra do Iraque e a truculência dos principais auxiliares de Bush arrefeceu esse movimento de ataque à inteligência e ao debate ponderado. (...) Não é mesmo fácil lidar com o medo e a insegurança, que são bastante reais. Só que o conservadorismo mobiliza esses sentimentos para bloquear a reflexão. Ao inculcar a idéia que se trata de uma “guerra” contra o “terror”, divide o mundo entre amigos e inimigos”.*

Trecho do artigo “O inimigo”, página A-2.

#### **h) 11/09/2008**

Não houve publicação de matérias relativas ao 11 de Setembro de 2001 nesse ano.

### **2- O Estado de S. Paulo**

#### **a) 12/09/2001**

A cobertura de *OESP* no dia seguinte aos atentados também foi farta. Ao todo foram 89 ocorrências sobre o assunto. Assim como na *FSP*, a maioria do que foi publicado foi produção do jornal, entre matérias de correspondentes, repórteres, redação e da *Agência Estado*, somando 58 ocorrências entre matérias, artigos, entrevistas, editoriais, notas e boxes explicativos. O número de matérias de agências internacionais e periódicos estrangeiros foi bem maior que no concorrente: 18 ocorrências. Houve ainda sete ocorrências cujo autor não estava identificado e seis “híbridas”.

Há poucas diferenças com relação ao conteúdo das notícias publicadas por este jornal e seu concorrente. As temáticas principais se repetem. Guerra é a categoria com mais ocorrências, seguida por “economia”. Os textos enquadrados na temática

---

<sup>31</sup> Outros textos publicados na editoria Mundo estavam relacionados aos atentados, mas não faziam referência direta a eles, por isso ficaram fora. Entre eles estão reportagens sobre a avaliação sobre a ocupação do Iraque e os protestos contra ela.

“elemento humano” vêm em terceiro lugar. Em número menor estão as ocorrências de comentários de especialistas e autoreferencialidade midiática<sup>32</sup>.

Na categoria “guerra”, a cobertura do *Estadão* é enfática, não hesita ao falar em terrorismo e os títulos de algumas matérias incluem termos como retaliação, “caçar terroristas” e “erradicar praga”.

*(...) Estamos vivendo, já, um estado de guerra mundial. Mudou o pólo conceitual em torno dos conflitos mundiais. Não se trata mais de esperar por uma 3.ª Guerra Mundial, de natureza eletrônica, desenvolvida com foguetes e ogivas nucleares. A guerra está aí, intestina, invisível, atravessando fronteiras, destruindo, matando, ferindo a sensibilidade e maltratando o orgulho das nações. (...) O que poderá ocorrer, a partir dos monumentais atentados nos Estados Unidos? Retaliação significará mais violência, mais carnificina, mais sangue, mais tensão. Uma atitude conformista por parte das autoridades provocará grande reação popular. (...)*

Trecho do artigo “Um estado de guerra mundial”, página A-2.

*“O presidente George W. Bush declarou guerra ao terrorismo ontem à noite e disse que os Estados Unidos “não farão nenhuma distinção entre os terroristas e aqueles que os abrigam” depois que descobrirem os responsáveis pelos atentados que abalaram o país. (...) Com uma voz calma, mas que traía sua ira mal contida, Bush disse que mobilizou “todos os recursos dos serviços policiais e de inteligência” na “busca dos responsáveis por esses ataques miseráveis” e agradeceu aos líderes mundiais que manifestaram suas condolências e ofereceram assistência. “A América e seus amigos e aliados juntar-se-ão àquele que querem a paz e a segurança no mundo e, juntos, venceremos a guerra contra o terrorismo”, garantiu”.*

Trecho da matéria “Bush promete caçar terroristas e quem os abriga”, página A-29.

Assim como a *Folha*, há aqui comentários do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, sobre os atentados e reflexões sobre o que eles podem representar em termos diplomáticos. Comenta-se o medo nas ruas de Nova York, o clima de guerra e ódio. O presidente estadunidense é mostrado em pronunciamento ao lado de tropas militares. Há uma sutil polarização entre civilizações, como se de repente o cenário internacional tivesse se dividido entre dois atores: a civilização ocidental e os extremistas islâmicos, o mundo livre e o mundo dos “fanáticos”.

---

<sup>32</sup> Conferir tabela completa da evolução das temáticas no Anexo I.

*“O primeiro ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, condenou ontem os atentados contra o World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, em Washington, classificando-os de “a nova praga do mundo de hoje. Isso foi obra de fanáticos que não têm o menor respeito pelos valores e pela vida humana e nós, as democracias deste mundo, devemos nos unir para lutar contra eles e erradicá-los”, acrescentou Blair (...) Esta não é uma batalha entre os Estados Unidos e o terrorismo. Esta é uma batalha entre o mundo democrático e livre e o terrorismo. Nossa luta só vai terminar quando esse demônio for expulso do mundo”, insistiu o primeiro-ministro britânico. Ele ofereceu total ajuda aos Estados Unidos para encontrar os responsáveis”.*

Trecho de “Blair exorta Ocidente a erradicar praga”, página A-30.

*“Enquanto centenas de palestinos festejavam na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental os atentados cometidos nos Estados Unidos, o líder deles, Yasser Arafat, condenava energicamente os ataques, declarava-se consternado e enviava condolências às famílias das vítimas (...). Em Teerã, o governo iraniano – que apóia a causa palestina – condenou o atentado. O presidente Mohammad Khatami, manifestou ‘profundo pesar’ e expressou sua ‘solidariedade às vítimas e suas famílias’. Em Bagdá, o governo iraquiano não fez comentários, mas as emissoras de rádio não pararam de tocar hinos patrióticos”.*

Trechos de “Arafat repele atentados, mas palestinos fazem festa”, página A-14.

*“(...) O pior ataque terrorista da História demonstrou não apenas a crueldade e a coordenação nunca vista além das atrocidades espalhadas pelo Oriente Médio. Ele sublinhou também a impotência e a irrelevância da moderação e da diplomacia diante do ódio nu do desejo de vingança. Os governantes árabes que estão engajados no processo de paz estão mais chocados e temerosos do que qualquer outro líder do mundo. E têm mais a perder”*

Trecho de “Árabes vêm ameaça a processo de paz”, página A-14.

Esta divisão permanece da categoria elemento humano. Os textos incluem histórias de brasileiros que trabalham em Nova York, depoimentos de pessoas que testemunharam a tragédia, cancelamento de vôos e a espera por informações sobre vítimas. Também há também uma contraposição entre civilizações/religiões.

*“Todas as organizações judaicas de São Paulo e de outros Estados foram orientadas a fechar as portas ontem e não devem funcionar hoje. “Estamos agindo preventivamente diante da hipótese de que movimentos palestinos estejam envolvidos nos atentados”, disse o presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp), Natan Berger (...). O consulado em São Paulo foi fechado, a exemplo de todas as*

*representações diplomáticas israelenses no mundo. Uma ordem de Israel levou cerca de 20 servidores a deixar a embaixada em Brasília por volta do meio-dia. A PM mandou que os carros fossem retirados e isolou o estacionamento (...)*”.

Trecho de “Entidades judaicas de São Paulo são orientadas a fechar as portas”, página A-24.

*“De Marshall, no Texas, Phil Latham confessa ter tentado várias vezes pedir aos companheiros, na redação do jornal em que trabalha, para que voltassem ao trabalho. Mas nem ele conseguia tirar os olhos das imagens que a TV mostrava. (...) Latham diz que se sentiu “doente, vazio e raivoso”, com vontade de se alistar no Exército para lutar contra os que agrediam os Estados Unidos. Mas ele mesmo pergunta: “Contra quem? Em qual direção?” E conclui: “O inimigo está em lugar nenhum e em todos os lugares. O inimigo pode tentar se esconder por trás de algum tipo de religiosidade, mas isso não é religião. É, simplesmente, o mal. Não há outra palavra para isso. Os terroristas matam pessoas para satisfazer sua sede de maldade. E se alguém disser que a causa é outra, não acredite. A culpa é do Mal.”*

Trecho de “Após o choque, o medo incontável. E o ódio”, página A-16.

A cobertura sobre a temática econômica foi intensa e bem mais expressiva que no jornal concorrente. Além das notícias sobre queda de bolsas, cotações do dólar e ameaças de recessão houve na cobertura de *OESP* notícias sobre as empresas que tinham sede no WTC, opiniões de banqueiros e especialistas da área e um retrospecto dos prejuízos causados pelo primeiro atentado às torres, em 1993. Exemplos: “Bolsas de valores despencam no mundo todo” (página A-18); “Fed garante que pode fornecer recursos adicionais aos bancos” (página A-18); “Empresas no Brasil alteram rotina” (página A-20); “Para banqueiro liquidez preocupa” (página A-20); “20% das empresas faliram no atentado de 93” (página a-21).

Houve apenas duas ocorrências da categoria opinião de especialistas: uma matéria que anuncia que estrategistas prevêem represálias e um artigo de Henry Kissinger, originalmente publicado no estadunidense *The New York Post*.

Por fim, encontramos neste veículo as mesmas características de autoreferencialidade midiática presentes na cobertura da *FSP*: as alusões ao cinema e à cobertura de jornais, revistas e televisões do mundo inteiro sobre o assunto.

*“Em menos de duas semanas, os brasileiros pararam duas vezes na frente da TV para assistir episódios que calaram a população pela crueldade. Primeiro foi o seqüestro do empresário Silvio Santos. Ontem, foi o ataque terrorista aos EUA”.*

Trecho da matéria “Tragédia americana pára centro de São Paulo”, página A-22.

*“Recorrer ao estrangeiro, ao outro, ao diferente, como ameaça à sua sociedade, tem sido uma das pedras de toque do cinema de Hollywood. Thrillers e fantasias científicas têm sido feitos, ao longo dos anos, para estimular essa paranóia que estimula o isolamento da América. O lema em Hollywood é “o mundo contra nós e nós contra o mundo”. Os inimigos, antigamente, eram os vermelhos, tanto fazia que fossem russos ou marcianos. Em anos mais recentes, passaram a ser os palestinos, sempre dissimulados e traidores. Ultimamente, os russos, dissidentes do comunismo, é que viraram os inimigos”.*

Trecho do artigo “Um tema sempre explorado por Hollywood”, página A-34.

#### **b) 11/09/2002**

Nesta edição o periódico utilizou bastante material produzido por agências de notícias internacionais. Apenas cinco das 16 ocorrências foram produzidas por profissionais do jornal ou articulistas. Em 10 ocorrências a autoria é creditada a agências internacionais e ou periódicos estrangeiros, como os jornais *The New York Times* e *The Washington Post*. Há uma ocorrência sem autoria identificada.

Novamente guerra foi a temática predominante. Doze entre as dezesseis ocorrências publicadas nessa edição se enquadravam nesta categoria. Os textos abordaram fatos sobre os atentados ocorridos no ano anterior e possíveis atividades da Al-Qaeda naquele momento.

*“O governo americano pôs o país ontem em estado de alerta laranja – o segundo mais grave, que indica “alto risco de ataques terroristas” (ver quadro) – por ter recebido do setor de inteligência evidências dignas de crédito sobre um possível atentado suicida contra interesses dos EUA, mais provavelmente no exterior, anunciou o secretário da Justiça, John Ashcroft. Centenas de cerimônias em todo o país e no exterior recordarão os mais de 3 mil mortos nos atentados terroristas de 11 de setembro contra o World Trade Center (WTC), o Pentágono e na Pensilvânia. No horário em que o primeiro avião se chocou contra o WTC, às 8h46 (9h46 de Brasília) haverá um minuto de silêncio em todo país”.*

Trechos da matéria “Sob alerta de ‘alto risco’, EUA lembram o 11/9”, página A-14.

*Grupos de combatentes da rede Al-Qaeda, que se haviam refugiado no Paquistão desde outubro, começaram a reorganizar-se e a retornar ao Afeganistão, segundo fontes do serviço de inteligência dos EUA citadas ontem pelo New York Times. (...) Quase um ano após o início de sua campanha militar no Afeganistão, os EUA duplicaram o número de soldados que mantinham no território afegão em janeiro (3.800) e iniciaram o envio de peças de artilharia pesada, informou ontem o jornal The Washington Post.*

Trecho de “Terroristas da Al-Qaeda retornam ao Afeganistão”, página A-15.

O jornal publicou notícias das investigações dos atentados. Também houve destaque aos planos dos Estados Unidos de invadir o Iraque.

*“A visita de Atta a Bin Laden, que não havia sido divulgada antes, está entre as últimas descobertas dos investigadores americanos que tentam reconstituir o plano de seqüestro que tanta morte e destruição levou aos Estados Unidos. Os investigadores acreditam que Atta estivesse acompanhado de outros líderes da conspiração e que eles conversaram com Bin Laden sobre o lançamento de uma operação terrorista”.*

Trecho da matéria “Bin Laden recebeu Atta, líder dos seqüestradores”, página A-15.

*“Saddam Hussein deve cumprir as resoluções do Conselho de Segurança da ONU (sobre o retorno dos inspetores de armas de destruição em massa ao Iraque) ou então “ações serão tomadas”, advertiu ontem o primeiro-ministro Tony Blair, em mais uma firme defesa de um ataque contra o país. (...) Blair endossa firmemente a posição do presidente dos EUA, George W. Bush, que amanhã, em seu discurso na Assembléia-Geral da ONU, pedirá apoio da organização para uma ação militar. A Casa Branca pretende obter a aprovação, pelo Conselho de Segurança, de um ultimato ao regime iraquiano”.*

Trecho da matéria “Iraque deve cumprir resoluções ou então ‘ações serão tomadas’”, página A-16.

Dois textos foram classificados na categoria autoreferencialidade midiática, um sobre uma exposição de fotografias sobre o atentado e outro que cobrava uma postura “sóbria” da imprensa estadunidense, assinado pelo correspondente Paulo Sotero.

*“A imprensa americana, especialmente a televisão, enfrentará hoje o considerável desafio de manter um tom sóbrio durante a cobertura de 18*

*horas que as redes farão dos muito eventos(sic) programados para marcar o trágico aniversário. O fato de a ocasião, que é induzida pela televisão, estar sendo usada pela administração para justificar aos americanos e ao resto do mundo o plano do presidente George W. Bush de levar a guerra contra o terrorismo ao Iraque, apenas complica a missão dos jornalistas americanos”.*

Trecho de “Manter sobriedade é desafio para a imprensa”, página A-14.

Na única ocorrência classificada como “elemento humano”, o correspondente Gilles Lapouge aborda a situação dos imigrantes muçulmanos na França. Há uma confusão entre árabes e muçulmanos, mas não há no texto polarização evidente entre o mundo árabe e o mundo ocidental.

*“(…) Existem certamente na França grupos de ódio. Existem também militantes – alguns dos quais foram presos, enquanto preparavam atentados mortíferos para a data deste primeiro aniversário. Mas, para o muçulmano médio, podemos falar de radicalização? A pergunta foi feita a diversos institutos de pesquisa. Os resultados são tranquilizadores. Eles nos mostram que apenas 30% dos muçulmanos sentiram, após o dia 11 de setembro, uma mudança de comportamento a seu respeito. E, ao contrário, 67% dos árabes entrevistados não observaram nenhuma atitude mais hostil, mais agressiva do que habitualmente.(…) Não devemos tirar precipitadamente dessas pesquisas conclusões cor-de-rosa. Uma coisa, porém, é certa: exceto alguns pequenos grupos fanatizados por “imãs” ou pelos enviados da Al-Qaida (sic) (cujos grupos são muito ativos na França), o que a comunidade francesa muçulmana deseja ardentemente é paz, entendimento e fraternidade, e não furor e ódio”.*

Trecho da matéria “Atentados não radicalizam islâmicos na França”, página A-15.

### **c) 11/09/2003**

No segundo aniversário dos atentados as matérias publicadas no *Estadão* deram destaque a apenas duas temáticas: guerra e elemento humano. Houve uma ocorrência que não se classifica nas categorias pré-definidas (um gráfico sobre o que seria feito do local onde ficavam as torres do World Trade Center) A autoria das matérias ficou equilibrada, cinco assinadas por jornalistas do veículo, cinco de agências internacionais e uma de autoria não identificada. Nos editoriais não houve referência direta aos atentados de 11 de Setembro, porém o assunto teve destaque na capa da edição do dia e nas notícias da editoria Internacional.

As matérias da categoria elemento humano abordaram as cerimônias em memória das vítimas dos atentados e o clima de tensão e medo que afligia os moradores da cidade de Nova York (uma entrevistada afirma que desde o 11 de Setembro a cidade não é mais a mesma e o mundo não é mais o mesmo). Este clima de insegurança coletiva é reforçado no texto “101 itens para continuar vivo”, que fala sobre a lista de itens sugeridos pela Cruz Vermelha e Agência Federal de Controle de Emergências, considerada “mais um dos produtos” do “mercado antiterrorismo” que assola os Estados Unidos”. Também é abordada a dificuldade das famílias em aceitar a perda de parentes “desaparecidos” no WTC cujos corpos nunca foram encontrados.

*“Embora não haja um número oficial de brasileiros mortos no atentado de 11 de Setembro de 2001, a última informação divulgada pelo Itamaraty foi de cinco desaparecidos. Ainda assim apenas três nomes foram confirmados por suas famílias. (...) Segundo o Itamaraty, o trabalho de busca foi dificultado pelo “boom” de pessoas que procuraram o governo para informar que parentes teriam morrido”.*

Trecho de “Brasileiros tentam aceitar realidade da morte sem descoberta de corpo”, página A-21.

Na categoria guerra há notícias sobre a guerra contra o terror, um quadro com a reconstituição “minuto a minuto” dos atentados, a divulgação de um novo vídeo de Bin Laden e as implicações deste, que reforçaria a sensação de insegurança naquele momento.

*“A TV árabe por satélite, Al Jazeera, do Catar, transmitiu ontem um vídeo com imagens do líder da rede terrorista Al-Qaeda, Osama bin Laden, e de seu número 2, o médico egípcio Ayman Al-Zawahiri, em uma região montanhosa. A TV divulgou ainda uma longa gravação de áudio em que o suposto Zawahiri promete mais ataques aos americanos”.*

Trecho de “A ameaça continua”, página A-18.

A reportagem é creditada a um conjunto de agências de notícias internacionais (Reuters, Associated Press, AFP e EFE). O texto cita o pronunciamento de Bush sobre o vídeo e a reação das bolsas de Nova York, que caíram após a divulgação da fita. Na mesma página há uma matéria do correspondente do jornal em Nova York, Paulo Sotero, repercutindo o impacto da notícia.

*“(...) o reaparecimento de Osama bin Laden e de seu vice (...), conclamando guerrilheiros iraquianos a enterrar as forças de ocupação dos EUA, certamente reforçaram o sentimento de vulnerabilidade que os ataques de 11 de setembro de 2001 contra símbolos do poder econômico e militar do país deixaram entre os americanos”.*

Trecho de “Vídeo reforça sensação de vulnerabilidade”, página A-18.

#### **d) 11/09/2004**

A edição traz na capa uma foto grande e centralizada dos fachos de luz do memorial às vítimas do 11/9, no lugar onde ficavam as torres do World Trade Center, (Marco Zero/Ground Zero) inaugurado naquele dia. As doze ocorrências sobre o assunto se dividiram entre as temáticas comentário de especialistas (quatro), elemento humano (três), guerra (três) e autoreferencialidade midiática (duas). Não houve ocorrências na categoria economia. A autoria dos textos estava mais uma vez dividida: seis ocorrências de agências internacionais e veículos estrangeiros, quatro de jornalistas do *Estadão* e duas sem autor identificado.

Nas matérias de elemento humano consta a programação das homenagens às vítimas. O subtítulo da matéria anuncia “Parentes lêem nomes das vítimas da seqüência de ataques que mudou o mundo”. Mais uma vez a data aparece como um momento de ruptura. Lembram-se novamente as vítimas dos atentados e o temor da população diante da possibilidade de um novo ataque. O jornal também se refere às pessoas que ainda possuem parentes desaparecidos três anos depois dos atentados, mas diferente da *Folha*, que entrevistou brasileiros que perderam parentes nos atentados e cujos corpos ainda não haviam sido encontrados, o *Estadão* optou por um texto originalmente publicado pelo periódico nova-iorquino *The New York Times* que falava da população norte-americana.

*“Nos três anos seguintes aos atentados, vê-se a luta que as famílias têm travado, a persistência do sofrimento decorrente de suas perdas, a agonia de ter de decidir, entre muitas outras coisas, se aceitam dinheiro do fundo de compensação federal ou se entram com ação em busca de justiça. Tem havido também histórias de recuperação, ou ao menos de determinação em consertar suas vidas fragmentadas”.*

Trecho de “Uma tragédia que ainda não acabou”, página A-28.

A temática guerra teve pouco destaque. Foram publicadas apenas duas reportagens sobre o assunto e um box sobre atentados terroristas ocorridos desde a queda das torres do World Trade Center. No primeiro texto, “Luzes que perguntam: e Bin Laden” anunciava-se o andamento das investigações para encontrar o saudita e mais os demais citados em uma lista do FBI dos terroristas mais procurados. Até aquele momento dois haviam sido presos e havia suspeitas de que um estivesse morto. O texto também faz referência a uma nova fita veiculada pela TV Al Jazeera, do Qatar, na qual uma mensagem do egípcio Ayman Al-Zawahiri, “considerado o principal lugar-tenente de Bin Laden”. No fim do texto afirma-se que “enquanto os EUA e o mundo” lembram o aniversário dos atentados “a rede terrorista Al-Qaeda continua viva e atacando em várias partes do mundo”. A preocupação com o terrorismo está presente no restante da editoria Internacional, onde há várias notícias envolvendo episódios que não estão relacionados diretamente ao 11 de Setembro.

Nesta categoria o jornal optou por abordar mais a guerra contra o terror promovida pelo governo Bush, com os atentados ocorridos desde então, as novidades (ou a falta delas) nas investigações e até mesmo o temor sobre outro tipo de ataque, expressos na matéria “Nova ameaça: a bomba suja” (página A-27). As análises sobre o assunto ficaram reservadas aos textos classificados como comentários de especialistas. Entre as quatro ocorrências publicadas há um artigo sobre o Conselho Presidencial para Salvaguarda das Liberdades Civis (escrito por dois ex-participantes da Comissão do 11 de Setembro, criadora do Conselho), uma reportagem em que um intelectual muçulmano analisa algumas reformas progressistas em andamento no Islã, uma entrevista com um cientista político especialista em Oriente Médio e uma entrevista com um ex-assessor da Casa Branca que avalia a luta antiterror. Além de uma diversidade um pouco maior de temas, há nesta categoria uma pluralidade de fontes que tornam as análises mais diversificadas.

Nos textos que se referem ao islamismo percebe-se que há um esforço em não tratar a religião e os países que a praticam como um bloco monolítico. O texto deixa claro também que nem todos os países que adotam essa religião a adotam como lei de Estado, embora alguns o façam. Também não há uma confusão entre a palavra árabe e a religião em questão.

*“Três anos depois do 11 de Setembro o mundo muçulmano está mudando e pode encontrar-se nos estágios iniciais de uma reforma. É o que afirma o escritor e intelectual muçulmano Zaiuddin Sardar em artigo publicado essa semana na revista britânica New Statesman(...) O autor afirma que está sendo dedicada grande atenção à reformulação da Sharia, a lei islâmica – que é a lei de Estado em muitos países muçulmanos como Arábia Saudita, Irã, Paquistão e Sudão”.*

Trecho de “O Islã pode mudar”, página A-29.

No outro texto que aborda a religião islâmica é uma entrevista com o cientista político Gilles Kepel (também entrevistado pela Folha), que na ocasião lançava o livro “Guerra no Coração do Islã”. Na obra o autor colocava em perspectiva os acontecimentos de 11 de Setembro e suas conseqüências: a guerra no Iraque e o crescimento do islamismo radical na Europa. O professor analisa fraturas no mundo muçulmano e afirma que os radicais estão isolados. Um ponto que merece destaque nessa entrevista é o papel da mídia no pós-11 de Setembro, pois para o entrevistado a idéia de ruptura histórica, a comparação com a queda do Muro de Berlim fazem sentido do ponto de vista da mídia, pois nesse espaço o islamismo substituiu o comunismo como a grande ameaça. Também há críticas à idéia do islamismo radical como um inimigo do ocidente que precisaria ser combatido, que para ele é fruto da teoria de Huntington.

Nos textos sobre a política externa daquele governo há críticas à luta antiterror. No primeiro, dois ex-integrantes da Comissão do 11 de Setembro (em artigo originalmente publicado pelo *The New York Times*), avaliam a efetividade que teria o Conselho Para a Salvaguarda das Liberdades Civas Americanas, criado na semana anterior como forma de equilibrar as ferramentas de poder fornecidas pela Lei Patriótica.

*“Infelizmente, o conselho criado pelo presidente não tem nem a forma correta nem os poderes adequados para cumprir seus objetivos. Para começar, o tamanho do conselho é um problema. Com 20 ou mais pessoas, os membros não se sentiriam pessoalmente cobrados ou responsáveis (...). Mas uma questão fundamental são as pessoas que vão servir nele. Seus integrantes pertencem aos quadros do governo e quase todos são das mesmas agências e departamentos cujas ações provavelmente serão assunto de reclamações”.*

Trecho de “Com o governo, novas e poderosas ferramentas”, página A-26.

Em outra matéria o ex-assessor da Casa Branca faz críticas à invasão do Iraque e diz que esta medida complicou a *luta antiterror* (não mais *guerra contra o terror*). Segundo ele, caso Bush fosse reeleito naquele ano o país cometeria mais quatro anos de erros neste assunto. Ele afirmava ainda que após três anos o país não estava mais seguro e defende a tese de que a invasão do Iraque isolou os Estados Unidos.

Por fim, as matérias classificadas como autoreferencialidade midiática abordam lançamentos de livros e filmes sobre o assunto e relembra os assuntos que eram notícia na véspera dos atentados.

#### e) 11/09/2005

Neste ano não houve chamada de capa relativa aos atentados. Na editoria Internacional as atenções estavam voltadas para as conseqüências do furacão Katrina, que havia atingido o sul dos Estados Unidos na semana anterior. A data foi lembrada em apenas três ocorrências, uma de elemento humano, uma de autoreferencialidade midiática e outra de comentário de especialistas.

A primeira é uma reportagem que ocupa quase a página inteira. Originalmente publicada no *The New York Times*, o texto aborda o estresse pós-traumático vivido pelos bombeiros de Nova York que trabalharam no resgate de pessoas que estavam nas torres do WTC naquele dia. A diagramação da página é confusa. No alto há uma fotografia pequena de um desses bombeiros citados pela reportagem ao lado de uma janela; logo abaixo há um box com o projeto de um arranha-céu que deveria ser construído no lugar onde ficava o World Trade Center; abaixo deste desenho alguns números grafados em vermelho e em tamanho maior que as fontes desse quadro todo com o “saldo da tragédia”, isto é, o número de mortos no WTC, no voo 93<sup>33</sup> e no Pentágono.

A segunda ocorrência, de autoria não identificada, anuncia o lançamento de livros e filmes sobre os atentados, do mesmo modo que no ano anterior. O terceiro e último texto é um artigo do cientista político Francis Fukuyama – que naquele momento já havia rompido com o neoconservadorismo.

---

<sup>33</sup> O quarto avião envolvido nos atentados de 11 de Setembro, que estaria destinado a atingir a Casa Branca, mas que teria sido derrubado no deserto da Pensilvânia pelos próprios tripulantes.

*“É tentador ver uma continuidade com a tradição de política externa e caráter americanos na resposta do governo Bush ao 11/9, e muitos assim o fizeram. Nós tendemos à ação unilateral vigorosa quando nos sentimos ameaçados; e também falamos em tons altamente idealistas nessas ocasiões. Mas não foi a cultura política americana, nem alguma pressão ou limitação doméstica subjacente que determinou as decisões fundamentais da política americana desde o 11/9”.*

Trecho de “A invasão dos isolacionistas”, página A-21.

O autor afirma que as escolhas políticas do governo de George W. Bush não foram determinadas por preocupações domésticas ou pela cultura em política externa daquele país. Segundo ele “muito saiu” dos Estados onde o partido republicano obteve maioria nas eleições e dos cristãos conservadores que “supostamente moldam a agenda internacional do presidente”. Ele diz que não se sabe que desfecho terá a situação do Iraque, mas critica o fato de que quatro anos após os atentados toda a política externa daquele país esteja voltada para uma guerra apenas marginalmente relacionada com a fonte do que se abateu sobre os Estados Unidos naquele dia.

#### **f) 11/09/2006**

O quinto aniversário do 11 de Setembro voltou ter chamada na capa da edição. Foram publicadas cinco ocorrências sobre o 11 de Setembro, quatro delas classificadas na temática guerra. Metade das ocorrências era creditada a agências internacionais. A temática economia voltou ao noticiário. Uma página inteira abordou a data e sua relação com o Brasil, com textos que avaliavam as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos desde os atentados e também relações diplomáticas na América Latina. Esses textos são todos da mesma autora, a repórter Denise Chrispim Marin, da sucursal de Brasília.

*“Logo após o 11 de Setembro, o Itamaraty teve duas certezas. A primeira, que os EUA passavam a ser, a partir daquele momento um país em guerra. A segunda certeza: os olhos, já distantes de Washington para a região ao Sul do Rio Grande, em particular para o Brasil ficariam praticamente cegos. No balanço desses cinco anos (...) Brasil e EUA seguiram agendas próprias com raras conexões. O Itamaraty ficou mais liberto das interferências americanas, mas a relação bilateral não se aprofundou”.*

Trecho da reportagem “No mundo pós-11/9, relação Brasil-EUA cai na trivialidade”, página A-10.

*“Nos últimos cinco anos, a marca mais expressiva da relação diplomática sem densidade entre Brasil e EUA está no setor do comércio - e, neste caso, a influência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 é diluída. A neurose do terror ajudou a concentrar as atenções de Washington nas questões relativas à segurança, mas a freada nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) já havia sido dada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, na Cúpula de Québec, em abril de 2001. O governo Lula apenas deixou claro que não tem interesse em reabrir esse processo(...). Em 2004, a Alca foi definitivamente engavetada e, no final de 2005, foi declarada morta durante a Cúpula das Américas de Mar del Plata (Argentina)”*.

Trecho de “Comércio é exemplo da frieza da relação bilateral”, página A-11.

Nas matérias enquadradas da categoria guerra há declarações do então vice-presidente, Dick Cheney à rede de televisão NBC sobre a situação da guerra do Iraque, na qual ele insistia que Saddam Hussein se vinculava a grupos terroristas. A mesma notícia foi publicada na Folha, também baseada em agências internacionais. No final da matéria um parágrafo sem conexão com o restante do texto informava a agenda de Bush para o quinto aniversário dos atentados.

A guerra contra o Afeganistão também foi lembrada na reportagem “Atentado mata governador afegão”, que informa a morte do governador de um província afegã em um atentado suicida. Segundo o texto, o fato seria “uma mostra do crescimento da crescente deterioração das condições de segurança” naquele país. O texto traz a declaração da então secretária de Estado, Condoleezza Rice de que os combatentes do Taleban estariam bem mais organizados naquele momento do que no início da ofensiva se seguiu aos ataques de 11 de Setembro.

#### **g) 11/09/2007**

Não houve chamada de capa sobre os atentados. Assim como fez a Folha, o jornal deu destaque à entrevista do general David Petraeus, comandante dos EUA no Iraque (em nenhum dos jornais o texto mencionava o 11 de Setembro) e a notícias sobre o Afeganistão. Contudo, apenas dois textos faziam referência aos atentados ocorridos seis anos antes. A de maior destaque é uma reportagem classificada como comentário de especialistas, assinada pela repórter do Estado, Renata Miranda.

*“Para Jason Burke, autor do livro ‘Al-Qaeda, a verdadeira história do radicalismo islâmico’ (...) reduzir o problema da Al-Qaeda à figura de*

*Bin Laden foi um dos grandes erros cometidos pelo Ocidente. (...) Em seu livro, o repórter britânico do jornal The Observer afirma que a liderança centralizada da Al-Qaeda deixou de existir depois do 11 de Setembro por causa das ações contra o terrorismo (...). O grupo hoje tem diversos braços que atuam independentemente da autoridade central”.*

Trecho de “EUA erram ao reduzir Al-Qaeda a Bin Laden”, página A-12.

É curioso observar que diante da grande quantidade de lançamentos sobre o assunto o jornal anuncie o lançamento o livro de um autor jornalista, cujas credenciais para escrever sobre este assunto se baseiam em sua experiência como no Oriente Médio. Contudo, considerando as dificuldades que envolvem a prática do jornalismo internacional cabe dizer que muitas vezes isso pode não se tratar de uma opção do repórter, mas de uma alternativa possível (disponibilidade do autor em ser entrevistado). Contudo, nota-se que os especialistas da academia ao longo dos anos perderam o espaço nos textos de análise.

A segunda ocorrência citando os atentados de 11 de Setembro é uma nota de agências internacionais (Associated Press e EFE) sobre uma possível nova aparição de Bin Laden em vídeo em um grupo de mídia “ligado à rede terrorista Al-Qaeda”, o Al-Sahab.

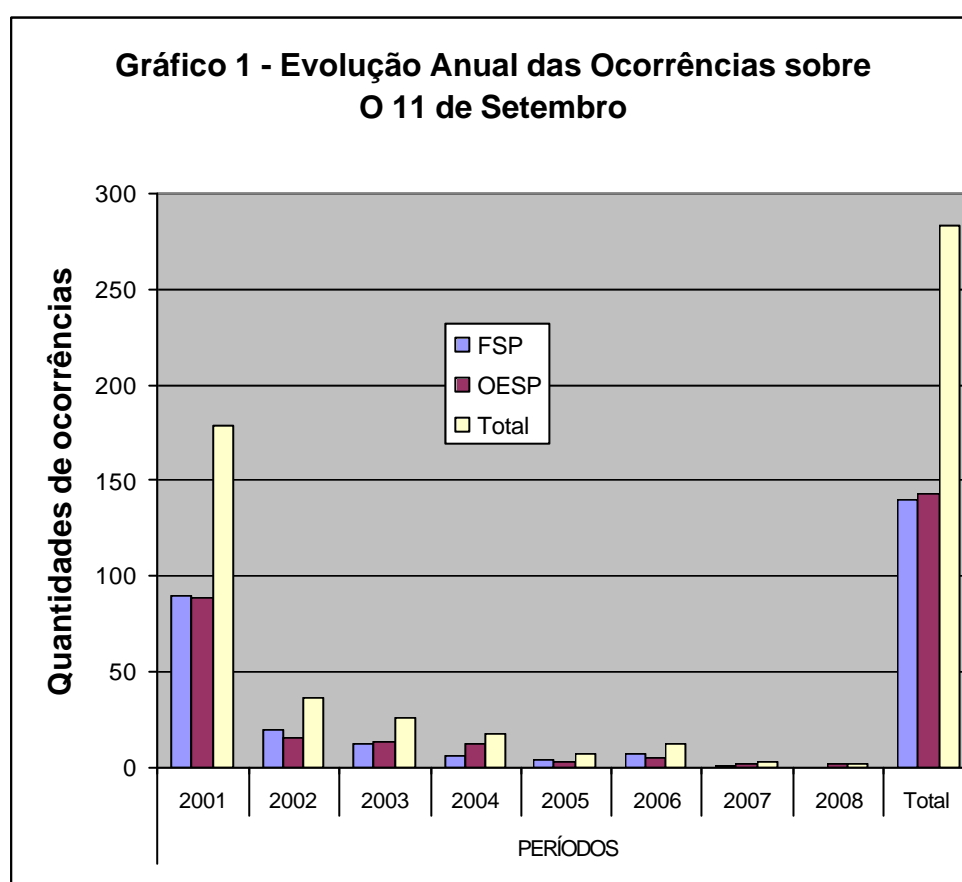
#### **h) 11/09/2008**

Mais uma vez o assunto voltou a figurar na capa da edição. Dois textos sobre os eventos de 11 de Setembro foram publicados: uma pequena nota sem autor identificado que anunciava a participação dos candidatos à presidência John McCain e Barack Obama na cerimônia em Nova York em memória às vítimas dos atentados - e um artigo de mais de meia página sobre “o legado da Al-Qaeda”. O texto originalmente publicado pelo *Washington Post* era acompanhado por uma grande gravura de Osama Bin Laden com o dedo indicador em riste. Ele traz também um pequeno gráfico que informa alguns conteúdos disponíveis no site do jornal: a íntegra do artigo, uma análise da pesquisadora Cristina Pecequilo, sobre os Estados Unidos após o 11 de Setembro e a linha do tempo dos ataques.

### **3 - Balanço da cobertura nos dois jornais**

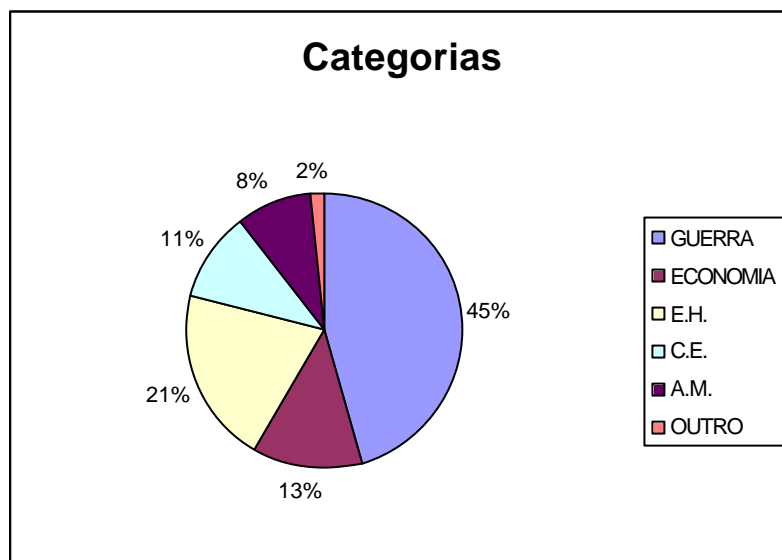
### a) Números do 11 de Setembro

No período analisado foram publicadas 283 ocorrências sobre os atentados de 11 de Setembro de 2001, 140 na *Folha de S. Paulo* (FSP) e 143 em o *Estado de S. Paulo* (OESP). No primeiro ano, sob o impacto da notícia, a quantidade de textos foi bastante expressiva – 90 ocorrências no primeiro e 89 no segundo, ou seja, 179 ocorrências apenas no dia seguinte aos atentados. A proporção de matérias publicadas pelos dois veículos permaneceu equilibrada ao longo dos anos.



Também foi semelhante o desempenho de ambos periódicos quanto às temáticas. Guerra foi a categoria predominante, com 129 ocorrências (65 na Folha e 64 no Estadão), Em segundo lugar ficaram as matérias classificadas em Elemento Humano (E.H.), com 59 ocorrências (25 Folha, 34 Estadão). A temática Economia, embora só tenha aparecido praticamente no ano de 2001, na cobertura do dia

seguinte aos atentados foi a terceira com mais ocorrências, ao todo 36 (16 Folha, 20 Estadão). Os textos de Comentários de Especialistas (C.E.) ficaram em penúltimo lugar, com 30 ocorrências (17 e 13, respectivamente). Por fim, as ocorrências que menos apareceram foram aquelas classificadas como Autoreferencialidade Midiática (A.M.), ao todo 24 textos (14 e 10, respectivamente)<sup>34</sup>.

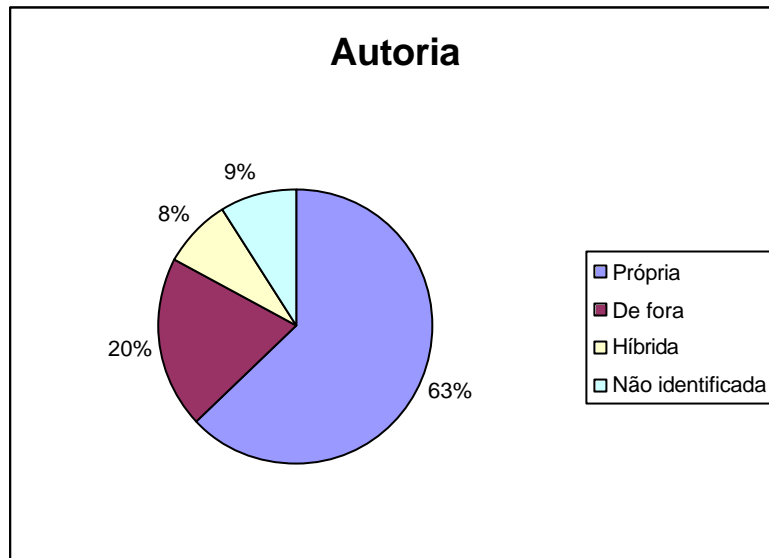


No referente à autoria dos textos, um resultado que surpreende por ir contra o que dizem diversos estudiosos do jornalismo. A maioria dos textos era assinada por profissionais dos jornais em questão ou por articulistas e colaboradores brasileiros. Ao todo foram 178 ocorrências de autoria “própria” contra 57 textos de agências internacionais de notícias e jornais estrangeiros<sup>35</sup>. Vale assinalar que a presença de textos de fora foi bem maior em *O Estado de S. Paulo*, responsável por 46 dessas ocorrências, 18 só no ano de 2001, enquanto a Folha publicou 11 desses textos ao longo do período analisado. As ocorrências de autoria híbrida (em geral vários textos de agências de notícias reeditados ou de jornais e revistas estrangeiros ou acrescidos de alguma informação apurada pelo jornal) foram pouco frequentes, 23 ao todo, sendo 14 destas na *Folha de S. Paulo*. Isso permite dizer que neste jornal se utiliza tanto quanto no seu concorrente, a diferença é que neste há uma edição da redação antes de o texto vir a ser publicado (a “cereja do bolo” de que fala Natali no

<sup>34</sup> Dados disponíveis na Tabela 2, Anexo I.

<sup>35</sup> Dados disponíveis na Tabela 3, Anexo I.

segundo capítulo desta dissertação). Houve ainda 25 ocorrências de autoria não identificada, 13 na *FSP* e 12 em *OESP*.



#### b) Hipóteses de outros autores

O material não confirma todas as hipóteses levantadas por outros autores que estudaram a cobertura do 11 de Setembro. Não foi encontrado nada que corroborasse a idéia de “ódio antiamericano” indicado por Wainberger. Nas matérias de teor mais crítico – em especial textos opinativos, como artigos e editoriais – há críticas à política externa do governo de George W. Bush e às suas ações unilaterais, mas isso não se confunde com uma crítica ao país, que, pelo contrário, tem seus valores de democracia e liberdade valorizados (em especial nos editoriais da Folha de S. Paulo). Com relação a este assunto é bom dizer que a Folha se posicionou mais sobre os eventos e a política do governo estadunidense que o Estadão, que só publicou editoriais sobre o assunto na véspera dos atentados.

Do mesmo modo não foi encontrado nos textos dos jornais tratamento semelhante ao presidente dos Estados Unidos como o identificado por Do Val na análise da revista Carta Capital, considerado desrespeitoso e pouco sério. Como dito antes, as críticas eram feitas às decisões de governo, não à pessoa do presidente. Porém, houve uma característica apontada por Do Val e Dorneles que também identificada foi certa confusão entre árabes e islâmicos – algumas vezes os termos

pareciam ser usados como sinônimos (como no artigo de Nelson Ascher publicado na Folha no primeiro aniversário dos atentados).

Outro ponto foi identificado foi a constante recorrência à tese do Choque de Civilizações, seja na formulação de algumas perguntas (sobre o terrorismo ser o novo inimigo do mundo ocidental) ou nas notícias de “guerra contra o mundo civilizado” ou sobre o não crescimento do fanatismo entre os muçulmanos de Paris, além das reportagens de como reagiram as comunidades árabes e judaicas pelo mundo (como se a questão estivesse restrita à religião). Neste caso o “outro lado” da notícia não apareceu e faltaram textos sobre agressões sofridas por pessoas de origem árabe ou o preconceito contra praticantes da religião muçulmana dentro dos Estados Unidos e em várias partes do mundo. Contudo, essa característica não foi uniforme, sendo mais presente no dia seguinte aos atentados e no primeiro aniversário.

### **c) A cobertura nas categorias pré-definidas**

**Elemento humano** - O lado humano da tragédia não ficou obscurecido pela política e em diversos momentos as vítimas são lembradas, assim como aqueles que perderam parentes nos ataques ou sobreviveram a eles (como os bombeiros de Nova York ou pessoas que estavam na cidade naquele dia). Elemento humano foi a segunda categoria com mais ocorrências, ao todo 58. No primeiro ano os textos concentraram-se mais em depoimentos de pessoas que testemunharam os ataques (na *Folha*, a modelo Gisele Bündchen relatou como viu as torres do WTC da janela de seu apartamento em Nova York; no *Estadão*, a atriz Sônia Braga também dava seu testemunho). Também houve notícias de passageiros que retornavam ao Brasil assustados e do pânico nas ruas de Nova York. Neste ponto a reportagem de *O Estado de S. Paulo* destacou-se por uma participação maior de correspondentes na cidade.

Do primeiro aniversário em diante concentrou-se na programação oficial em homenagem às vítimas dos atentados e algumas reportagens sobre a dificuldade que algumas pessoas tinham de aceitar a morte de parentes sem terem encontrado o corpo, as seqüelas sofridas por quem sobreviveu aos ataques e o medo entre os habitantes de Nova York. Cabe destacar que nessas notícias o cenário quase sempre é a cidade das Torres Gêmeas (com exceção das reportagens sobre brasileiros mortos

na ocasião). Se ao falar dos atentados de 11 de Setembro, no plural, a imprensa se refere aos aviões que atingiram o World Trade Center e o Pentágono, nas reportagens este último pouco ou nada aparece.

**Economia** - Como dito anteriormente, esta temática foi expressiva apenas no dia seguinte aos atentados, depois praticamente desapareceu do noticiário (com a exceção de uma reportagem do Estadão sobre as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos no quinto aniversário dos atentados). Em geral as matérias versavam sobre a queda de bolsas, cotações de moedas e ouro, funcionamento de empresas, etc, sendo muito parecidas as notícias publicadas nos dois jornais.

**Comentário de especialistas** - Os atentados de Nova York e do Pentágono não são meros acontecimentos. A todo momento os jornais invocaram expressões como “início do século 20”, especialmente nos textos em que a opinião era predominante, como em editoriais e artigos. Todo jornal afirma que os artigos assinados são de responsabilidade de seu autor e não refletem necessariamente a opinião do veículo. Contudo, a opção por certo tipo de opinião, se não reflete a opinião do veículo, não a contradiz. O número de textos classificados nesta categoria foi relativamente pequeno, apenas 30 em todo o período analisado (17 na Folha e 13 no Estadão). Embora o assunto tenha tido espaço em outros textos opinativos que não entraram nesta categoria (como os editoriais), é curioso notar quem são os especialistas que comentam os fatos.

Na *Folha de S. Paulo* há artigos de colunistas do jornal que tradicionalmente escrevem sobre outros assuntos que não envolvem política internacional (Eliane Cantanhêde, Contardo Calligaris, Jânio de Freitas, Nelson Ascher, Elio Gaspari), porém houve mais entrevistas e artigos de pesquisadores e intelectuais, além da embaixadora dos Estados Unidos no Brasil e do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani. Se a Folha abriu espaço para um artigo de página inteira anunciando uma suposta guerra do “mundo árabe” contra o ocidente, o jornal também publicou, embora em anos diferentes artigos de pessoas cuja interpretação era completamente

diferente, pois tratavam de uma “falácia da guerra contra o terror” e apresentavam outro modo de contextualizar os acontecimentos de 11 de Setembro<sup>36</sup>.

*O Estado de S. Paulo* publicou alguns artigos assinados por nomes de destaque no campo das relações internacionais, como Henry Kissinger e Francis Fukuyama. Além disso foram publicadas várias entrevistas e reportagens cujas fontes eram estudiosos dos assuntos em questão e autores de livros sobre o assunto (mudanças dentro do Islã, informações sobre a Al-Qaeda) ou até comentários de envolvidos no assunto abordado (como no artigo “Bush criou novos terroristas”). De modo geral observa-se que no Estadão houve uma regularidade nesta categoria, com textos opinativos mais sóbrios e menos discrepantes quando olhados em conjunto. E enquanto o primeiro veículo deu mais espaço para seus próprios articulistas, o segundo utilizou mais textos “de fora” e também utilizou mais entrevistas com autores realizadas pelos seus correspondentes.

Neste ponto reside a diferença mais acentuada entre os dois jornais, pois a Folha se volta muito para a própria redação quando se trata de textos analíticos e com isso acaba publicando textos com opiniões estereotipadas e análises superficiais ou confusas – o que não ocorre quando cede espaço a colaboradores cuja credencial para escrever no jornal não está baseada unicamente no fato de serem ligadas ao veículo. Já o Estadão, embora utilize bastante material de fora explora melhor o trabalho de seus correspondentes e publica boas entrevistas com autores de livros estrangeiros. A participação de intelectuais e pesquisadores brasileiros ou latino-americanos nos dois jornais é muito pequena.

**Autoreferencialidade midiática** - Nesta categoria temos mais um caso em que as ocorrências no dia seguinte aos atentados foi de um jeito e passou a ser outra nos aniversários do evento. No dia 12 de Setembro de 2001 houve várias ocorrências que relatavam como outros meios de comunicação haviam coberto os eventos. O Estadão anunciou a audiência recorde em sites de informação, a longa cobertura feita por jornais e televisões de todo mundo. A Folha fez algo semelhante e foi além, comparando os ataques a obras do cinema e da literatura e sugerindo uma “trilha sonora pop” para a data.

---

<sup>36</sup> Os artigos citados neste parágrafo estão disponíveis no anexo 2 desta dissertação.

Nos anos seguintes houve uma grande mudança. Apesar de a autoreferencialidade da mídia continuar presente, nota-se que ao invés de uma informação que apenas reproduz o que é dito em outros veículos ou narra como esses veículos atuaram, há reflexão crítica sobre a atuação da imprensa e seu papel como agente político em *O Estado de S. Paulo*, mas esta é a única autocrítica encontrada. Nas demais ocorrências desta categoria houve notícias sobre lançamentos de filmes e livros sobre os atentados e notícias sobre como outros veículos divulgaram algumas notícias.

**Guerra** - Por último, a categoria com mais ocorrências. No calor dos acontecimentos a guerra e retaliação são os termos invocados, ainda que nenhuma nação tenha assumido os atentados ou que tenha havido uma declaração formal de guerra. Ainda assim a palavra está nas capas e editoriais do dia seguinte. Na *Folha de S. Paulo* uma pequena retranca antes da manchete anuncia “Guerra na América”, o mesmo título dado ao editorial publicado naquele dia. Já a manchete de *Estado de S. Paulo* afirma “Terrorismo declara guerra aos EUA”, tratando “terrorismo” como se fosse um sujeito concreto e que tivesse este poder.

Faz-se um retrospecto dos principais atentados terroristas no mundo e fala-se de um inimigo supostamente sem rosto. Porém este inimigo aos poucos vai ganhando a face de bem mais próxima de etnia e uma religião específicas. Osama Bin Laden no mesmo dia vai de suspeito a culpado e o terror da Al-Qaeda passa para terror islâmico. O papa reza pelas vítimas, Tony Blair exorta “o Ocidente” a erradicar praga, Ariel Sharon declara que a guerra contra o terror é mundial, Vladimir Putin pede retaliação. Ao mesmo tempo são registradas as reações de palestinos que comemoram e as declarações de comunidades muçulmanas que condenam os atentados. No meio desta divisão entre civilizações que permeou boa parte do noticiário daquele dia, a reportagem que anunciava o que estava por vir poderia passar despercebida: “Bush promete caçar terroristas e quem os abriga”, publicada por OESP.

Com o passar dos anos as ocorrências desta temática irão narrar mais uma vez como foram os atentados daquele dia e trata das “conseqüências” imediatas do 11/9, a guerra contra o Afeganistão, a preparação para invadir o Iraque e a procura por Bin Laden. Na *Folha* o aniversário dos atentados foi assunto de boa parte da seção que o jornal dedica a textos analíticos. Há neste momento as primeiras críticas à política

externa do governo George W. Bush, com a constatação que a “América” teria se tornado um lugar mais unilateral e menos democrático. A crítica ao unilateralismo continuaria presente no ano seguinte, mas depois viria a desaparecer, deixando espaço para impactos do 11 de Setembro nas eleições de 2004 e se concentrando nos textos factuais, com poucas novidades sobre o caso, salvo uma ou outra notícia sobre Afeganistão, Iraque e aparições em vídeo de Bin Laden. A cobertura de O Estadão foi muito parecida, exceto pelo fato de que esta privilegiou os textos factuais desde o primeiro aniversário e manteve o assunto em pauta até 2008, quando uma nota citou a campanha presidencial daquele ano e a participação dos candidatos nos eventos em memórias das vítimas dos atentados.

**Tabela 1 – Número de ocorrências ano a ano**

	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Total</b>
<b>FSP</b>	90	20	12	6	4	7	1	0	140
<b>OESP</b>	89	16	14	12	3	5	2	2	143
<b>Total</b>	179	36	26	18	7	12	3	2	283

Tabela 2 – Categorias ano a ano

	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		Total
	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	
<b>GUERRA</b>	37	33	10	12	8	12	3	3	2	0	4	4	1	0	0	0	129
<b>ECONOMIA</b>	16	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	36
<b>E.H.</b>	18	25	5	1	1	3	0	4	1	1	0	0	0	0	0	0	59
<b>C.E.</b>	9	4	4	1	1	1	2	4	0	1	1	0	0	1	0	1	30
<b>A.M.</b>	10	5	1	2	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	24
<b>OUTRO</b>	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	5

Tabela 3 – Autoria das ocorrências ano a ano

	2001		2002		2003		2004		2005	2006		2007		2008		Total	
	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP	FSP	OESP			
<b>Própria</b>	72	58	13	5	8	5	3	4	3	0	2	3	1	1	0	0	178
<b>De fora</b>	3	18	3	10	1	7	2	6	0	2	2	2	0	1	0	1	57
<b>Híbrida</b>	5	6	3	0	1	3	1	0	1	0	3	0	0	0	0	0	23
<b>Não identificada</b>	10	7	1	1	2	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	1	25

Tabela 4- Folha de S. Paulo 2001-2008

	Título	Autor	Página	Tema predominante
<b>2001</b>				
	Guerra na América (editorial)	Comitê editorial	A-2	Guerra
	Economia sob ataque (editorial)	Comitê editorial	A-2	Economia
	O inimigo invisível	Clóvis Rossi	A-2	Guerra
	Uma mola comprimida	Fernando Rodrigues	A-2	Guerra
	A terceira guerra	Carlos Heitor Cony	A-2	Guerra
	Ataque odioso	Rubens Barbosa	A-3	Comentário de especialistas
	Terror abala centro do poder nos EUA	Não identificado	A-4	Guerra
	Atônitos, nova-iorquinos demoram a entender fatos	Sérgio D'Ávila	A-5	Elemento humano
	Vítima liga pra marido e relata o seqüestro	Da redação	A-5	Elemento humano
	Leia íntegra da declaração de Bush sobre ataques	Não identificado	A-5	Elemento humano
	Queda de aeronave destrói uma parte do Pentágono	Da redação	A-6	Guerra
	Queda de avião na Pensilvânia mata 45	Da redação, com agências internacionais	A-6	Guerra
	América irá “caçar e punir responsáveis”, afirma Bush	Márcio Aith	A-7	Guerra
	“Estamos em guerra, mas não sabemos quem é o inimigo”	Clóvis Rossi	A-7	Guerra
	Crise pode definir rumos da gestão	Márcio Aith	A-7	Economia
	EUA não possuem arma contra ataques 'individuais'	Ricardo Bonalume Neto	A-8	Guerra
	Ataque questiona doutrina republicana	Jaime Spitzcovsky	A-8	Comentário de especialistas
	Ataque a Pearl Harbor lançou país na 2ª Guerra	Da redação	A-8	Guerra
	Corpos, destroços e confusão compõem cenário de horror	Sérgio D'Ávila	A-9	Guerra
	Para nova-iorquinos, clima é de guerra	Free-lance para a Folha	A-9	Elemento humano
	Cidade vai ao colapso depois dos atentados	Sérgio D'Ávila	A-9	Elemento humano
	Como foram os ataques que destruíram as torres do World Trade Center	Não identificado	A-10 e A-11	Guerra
	Na torre, “o chão parecia uma geléia”, diz paulista	Sílvia Corrêa e Paloma Cotes	A-12	Elemento humano
	Estudante de SP vê avião atingir torre	Renata de Gáspari Valdejão	A-12	Elemento humano

Consultor se atrasa e escapa do atentado	Da Agência Folha, em Fortaleza	A-12	Elemento humano
Personalidades brasileiras relatam visões da tragédia	Gerald Thomas	A-13	Elemento humano
Gisele vê do seu quarto avião entrar em torre	Tetê Ribeiro	A-13	Elemento humano
Ex-ministra finca presa em Washington	Da sucursal de Brasília	A-13	Elemento humano
Inseguro, governo fecha a Casa Branca e o Congresso	Márcio Aith	A-14	Guerra
Mesa é escudo no Pentágono	Gabriela Athias e Estela Caparelli, com agências	A-14	Guerra
País inteiro está em estado de alerta geral	Da redação	A-14	Guerra
Árabes em Detroit temem represálias	Maria Brant	A-14	Elemento humano
Ataque suspende vôos para os EUA por tempo indefinido	Da sucursal do Rio	A-15	Elemento humano
Companhias aéreas sugerem FBI e orações	Da reportagem local	A-15	Elemento humano
Atentados abalam parentes de brasileiros que estão nos EUA	Da reportagem local da Agência Folha	A-15	Elemento humano
Consulados e empresas fecham	Da reportagem local da sucursal do Rio	A-15	Guerra
Em NY, vivem cerca de 300 mil brasileiros	Da sucursal de Brasília	A-15	Elemento humano
Europa entra em alerta e se reúne para discutir a crise	Marcelo Starobinas	A-16	Guerra
Putin pede que Bush retalie ação	Lílian Christofoletti	A-16	Guerra
Berlim vê ato de “guerra contra o mundo civilizado”	Sílvia Bittencourt	A-16	Guerra
Palestinos festejam nas ruas	Da redação, com agências internacionais	A-17	Elemento humano
'Guerra contra o terror é mundial', diz Sharon	Sandra Aisen	A-17	Guerra
Taleban critica atentados e defende o extremista Bin Laden	Da redação	A-17	Guerra
FHC compara ataque a guerra e vê riscos para a economia	Wilson Silveira	A-18	Economia
Leia o discurso do presidente sobre os ataques	Não identificado	A-18	Guerra
“Não sejamos paranóicos”, diz Quintão	Da sucursal de Brasília	A-18	Guerra
Leia a íntegra da carta a George W. Bush	Da redação	A-18	Guerra
Zona de Guerra	Jânio de Freitas	A-18	Comentário de especialistas
Banco central: presidente deve antecipar volta	Não identificado	A-18	Economia
Conselho de Defesa teme queda de investimentos externos	Kennedy Alencar e Luiza Damé	A-19	Economia
EUA vão à forra, com mundo ou sem ele	Elio Gaspari	A-19	Comentário de especialistas
Ataque é 'divisor de águas', diz embaixador	Eliane Cantanhêde	A-19	Comentário de especialistas

Repercussão	Não identificado	A-19	Autoreferencialidade midiática
TV mundial transmite, consciente, um espetáculo	Nelson de Sá	A-20	Autoreferencialidade midiática
Silvio Santos teve mais ibope que EUA	Da redação e reportagem local	A-20	Autoreferencialidade midiática
Nações renegadas' podem ter ajudado	Álvaro Pereira Júnior	A-20	Guerra
EUA suspeitam de terrorista saudita Osama bin Laden	Paulo Daniel Farah	A-21	Guerra
Carro bomba atingiu torres do WTC em 93	Da redação	A-21	Guerra
Principais atentados terroristas no mundo	Não identificado	A-21a A-24	Guerra
Suspeito de ter organizado ação vale US\$ 5 mi para os EUA	João Batista Natali	A-22	Guerra
Muçulmanos americanos criticam mortes	Paulo Daniel Farah	A-22	Elemento humano
Ameaça terrorista é difusa e não precisa de muito dinheiro	Márcio Senne de Moraes	A-23	Guerra
Os principais grupos terroristas no mundo	Não identificado	A-23	Guerra
Extrema direita dos EUA também é suspeita	Da redação	A-23	Guerra
Terroristas querem mostrar que os EUA são vulneráveis	Da redação	A-24	Guerra
Governo convoca arapongas para vigiar risco de represália no país	Alessandro Silva	A-24	Guerra
Ricupero vê atentado como ameaça à economia mundial	Fernando de Barros e Silvo	A-25	Economia
Para especialista, EUA darão resposta	Josélia Aguiar	A-25	Comentário de especialistas
Atentados podem criar a unidade perdida dos EUA	Contardo Calligaris	A-26	Comentário de especialistas
Para Bloom 'é o começo de algo terrível'	Harold Bloom	A-26	Comentário de especialistas
Intelectuais reagem com perplexidade	Da redação	A-26	Comentário de especialistas
'Bush será cobrado pela notória incompetência'	Da redação	A-26	Guerra
Ameaças do terror alimenta indústria do 'technothriller'	Da redação	A-27	Autoreferencialidade midiática
"Fim" traz sua versão do colapso dos EUA	Da reportagem local	A-27	Autoreferencialidade midiática
Ataques improváveis simulam mal os acontecimentos de ontem	Ricardo Bonalume Neto	A-27	Autoreferencialidade midiática
Pop já tem sua trilha para o show de horror	Lúcio Ribeiro	A-27	Autoreferencialidade midiática
Destruição nos EUA	Inácio Araújo	A-28	Autoreferencialidade

Roteiro do espetáculo acertou no alvo	Inácio Araújo	A-28	Autoreferencialidade midiática
Os novos vilões do cinema americano	Milly Lacombe	A-28	Autoreferencialidade midiática
Ataque explode Bolsas e pode detonar recessão	Da redação, com agências internacionais	A-29	Economia
Bolsas sofrem novo ataque	Do Financial Times	A-29	Economia
Suprimento não deve ser afetado	Do Financial Times	A-29	Economia
Terror fecha mercado dos EUA e derruba o europeu	Da redação, com agências internacionais	A-30	Economia
World Trade Center era ocupado por líderes mundiais das finanças	Da redação	A-30	Economia
A queda das bolsas pelo mundo	Não identificado	A-30	Economia
Ataque leva investidores a correr para ouro e petróleo	Da redação	A-31	Economia
Funcionários de filiais no Brasil são dispensados	Da reportagem local	A-31	Economia
Poeira toma o ar do centro de NY	Não identificado	A-31	Guerra
Bolsa de SP pára após queda de mais de 9%	Fabrcio Vieira	A-31	Economia
Dólar dispara e bate novo recorde no Real	Da reportagem local	A-31	Economia

## 2002

11/09 (editorial)	Comitê editorial	A-2	Guerra
Outro 11, outra infâmia	Clóvis Rossi	A-2	Guerra
Nesta data não querida	Carlos Heitor Cony	A-2	Guerra
Recordando	Donna Hrinak	A-3	Comentário de especialistas
Reflexão sobre a tragédia	Rubens Antônio Barbosa	A-3	Comentário de especialistas
A pergunta	Jânio de Freitas	A-5	Guerra
Sob alerta	Marcio Aith	A-8	Guerra
Desfile em Washington terá mísseis	Marcio Aith	A-8	Guerra
NY pára hoje para ouvir os nomes das vítimas	Sérgio D'Ávila	A-9	Elemento humano
Países intensificam segurança	Da redação com agências internacionais	A-9	Guerra
São Paulo e Brasília terão eventos	Da redação	A-9	Elemento humano
Cabul terá cerimônia americana	Da redação com agências internacionais	A-9	Guerra

As principais cerimônias hoje em Nova York	Não identificado	A-9	Outro
Notícias de uma guerra particular	Sérgio D'Ávila	A-10	Elemento humano
Não podemos ceder (artigo)	Rudolph Giuliani	A-11	Comentário de especialistas
Vítima de ataque ainda está hospitalizada	Leslie Eaton (NYT)	A-11	Elemento humano
Mundo árabe está em guerra com EUA (artigo)	Nelson Ascher	A-12	Comentário de especialistas
Líder do ataque falou com Bin Laden	The New York Times	A-13	Guerra
Jornalista britânica detida pelo Taleban se converte ao islã	Paulo Daniel Farah	A-13	Elemento humano
Ação virá se Iraque não se desarmar, diz Blair	Da redação com agências internacionais	A-14	Guerra

## 2003

Um mundo pior (editorial)	Comitê editorial	A-2	Guerra
E o Bin Laden, hein?	Eliane Cantanhêde	A-2	Guerra
A terceira guerra	Carlos Heitor Cony	A-2	Guerra
No pós 11.09: a ONU ou o caos	Alcino Leite Neto	A-2	Guerra
Por trás da palavra	Janio de Freitas	A-5	Autoreferencialidade midiática
Bin Laden ressurgiu em fita na Al Jazira	Da redação, com agências internacionais	A-17	Guerra
Em clima solene, Nova York lembra ataques	Cíntia Cardoso	A-18	Elemento humano
Como foram os ataques de 11 de setembro (gráfico explicativo)	Não identificado	A-18	Guerra
Hoje em Nova York	Não identificado	A-18	Outro
Bush pretende ampliar medidas contra o terror	Fernando Canzian	A-18	Guerra
Doutrina Bush mina elo transatlântico	Márcio Senne de Moraes	A-18	Guerra
Glucksmann e Todorov divergem sobre guerra	Roger-Pol Droit (Le Monde)	A-19	Comentário de especialistas

## 2004

EUA marcam hoje 11 de Setembro 'politizado'	Luciana Coelho	A-14	Guerra
CIA confirma que vídeo é mesmo da Al Qaeda	Da redação	A-14	Guerra
"Terror espetacular" fracassa, diz analista	El País	A-14	Comentário de especialistas
Foto obtida no Rio cita 'área ideal' de ataque	Antônio Gois	A-15	Guerra
A falácia da guerra contra o terror (artigo)	Quentin Peel (Financial Times)	A-16	Comentário de especialistas

Americano poderá comprar arma pesada (Nota)	Da redação com agências internacionais	A-17	Outro
<b>2005</b>			
Bush compara 11 de Setembro ao Katrina	Da redação com agências internacionais	A-21	Elemento humano Autoreferencialidade
Desastre também reduz margem de manobra do presidente	Sérgio Dávila	A-24	mediática
Eis aqui tudo de novo	João Cezar de Castro Rocha	Mais! 4	Guerra
Fuga de Nova Orleans	Slavoj Zizek	Mais! 5	Guerra
<b>2006</b>			
Outro 11 de setembro (editorial)	Comitê editorial	A-2	Guerra Autoreferencialidade
Segunda-feira (artigo)	Sérgio Costa	A-2	mediática
Cheney e Rice exaltam ação pós-11/9	Da redação, com agências internacionais	A-12	Guerra
Os ataques da Al Qaeda no contexto histórico	Rami G. Khouri	A-12	Comentário de especialistas
Balanço (box informativo)	Associated Press	A-12	Outro
Confronto no Afeganistão mata 94; governador é alvo	Da redação, com agências internacionais	A-13	Guerra
Avançam negociações sobre programa nuclear iraniano	Da redação, com agências internacionais	A-13	Guerra
<b>2007</b>			
O inimigo (artigo)	Marcos Nobre	A-2	Guerra
<b>2008</b>			

Não houve ocorrências relativas ao 11 de Setembro

Tabela 5- O Estado de S. Paulo 2001-2008

	Título	Autor	Página	Tema predominante
2001				
	Um estado de guerra mundial (artigo)	Gaudêncio Torquato	A-2	Guerra
	A dimensão monstruosa do terrorismo (editorial)	Comitê editorial	A-3	Guerra
	Um país em estado de choque (editorial)	Comitê editorial	A-4	Guerra
	Terror destrói WTC e parte do Pentágono com jatos	Paulo Sotero	A-5	Guerra
	Desaparecidos chegam a 800 só no Pentágono	Paulo Sotero	A-6	Elemento humano
	Serviço de informação não acusou o ataque	Roberto Godoy	A-7	Guerra
	Bush faz primeiro pronunciamento ao lado das tropas americanas	Não identificado	A-7	Guerra
	Dia de horror	Agências internacionais	A-7 e A-8	Guerra
	Líder vai para local estratégico do Nebraska	Roberto Godoy	A-7	Guerra
	Primeiras pistas apontam para milionário saudita	Periódicos e agências internacionais	A-8	Guerra
	EUA negam retaliação contra capital afegã	Paulo Sotero	A-8	Guerra
	Isso é uma guerra. O que posso fazer?'	Tonica Chagas	A-9	Guerra
	“Nuvem parecia um cogumelo e tinha a altura de um edifício”	Susan Harrigan (Newsday)	A-9	Guerra
	Nas ruas, pessoas pediam a guerra	Priscila Murphy	A-9	Elemento humano
	Violência, sem precedentes, abala a história	Gilles Lapouge	A-10	Guerra
	Fui até a janela e vi os destroços caindo'	Mary O'Grady (Wall Street Journal)	A-10	Elemento humano
	WTC recebia cerca de 150 mil pessoas por dia	Ricardo de Souza	A-11	Elemento humano
	Arquiteto diz que torres poderiam ter resistido ao impacto de 'cinco aviões'	DPA	A-11	Elemento humano
	Cartão-postal em chamas	Luiz Renato Ferreira e agências	A-11	Guerra
	Passageiros usam celular antes de morrer	Agências internacionais	A-12	Elemento humano
	Terror atinge as bases da cultura americana	Ann Treneman (The Times)	A-12	Comentário de especialistas
	Estrategistas prevêm represálias dos EUA	José Maria Mayrink	A-13	Comentário de especialistas

Primeiro atentado contra WTC foi obra de extremistas islâmicos	Agências internacionais	A-13	Guerra
Explosão em edifício federal em Oklahoma era pior atentado	Agências internacionais	A-13	Guerra
Países da UE reúnem-se para discutir segurança	Reali Júnior	A-14	Guerra
Arafat repele atentados, mas palestinos fazem festa	Agências internacionais	A-14	Guerra
Árabes estão preocupados com efeitos	Issa Goraieb	A-14	Guerra
Árabes vêm ameaça a processo de paz	Michael Binyon (The Times)	A-15	Guerra
Prejuízos começaram no minuto seguinte ao ataque	Jamil Chade	A-15	Economia
EUA têm volume de ligações sem precedentes	Renato Cruz	A-16	Elemento humano Autoreferencialidade midiática
Sites brasileiros de informação registram audiência recorde	Renato Cruz	A-16	
Após o choque, o medo incontrolável. E o ódio.	Priscila Murphy The New York Times e agências internacionais	A-16	Elemento humano
Ataques revivem o trauma de Pearl Harbor	Nestor Ikeda	A-17	Guerra
Falhas de segurança e de inteligência se repetem	AE e agências internacionais	A-18	Economia
Bolsas de valores despencam no mundo todo	Agências internacionais	A-18	Economia
Tóquio abre em queda de 6,6%	AE e agências internacionais	A-18	Economia
Fed garante que pode fornecer recursos adicionais aos bancos	André Siqueira	A-18	Economia
Segurança eletrônica evita o caos nas transações	Sérgio Lamucci e agências	A-19	Economia
Disparam preços do petróleo e do ouro no mercado	Vários autores (própria)	A-19	Economia
Mercado de suco perde a referência	Agências internacionais	A-19	Economia
Para O'Neill, reação dos mercados após atentados foi 'extraordinária'	Dow Jones	A-19	Economia
Prédio da Solomon Brothers foi o terceiro a desabar	Sérgio Lamucci	A-20	Economia
Mercado tem dia de nervosismo e dólar bate recorde	José Antônio Rodrigues e Vera Dantas	A-20	Economia
Empresas no Brasil alteram rotina	Soraya Alencar e Gustavo Freire	A-20	Economia
Banco Central monitora mercado financeiro e garante normalidade	José Antônio Rodrigues	A-20	Economia
Para banqueiro, liquidez preocupa	Liliana Lavorati	A-20	Economia
Empresas brasileiras no WTC terão apoio oficial	Agências internacionais	A-21	Economia
Juro pode baixar para afastar o perigo de recessão	André Palhano	A-21	Comentário de especialistas
Turbulência e luto passarão, avalia Giannetti			

20% das empresas faliram em atentado de 93	André Siqueira	A-21	Economia
Morgan Stanley ocupava a maior área da torre 2	Não identificado	A-21	Economia
Tragédia americana pára centro de São Paulo	Márcia de Chiara	A-22	Elemento humano
Acontecimentos podem repercutir negativamente na balança do país	Roberto Lira	A-22	Economia
O WTC daqui reforça segurança	Não identificado	A-22	Guerra
Vôos de carga estão ameaçados de suspensão	Vera Dantas	A-22	Economia
Aviões voltam, com passageiros assustados	Ana Carolina Sacoman	A-23	Elemento humano
Brasil cancela 27 vôos para cidades norte-americanas	Vários autores (própria)	A-23	Guerra
Embaixada recomenda precauções no Brasil	Vários autores (própria)	A-24	Guerra
Entidades judaicas de São Paulo são orientadas a fechar as portas	Herton Escobar	A-24	Elemento humano
PF reforça efetivo em aeroportos e missões diplomáticas nos EUA	Marcelo Godoy	A-24	Guerra
No Brasil, judeus e árabes condenam atentados	Adriana Ferreira e Zuleika Haddad	A-24	Elemento humano
Brasileiros ficam sem notícias de parentes	Fábio Diamante e Renato Cruz	A-25	Elemento humano
Companhias aéreas demoram a divulgar dados sobre passageiros	Não identificado	A-25	Elemento humano
A tristeza na saída da Graded School	Renata Cafardo	A-25	Elemento humano
Colégios param em Brasília e no Rio	Mariângela Gallucci	A-25	Elemento humano
A explosão foi assustadora. O prédio balançou'	Sérgio Gobetti	A-26	Elemento humano
Quinze engraxates brasileiros trabalhavam do World Trade Center	Cláudio Brandt	A-26	Elemento humano
Piloto de rali teve de voltar ao Japão	Não identificado	A-26	Elemento humano
Nas ruas, medo de guerra e de mais crise econômica	Conrado Corsalette	A-26	Elemento humano Autoreferencialidade midiática
Organização suspende entrega do prêmio Grammy Latino	Marcelo Bernardes	A-26	
Itamaraty aguarda informações sobre vítimas	Denise Chrispim Marin	A-27	Elemento humano
Histórias de brasileiros que viram a tragédia	Vários autores	A-27	Elemento humano
A três quadras, Sônia Braga vê choque do avião	Marcelo Bernardes	A-27	Elemento humano
Família de advogada consegue comunicação com Manhattan	Carla Miranda	A-27	Elemento humano
Imagens de um dia de terror	Não identificado	A-28	Guerra
Bush promete caçar terrorista e quem os abriga	Paulo Sotero	A-29	Guerra

Vidas acabaram por diabólicos atos'	Não identificado	A-29	Guerra
Esse ato é um desafio a toda humanidade'	Agências internacionais	A-30	Guerra
Blair exorta ocidente a erradicar 'nova praga'	Agências internacionais	A-30	Guerra
Repercussão da tragédia entre os chineses foi pouca	Cláudio Mafra	A-30	Guerra
FHC diz que está atento à Defesa do País	Isabel Braga	A-31	Guerra
Presidente acompanhou tudo desde cedo	Demétrio Weber	A-31	Guerra
Para Quintão, países devem rever defesas	Tânia Monteiro	A-31	Guerra
Conselho se reúne para pedir ajuda	Tânia Monteiro	A-31	Guerra
Papa reza pelas vítimas e Itália reforça segurança	Assimina Vlahou	A-31	Guerra
Jornais e tevês do mundo todo fazem longa cobertura	Igor Ribeiro e Lia Rangel, com agências	A-32	Guerra Autoreferencialidade midiática
Ataque exige destruir sistema que o produziu	Henry Kissinger ( Washington Post)	A-33	Comentário de especialistas Autoreferencialidade midiática
Um tema sempre explorado por Hollywood	Luiz Carlos Merten	A-34	Autoreferencialidade midiática
Cobertura da TV reproduziu a perplexidade do grande público	Luiz Costa	A-35	Autoreferencialidade midiática

## 2002

Os EUA como Hamlet (artigo)	Marcos Prado Troyjo	A-2	Comentário de especialistas
Sob alerta de 'alto risco', EUA lembram 11/09	Agências internacionais	A-14	Guerra
Manter sobriedade é desafio para a imprensa	Paulo Sotero	A-14	Autoreferencialidade midiática
Família real saudita refuta acusações	Agências internacionais	A-14	Guerra
Vice-presidente mais uma vez, vai para local secreto	Agências internacionais	A-14	Guerra
Exposição sobre atentado vendeu 50 mil fotografias	Priscila Néri	A-14	Autoreferencialidade midiática
Terroristas da Al-Qaeda retornam ao Afeganistão	The New York Times e agências	A-15	Guerra
Bin Laden recebeu Atta, líder dos seqüestradores	The New York Times	A-15	Guerra
Atentados não radicalizam islâmicos na França	Gilles Lapouge	A-15	Elemento humano
11/09 um ano depois (notas)	Não identificado	A-15	Guerra
Iraque deve cumprir resoluções ou então 'ações serão tomadas'	Agências internacionais	A-16	Guerra
Árabes devem vingar-se atacando 'alvos humanos'	Agências internacionais	A-16	Guerra
CIA ainda não encontrou provas sobre ligação Sadam-Al Qaeda	Washington Post	A-16	Guerra

Ouro iraquiano	Agências internacionais	A-16	Guerra
Adiado voto sobre gabinete de Arafat	Agências internacionais	A-16	Guerra
Na ONU, Brasil vai reafirmar sua posição sem aval do CS	Denise Chrispim Marin	A-16	Guerra

## 2003

O “imbróglho” iraquiano (artigo)	Antônio Amaral de Sampaio	A-2	Comentário de especialistas
Hamas ameaça atacar casas de israelenses	Agências internacionais	A-17	Guerra
Membros do CS propõem emendas ao texto dos EUA	Agências internacionais	A-17	Guerra
Dois anos depois: A ameaça continua	Agências internacionais	A-18	Guerra
Vídeo reforça sensação de vulnerabilidade	Paulo Sotero	A-18	Guerra
Minuto a minuto (box explicativo)	Não identificado	A-18 e A-19	Guerra
Tensão e medo só aumentam	Tonica Chagas	A-19	Elemento humano
Reconstruindo o ponto zero (gráfico explicativo)	ArtEstado/GN	A-19	Outro
Cerimônias serão discretas	Reuters	A-19	Elemento humano
Guerra ao terror' só rendeu três processos	AFP	A-20	Guerra
O texano que ajudou a criar o Taleban	ArtEstado/GN	A-20	Guerra
Campanha global pós-ataques está apenas no começo	Cox News Services	A-20	Guerra
Brasileiros tentam aceitar realidade da morte sem descoberta de corpo	Priscila Néri e Felipe Werneck	A-21	Elemento humano
101 itens para continuar vivo	Cecilia Thompson	A-21	Guerra

## 2004

Luzes que perguntam: e Bin Laden?	Agências Internacionais	A-26	Guerra
Minutos de silêncio lembrarão a tragédia	Agências Internacionais	A-26	Elemento humano
Com o governo, novas e poderosas ferramentas (artigo)	The New York Times	A-26	Comentário de especialistas
Nova ameaça: uma bomba suja	Roberto Godoy	A-27	Guerra
Livros oferecem explicações para ataques do 11/9	Ubiratan Brasil	A-27	Autoreferencialidade midiática
10/9: pensávamos que seria sempre assim	The Washington Post	A-28	Elemento humano
Uma tragédia que ainda não acabou	The New York Times	A-28	Elemento humano
O Islã pode mudar	Não identificado	A-29	Comentário de especialistas

Guerra no coração do Islã	Reali Júnior	A-30	Comentário de especialistas
Onda de atentados continuou (box explicativo)	Não identificado	A-30	Guerra
Bush criou novos terroristas'	Paulo Sotero	A-31	Comentário de especialistas
Ponto zero, estaca zero (foto-legenda)	Agências Internacionais	A-31	Elemento humano
<b>2005</b>			
Seqüelas que o 11/9 deixou na alma	The New York Times	A-20	Elemento humano Autoreferencialidade
Atentados são tema de livros e filmes (notas)	Não identificado	A-20	mediática
A invasão dos isolacionistas (artigo)	Francis Fukuyama	A-21	Comentário de especialistas
<b>2006</b>			
Cheney admite ter sido muito otimista sobre luta no Iraque	Agências internacionais	A-9	Guerra
Atentado mata governador afegão	Agências internacionais	A-10	Guerra
No mundo pós-11/9, relação Brasil-EUA cai na trivialidade	Denise Chrispim Marin	A-11	Guerra
Cooperação aumentou na tríplice fronteira	Denise Chrispim Marin	A-11	Guerra
Comércio é exemplo da frieza da relação bilateral	Denise Chrispim Marin	A-11	Economia
<b>2007</b>			
EUA erraram ao reduzir Al-Qaeda a Bin Laden'	Renata Miranda	A-12	Comentário de especialistas Autoreferencialidade
Saudita promete nova aparição (nota)	Agências internacionais	A-12	mediática
<b>2008</b>			
Legado da Al-Qaeda resiste a seu declínio	Peter Bergen (The Washington Post)	A-22	Comentário de especialista
Obama e McCain participam hoje de cerimônia em NY	Não identificado	A-22	Outro